

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**Faculdade de Letras**



***A PALAVRA DA IMAGEM:***

**IDEOLOGIAS, FUNÇÕES E PERCEPÇÕES NA LINGUAGEM PICTÓRICA**

**BARROCA EM PORTUGAL**

**(A DIOCESE DA GUARDA 1668-1750)**

**Maria do Carmo Raminhas Mendes**

**ANEXO DOCUMENTAL**

**Orientadores:** Prof. Doutor Fernando Jorge Artur Grilo

Prof. Doutor Vítor Manuel Guerra dos Reis

**Tese especialmente elaborada para obtenção do Grau de Doutor em História, na  
especialidade de História da Arte**

**2016**



**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**Faculdade de Letras**



***A PALAVRA DA IMAGEM:***  
**IDEOLOGIAS, FUNÇÕES E PERCEPÇÕES NA LINGUAGEM PICTÓRICA**  
**BARROCA EM PORTUGAL**

**(A DIOCESE DA GUARDA 1668-1750)**

**Maria do Carmo Raminhas Mendes**

**ANEXO DOCUMENTAL**

**Orientadores:** Prof. Doutor Fernando Jorge Artur Grilo

Prof. Doutor Vítor Manuel Guerra dos Reis

**Tese especialmente elaborada para obtenção do Grau de Doutor em História, na  
especialidade de História da Arte**

**Júri:**

Presidente: Prof. Doutor António Adriano de Ascensão Pires Ventura, Professor Catedrático e Director da área de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

**Vogais:**

- Prof. Doutor António Manuel Filipe Rocha Pimentel, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, actualmente a exercer funções como Director do Museu Nacional de Arte Antiga;
- Prof. Doutor António Manuel de Almeida Camões Gouveia, Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
- Prof. Doutor José Alberto Simões Gomes Machado, Professor Catedrático da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora;
- Prof. Doutor Hugo Martins Gonçalves Ferrão, Professor Associado da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa;
- Prof. Doutor Vítor Manuel Guerra dos Reis, Professor Auxiliar da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, co-orientador;
- Prof. Doutor Vítor Manuel Guimarães Veríssimo Serrão, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- Prof. Doutor Fernando Jorge Artur Grilo, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, orientador.

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

SFRH/BD/70231/2010

**2016**



# ANEXO DOCUMENTAL

DOCUMENTO 1 .....	1
DOCUMENTO 2.....	3
DOCUMENTO 3 .....	5
DOCUMENTO 4 .....	7
DOCUMENTO 5 .....	9
DOCUMENTO 6 .....	13
DOCUMENTO 7 .....	17
DOCUMENTO 8 .....	21
DOCUMENTO 9 .....	25
DOCUMENTO 10 .....	31
DOCUMENTO 11 .....	33
DOCUMENTO 12 .....	37
DOCUMENTO 13 .....	41
DOCUMENTO 14 .....	45
DOCUMENTO 15 .....	49
DOCUMENTO 16 .....	51
DOCUMENTO 17 .....	57
DOCUMENTO 18 .....	59
DOCUMENTO 19 .....	61
DOCUMENTO 20 .....	63
DOCUMENTO 21 .....	65
DOCUMENTO 22 .....	67
DOCUMENTO 23 .....	69
DOCUMENTO 24 .....	71
DOCUMENTO 25 .....	73
DOCUMENTO 26 .....	75
DOCUMENTO 27 .....	77
DOCUMENTO 28 .....	79
DOCUMENTO 29 .....	81
DOCUMENTO 30 .....	89
DOCUMENTO 31 .....	95
DOCUMENTO 32 .....	101
DOCUMENTO 33 .....	107
DOCUMENTO 34 .....	111
DOCUMENTO 35 .....	115
DOCUMENTO 36 .....	121

DOCUMENTO 37 .....	129
DOCUMENTO 38 .....	137
DOCUMENTO 39 .....	139
DOCUMENTO 40 .....	143
DOCUMENTO 41 .....	147
DOCUMENTO 42 .....	151
DOCUMENTO 43 .....	155
DOCUMENTO 44 .....	159
DOCUMENTO 45 .....	161
DOCUMENTO 46 .....	167
DOCUMENTO 47 .....	179
DOCUMENTO 48 .....	181
DOCUMENTO 49 .....	185
DOCUMENTO 50 .....	189

---

# Anexo Documental

---





**Carta de Visitação de D. Martim Afonso de Melo.**

**Registos Paroquiais da Covilhã - Freguesia de Santa Maria Madalena (microfilme 178) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Visitações), fls. 4 e 4v.**

**Data: 10 de Junho de 1679.**

**(Publicada em dissertação de mestrado da autora)**

*Jacinto de Souza conego na Sancta Sée da Guarda vizitador ordinario do districto da Covilhã pelo Meretissimo Reverendissimo Senhor Dom Martim Affonso de Mello por merce de Deos e da Sancta Sée da cidade da Guarda e do conselho de Sua Alteza Meretissima. Aos que esta minha carta de visitaçam virem ouvirem ou della noticia tiverem saude e pax em Jesus Christo nosso Senhor que de todos he verdadeiro remedio, e salvação, faço saber que tendo eu por vizitaçam e nesta Igreja de Sancta Maria Magdalena de Covilhã por me parecer mais conveniente ao serviço de Deos e ser necessario provi o seguinte*

*O Reverendo Prior mandara por tres veos para o Calix branco carmesim e roxo, e mandara consertar o Almario em que se recolhem os Sanctos Oleos, e mandara fazer huã sobrepeliz de bom pano para a administração dos sacramentos porquanto he indecente a que ha para andar na villa e mandara por hum lapadario para a capella mor e dous cirios para as missas conventuais, e administração dos Sacramentos o que tudo comprira athe á futura vizitaçam sob penna de sinquo cruzados.*

*Os freguezes mandaram fazer huãs portas novas para o que se valeram de mil e duzentos reis que tem o Reverendo Arcipreste em sua mão de hua condemnação os quais applicou para a dita obra, e mandaram por dous pannos de quaresma para os Altares collaterais o que tudo compriram com pena de duzentos reis que pagara cada freguez.*

*Mando que esta vizitaçam e os mais se cumpram e guardem como nellas se conthem sob as pennas nellas impostas. E o Padre Cura lera desta a estação da Missa conventual a seus freguezes em tres domingos ou dias Sanctos sob penna de excomunham mayor, e da*

*publicaçam passara certidam desta. Dada em esta dita villa de Covilhã sob meu sinal, e sello de sua Excelencia e nos 10 dias do mês de Junho de 1679 annos.*

*Jacinto de Souza*

*Publiquei a visitaçõ assima como nella se contem a estaçõ da missa conventual e por verdade passei esta que me assinei ao 9 de Julho de 679*

*Luis Vaz*

**Carta de Visitação de D. Martim Afonso de Melo.**

**Registos Paroquiais da Covilhã - Freguesia de Santa Maria Madalena (microfilme 178) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Visitações), fls. 5 e 5v.**

**Data: 31 de Maio de 1682.**

**(Publicada em dissertação de mestrado da autora)**

*Jacinto de Souza conego na Sancta Sée da Guarda vizitador ordinario do districto da Covilhã pelo Meretissimo Reverendissimo Senhor Dom Martim Affonso de Mello por merce de Deos e da Sancta Sée da cidade da Guarda e do conselho de Sua Alteza Meretissima. Aos que esta minha carta de visitaçam virem ouvirem ou della noticia tiverem saude e pax em Jesus Christo nosso Senhor que de todos he verdadeiro remedio, e salvação, faço saber que tendo eu por vizitaçam e nesta Igreja de Sancta Maria Magdalena nella provi o seguinte para serviço de Deos.*

*O Reverendo Prior nam pos a bolça de corporais nem o lampadario nem o sobrepeliz como se lhe mandou na passada e incorreo na penna imposta mas por se me obrigar o Reverendo Manoel Lourenço a por as ditas obras athe dia de Sam Miguel proximo futuro pelo que digo o alevio da penna por esta ves, e achando na futura vizitaçam que nam estam cumpridos os cappitulos passados se lhe executar a penna em dobro.*

*O Reverendo Cura tresladar a todas as pastorais que mandou o Reverendo Bispo da Guarda e as justara em um livro, e as publicara para que venha a noticia de todos.*

*Mando que esta vizitaçam e as mais e cumpram e guardem como nellas se conthem e o Reverendo parocho publicara esta a estaçam da Missa a seus freguezes em tres Domingos ou dias Sanctos para que venha a noticia de todos e passara certidam desta. Dado em vizitaçam nesta villa de Covilhã sob meu sinal e sello de sua Excelencia aos 31 de mayo de 682.*

*Jacinto de Souza*



**Pastoral de D. Frei Luís da Silva.**

**Registos Paroquiais da Covilhã - Freguesia de Santa Maria Madalena (microfilme 178) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Visitações), fls. 9v, 10, 10v.**

**Data: 25 de Novembro de 1685.**

**(Publicada em dissertação de mestrado da autora)**

*Pastoral que mandou o Meretissimo Bispo sobre ...(?) dos Priores em as Matrizes e o ornato das Igrejas.*

*Dom Frey Luis da Sylva por merce de Deos e da Sancta Sée Apostolica Bispo da Guarda do conselho de sua Magestade. Fazemos saber que reconhecendo nos que huã das principais obrigações de nosso officio hé cuidar muito na perfeição do culto divino e veneração dos templos, e considerando que huã das cauzas de os templos não terem veneração hé o pouquo cuidado que nelles se tem do culto divino pois pela indecencia com que se ornão os Altares pella pouqua limpeza que há em os templos mais parecem lugares profanos que sagrados; e costuma isto nascer de algũs Parrochos, buscão mais as suas couzas, que as de Jezu Christo achando-se por esta cauza mais indecencia nas Matrizes porque os seus Parrochos buscão na vivenda das filiais o seu lucro, querendo nos evitar o discredito dos particulares, e vendo que nas Leis comuas não há discredito especialmente sendo prezente a Deos, que a nossa tenção se encaminha só que Elle seja servido na Igreja; como milhor pode ser servido resolvemos amandar as couzas seguintes: Mandamos a todos os Reverendos Parrochos deste nosso Bispado que tem Igrejas anexas, e não vivem nas suas Matrizes que sob penna de sinquenta cruzados se passem dentro de tres mezes para as suas Matrizes e os curas, que nestas tem os passem para as anexas, e aos tais curas damos por esta nossa Pastoral poder para que curem as anexas como athe agora curavam as Matrizes. Mandamos a todos os ditos reverendos Parrochos debaixo da penna assima comminada que dentro em seis mezes provejão as suas Igrejas assi Matrizes como anexas dos ornamentos que a Igreja manda haver, que são frontais, e vestimentas, veos e bolças de corporais de todas as quatro cores, a saber: branco, vermelho, roxo, e verde, e outro si dentro de hũ anno fação reparar todas as cappelas mayores, e sanchristias de todas essas Igrejas para que lhe não*

*chova nem estejão com indecencia. E mandamos aos Juizes e Mordomos de todas estas Igrejas sob penna de cada hũ pagar quatro mil reis do Aljube, que dentro de oito mezes que se começarão a contar depois da Publicação desta nos avize se o seu Reverendo Parrocho tem satisfeito ao que mandamos nesta Pastoral, e o que deixou de cumprir, e o que assima temos ordenado a todos os Reverendos Parrochos que tem anexas assim e da mesma maneira o mandamos a todos os Reverendos Parrochos deste Bispado, ainda que não tenham anexas e declaramos, que a todos queremos comprehender nesta Pastoral pelo que todos tratem do provimento e reparo de suas Igrejas; e que todos encorão nas pennas comminadas se faltarem ao dito reparo, e provimento para o Culto Divino. Mandamos ao nosso Reverendo Vizitador do districto da Covilhã faça ler esta nossa Pastoral, tanto que entrar em cada huã das Igrejas, e a mande logo logo lançar pello Reverendo Parrocho em o Livro da Vizita, e o escrivão desta não fará no tal Livro os capitulos da Vizita antes da Pastoral estar nelle lançada, e se obrigará ao fazer assim quando tomar o juramento nas maõs do nosso Vizitador. Dada na Guarda aos 25 de Novembro de 1685, debaixo de nosso sygnal e sello de nossas armas. Manoel Leitão de Magalhães secretario do Bispo meu senhor de mandado seu a escrevi. = Frey Luis Bispo da Guarda = Lugar do Signete = e não contenha em sy mais a dita Pastoral, a qual eu o padre Manoel Feio cura na Igreja de Santa Maria Magdalena tresladei, bem e na verdade como em ella o Illustrissimo Senhor Bispo ordena.*

**Carta de Visitação de D. Frei Luís da Silva.**

**Registos Paroquiais da Covilhã - Freguesia de Santa Maria Madalena (microfilme 178) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Visitações), fls. 11 e 11v.**

**Data: 24 de Maio de 1686.**

**(Publicada em dissertação de mestrado da autora)**

*Jacinto de Souza conego na Sancta Sée da Guarda vizitador ordinario do districto da Covilhã pelo Meretissimo Reverendissimo Senhor Dom Frei Luis da Sylva por merce de Deos e da Sancta Sée Bispo da Guarda e do Conselho de Sua Magestade. Aos que esta minha carta de visitaçam for publicada saude e pax para sempre em Jesus Christo nosso Senhor que de todos he verdadeiro remedio, e salvação. Faço saber que vizitei esta Igreja de Sancta Maria Magdalena desta villa da Covilhã prezentes o Reverendo Padre Cura, Luis da Figueira e alguns freguezes; e por serviço de Deos provi e mandei o seguinte.*

*O Reverendo Prior mandara por as vestimentas brancas que se lhe mandou nas passadas, e hum cofre ou vazo Sacramental para levar o Sagrado Viatico aos enfermos, porque me consta que o leva em corporaes; o que he insolente, e mandara fazer huã alva de bom linho, e feitio, e por huãs gualhetas de estanho novas; e mandara por vidro e corda na lampada para que se possa acender aos Domingos e dias Sanctos; o que tudo cumprira, com o mais que se conthem na Pastoral de sua Eminencia sob as pennas nella impostas.*

*Os freguezes mandaraõ fazer hum retabollo no altar collateral, que condigna com o de Sancta Luzia; e mandaraõ comprar huã caldeirinha para agoa benta de feitio, que costumão ser as das Igrejas, o que cumprirão sob penna de se proceder com censuras contra elles, e serem condemnados a arbitrio conforme o seu descuido. E outro si hum livro para os assentos dos Baptizados o Padre Cura fara observar as Pastoraes do Meretissimo Senhor D. Martim Affonso de Mello e Synodo principalmente no que toca á douctrina que fará sob as pennas nellas impostas.*

*Mando que esta vizita, e as mais se cumpraõ e guardem como nellas se conthem. O Reverendo Padre Cura publicara esta a estação juntamente com a Pastoral de Sua*

*Eminencia em dous dias festivos, sob penna de excomunham mayor, e de dez cruzados, e da publicação de huã outra passara certidão ao péé desta. Dada em vizitaçam sob meu sinal e sello de Sua Eminencia aos 24 de Mayo de 686 e eu Joseph da Fonseca escrivão da vizitaçam que a sobescrevi.*



**Carta de Visitação de D. Frei Luís da Silva.**

**Registos Paroquiais da Covilhã - Freguesia de Santa Maria Madalena (microfilme 178) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Visitações), fls. 12, 12v, 13, 13v e 14.**

**Data: 26 de Abril de 1687.**

**(Publicada em dissertação de mestrado da autora)**

*Dom Frey Luis da Sylva por merce de Deos, e da Sancta Se apostolica Bispo deste Bispado da Guarda do Conselho de Sua Magestade Nossa. A todos os que esta carta de vizitação virem saude e paz para sempre em Jezu Christo nosso Senhor que de todos hé verdade remissão e salvação. Fazemos saber que vizitando no pessoalmente esta Igreja de Santa Maria Magdalena prezente o Reverendo Parocho della, Juiz da Igreja e mayor parte dos fregueses, por serviço de Deos nos pareceo prover pela maneira seguinte.*

*Attendendo a que o principal da nossa obrigação consista em ensinar novos e velhos saibam o que ... (?) para se salvarem, e ... (?) principal ... (?) almas, Mandamos ao Reverendo Parocho desta Igreja sob pena de suspensão de suas ... (?), ipso facto incurrenda , e de dous mil reis para a fabrica da dita Igreja que todos os Domingos do anno irremissivelmente por sy mesmo ensine a doutrina christã, para o que lhe daremos as duas folhinhas impressas que fará por no Arco da Capellamor donde todos as possam ler, e donde não serem tiradas, para que por estas possa ensinar e os fregueses aprender e os que forem remissos em virem a Doutrina, ou não mandarem os filhos ou os criados pella primeira e segunda ves os admoestará e pella terceira e quarta os evitará da Igreja athe continue em virem a Doutrina, e não a sabendo os não admitirá a Confição nem os poderá absolver e declaramos que nas Igrejas em que ouver Priores ou Vigarios, e tiverem curas a nossa tenção he que à Doutrina Christa ensinem por sy mesmos ou os Priores ou os Vigarios e não os seus Curas porque os tais Priores ou Vigarios he a nossa tenção comprehender na ... (?) imposta porque a elles e não aos seus Curas he que incumbe a Cura das Almas da sua freguezia.*

*E porque nas ditas folhinhas se conthem o modo de saber ter ... (?) emcomendamos muito ao Reverendo Parracho que para ella exorte aos seus fregueses e a estes pedimos*

*pellas entranhas da Misericordia de nosso Senhor que se afeiçoem ao exercicio da oração, Meyo por honde livrarão as suas consciencias das culpas que são as Raizes donde nacam as mas ...(?) e todos os mais castigos que vem as ...(?), e de baixo da dita pena de suspensão asima cominadas, mandamos ao Reverendo Parrocho desta Igreja que hoje ...(?) diante ...(?) que todos os sabados e Domingos do annoou por sy ou pella ...(?) ou por outro qualquer ...(?) escolhendo destes dois dias o que lhe for mais conveniente, digo facil de ...(?) aos seus fregueses, reze ou cante com elles a ladainha de nossa Senhora para que a May de Deos tome de baixo do seu amparo esta freguesia, e alcance da Misericordia de Deos para os pecadores que nella ouver.*

*Mandamos ao Reverendo Parrocho sob pena de o castigarmos gravemente que tendo precizão ...(?) para a ...(?) freguesia ou fazendo della auzencia na forma que dispoem o ...(?) não encomende a administração do Sacramento do Baptismo nem fie Sacerdote algum que não esteja habilitado na pureza de sangue, ou pello Illustrissimo Senhor Bispo nosso antecessor ou por nos.*

*Por evitarmos os perigos que experimentão aquelles que se querem habilitar de genere pois sendo hum homẽ cazado e tendo filhos, de todas essas suas molheres. E havendo em algum de seus matrimonios impureza no sangue mal se averiguem de que matrimonio he filho o justificante e ao menos pode haver emgano nessa justificaçam Mandamos ao Reverendo Parrocho sob pena de excomunham Mayor ipso facto incorrenda que no assento que fizer dos Baptizados ...(?) os nomes dos Pais. E os nomes dos primeiros Maridos ou Molheres que tiverão.*

*Mandamos ao Reverendo Parrocho sob pena de vinte cruzados pera a fabrica da Igreja que não consinta pregar pregador algum sem lhe mostrar licença nossa passada na forma da nova pastoral e terá o Reverendo Parrocho grande cuidado de avisar aos Mordomos que quando buscarem pregador lhe advirtão que não vão fazer o sermão sem levarem licença nossa pera lhe mostrar e terá tambem o Reverendo Parrocho grande sentido em que se não ponhão cruces nas tampas das sepolturas e de mandar riscar as que ouver.*

*Por evitarmos os perigos que pode haver pera as consciencias mandamos que todos os que apresentam Curas ou ...(?) lhes dem a Congrua, ...(?) que lhe he curado(?), e porque não aconteça que algum cura se entende com o pé de Altar e por isso demita da porção que lhe deve dar quem o apresenta, declaramos que o tal Padre cura que isso fizer lhe avemos desde agora pera então por suspensa toda a jurisdição que tiver pera curar.*

*Por que a vivenda dos campos tem introduzido mais liberdade da ...(?) as ...(?) dos Templos, mandamos que nenhum clérigo possa assistir nos officios sem sobrepeliz e volta e o que sem isso ...(?) ...(?) a esmola do officio e essa esmola aplicamos a Irmandade do Senhor, e aonde se não ouver pera a fabrica da Igreja, com os mesmos desejos Mandamos sob pena de suspensão de suas ordens ipso facto incorrenda que quando forem a Igreja pera dizer missa vão compostos com voltas, e não com lenços ao pescoso.*

*Mandamos que esta nossa carta de visitaçam se cumpra, e goarde, como nella se conthem, e ao Reverendo Parocho mandamos sob pena de suspensam de suas ordens ipso facto incorrenda a lea aos seus fregueses nos primeiros tres Domingos ou dias sanctos de guarda a estação da Missa Conventual pera que venha a noticia de todos, e passará certidão ...(?) della na forma costumada. Dada em Covilham em visitaçam sob nosso signal e sello de nossas armas aos 26 de Abril de 687 Manoel Leytam de ...(?) secretario de Sua Illustrissima de mandado do mesmo Senhor a fiz.*

*Frei Luis Bispo da Guarda*



**Pastoral de D. Frei Luís da Silva.**

**Registos Paroquiais da Covilhã - Freguesia de Santa Maria Madalena (microfilme 178) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Visitações), fls. 16v, 17, 17v, 18 e 18v.**

**Data: 06 de Janeiro de 1689.**

**(Publicada em dissertação de mestrado da autora)**

*Dom frei Luis da Sylva por merce de Deos e da Sancta Séé Apostolica Bispo da Guarda do Conselho de Sua Magestade.*

*A todos os nossos subditos saude e pas em Jesu Christo nosso Senhor, que de todos he verdadeiro remedio, e salvação. Fasemos saber, que a Santissimo papa Inosçencio undecimo presidente hora em a Igreja de Deos, movdo assi do incansavel cuidado, com que procura a salvação das nossas almas, e do vigilante zello, que deve ter para a veneração, e culto de Deos em as suas Igrejas, e como tambem cortado do escandallo, e ...(?), que lhe ...(?) saber o como nos templos de portugal, se falla, e grita que parece são essas vozes e gritos athe dentro dos muros de Roma, e temendo, que o estar, e fallar nos templos, como se está a fallar na praça parece que he desconheçer a differença, que ha entre a praça , e o templo: pois a praça he lugar prophano, e para os negocios do mundo, e o templo he lugar sagrado, e casa de oração, que só he ter tracto com Deus; Mandou ao Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor Nuncio de Portugal ordenasse como ordenou aos Senhores perlados deste Reino, que cada hum em o seu bispado fizesse publicar, e observar as couzas seguintes*

*Que em cada huma igreja sejam deputados dous saçerdotes dos mais authorizados, e graves, os quais sejam guardas do sanctuario, e casa de Deus para que não permittão, que entrem em ella molheres decotadas, nem que estejam de meio olho pareçendo porem, que se possa permittir que tenham o manto sobre o rosto de tal modo, que possam ver os sagrados altares, sem que sejam vistas, procurar tambem que as molheres inda fora das igrejas andem cubertas, e não decotadas, e que na igreja senão falle entre homens e mulheres, nem entre homens e homens nem entre mulheres, e molheres; mas que todos estejam com tal devoção, reverença, e culto, que he devido ao templo de Deus, que he casa de oração. Que se prohiba*

*de baixo de pena de excomunham que em nenhuma igreja se representem commadias(?), ou outras representaçois, ainda que sejam de cousas espirituais, e debaixo da mesma pena fique prohibido as religiosas de representallas em qualquer lugar de seus mosteiros. E finalmente que contal occasião se renove a ordem de não comer, nem beber nas igrejas, e nos lugares juntos na mesma forma, que foi promulgada. Pello que exhortemos a todos os nossos subditos, o lhes rogamos pellas entranhas de nosso Deos digo pellas entranhas da misericordia de nosso Deos guardem, e observem as ordens de sua sanctidade, e muito espicialmente a veneração, e silencio com que devem estar nas igrejas, lembrandose de que sente Deos tanto as irreverencias de sua casa, que por sua propria mão castiga esta offensa: pois fazendose Deos homem por ter mãos que se pregassem em huã Cruz para remedio do peccado para o peccado de injurear o templo, essas mesmas mãos fizeram os azorragues, com que dessem o castigo, sendo o maior lançar fora da casa de Deos esses peccadores, que não respeitavão o templo, e assim temão todos os nossos subditos o formidavel castigo de Deos os lançar de sua casa: pois não terãp donde busquem a Deos para os ouvir e remedear nas suas afflições, e necessidades, se estiverem expulsados da casa de Deos; e posto que esperamos tractem todos de ter a Deus mui proprio para que as perturbaçois, em que se acha a Europa não cheguem a este Reino pera que tenham maior merecimento Mandamos a todos os homens nossos subditos de qualquer calidade; e estado que sejam sob pena de excomunhão maior ipso facto incurrenda, que não fallem em as igrejas com molher alguma, espicialmente enquanto se estiver a missa, e mais officios divinos, e debaixo da mesma pena; Mandamos as molheres que da mesma sorte não fallem com os homẽs. E outro sy Mandamos que na igreja, e enquanto se assistir aos officios divinos, e se disserem missas nenhum homem falle com outro homem, e nenhuma molher falle com outra molher assim como manda Sua Sanctidade sob pena de pagar meio tostão, quem quebrar esta ley a qual condemnação applicamos para a cera do Sanctissimo Sacramento aonde ouver sacrario, e se entregará aos seus Mordomos, e onde não ouver sacrario, será para a fabrica, menor, e se entregará a quem o direito dessa fabrica se costuma entregar, e nomeamos aos Reverendos Parochos por guardas dos sanctuarios de Deos, como Sua Sanctidade ordena, aos quais Reverendos parochos mandamos sob pena de suspensão de suas ordens fação, que os homens, e molheres das suas freguesias observem o que segundo a ordem de Sua Sanctidade aqui dispomos, e cobrem as condemnações, e as entreguem a quem as applicamos, e pera que chegue a noticia de todos mandamos passar a presente; que será publicada em a nossa See, e se fixará em as suas portas donde não será tirada, e se passarão copias para que o Reverendo Vigario da*

*Ouvidoria de Abrantes, e os Reverendos Archiprestes a façção publicar em os seus distritos, e cada hum dos Reverendos parochos trasladará esta no Livro das pastorais, e mandará çertidão de como foi publicada e trasladada dada em nosso paço de Castelo Branco sob o nosso signal, e sello de nossas armas aos seis dias do mes de Janeiro de mil, e seiscentos, e oitenta, e nove o beneficiado Francisco da Motta, e Sylva capellão de Sua Illustrissima a fes de seu mandado frei Luis Bispo da Guarda e não continha mais a dita pastoral, que bem, e fielmente trasladei aqui por mando do dito Illustrissimo Senhor Bispo hoje tres de março da sobredita era.*

*O Prior da igreja de Sancta Maria Madalena*

*Francisco ...(?)*





**Pastoral de D. Frei Luís da Silva.**

**Registos Paroquiais da Covilhã - Freguesia de Santa Maria Madalena (microfilme 178) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Visitações), fls. 21, 21v, 22 e 22v.**

**Data: 11 de Junho de 1690.**

**(Publicada em dissertação de mestrado da autora)**

*Dom Frey Luis da Sylva por merce de Deos e da Sancta See Appostolica Bispo da Guarda do Conselho de Sua Magestade. A todos nossos subditos saude, e pas pera sempre em Jesu Christo nosso Senhor que de todos he verdadeiro remedio e salvação fazemos saber que nos constou assim pellas repetidas pregações, que se fizerão em nossa presença, como ...(?) avisos, que tivemos de alguns confessores de nosso bispado, que nelle algumas pessoas a quem o inimigo tambem do genero humano leva certamente ao infimo pello caminho enganoso de algumas oraçois fazendolhes persuadir se salvarão, sem fazer verdadeiro e ...(?) confissão de seus peccados, e que bastará confessallos a Deos dizendolhe as tais oraçois. E que tambem bastará dizellas quando se puserem ...(?) para comungarem sem que ...(?) confessado os seus peccados; Ou avendo na confissão emcuberto aquelle peccado em que tiver maior peso(?). e outro sy fazendo lhes persuadir que bastará trazerem as tais oraçois consigo ou persuadirem outros que consigo as tragão, para que se salvem ainda, que estejam trinta annos sem se confessarem metendo lhes na cabeça o rediculo dispropósito de que sam oraçois que Christo deixou postas no altar de Roma. E outros ensinandolhes, que ao entrar das igrejas digão certas heresias como se isso fosse fazera deus huã grande reverência. E como temos tantas obrigaçois ...(?) dos erros, e viçios, a todos nossos subditos lhe encomendamos muito, e pedimos pellas entranhas de nosso Deus se não deixem enganar das ...(?) astucias do inimigo commum. ...(?), que pode aver oraçam alguma, enquanto ...(?), ou traduzida, se possão salvar os peccadores, sem que aos pes do confessor fação inteira, e verdadeira confissão de seus peccados, e crimes. Antes ...(?) muito; e dizer essas oraçois he grave peccado, e encubrir algum he gravissimo sacrilegio, sendo em confissão. E para que em diante a graça, e misericordia de Deos, se fechem as portas as tentaçois, e maquinaçois do demonio. Mandamos a todos os nossos subditos, assim homens como molheres de*

*qualquer grao, e condição, que sejam sob pena de excomunham maior ipso facto incurrenda, cuja absolução a ...(?) digo cuja absolução a nos reservamos que desde a hora enque esta lhes for publicada nam digão mais pallavras, oraçois algumas fora das que estão definidas ordenadas pella Igreja catholica, sem que ...(?) hajão licença expressa do nosso Reverendo Provisor, fazendolhes ...(?) as pallavras, e oraçois, que dizem. E de baixo das mesmas penas Mandamos a todos nossos sobreditos subditos que, se tem alguns papeis, devoçois, e oraçois nelles remetta logo pellos seus confessores, as quais mandamos sob pena de suspensão de suas ordens ipso facto incurrenda, e de nos fazerem assim os avemos por suspensos da jurisdição e por não aprovados para confessarem. Que tenham especial cuidado para inquirir nas confissões (sejam quais que forem os penitentes) se fazem algumas devoçois ou oraçois, e constandolhe que nellas há erro, o ...(?) encomendandolhe aos ditos confessados que sabendo que algumas pessoas tem semelhante ...(?), e advirtam para se emmendarem, e quando aos tais confessores, se lhes faça devida se nas tais oraçois ja algum erro, ou engano o comuniquem ao nosso doutor Provisor. E encomendamos muito aos Reverendos padres pregadores deste Bispado, que vindo pregar algum povo, se informem se há nelle algum desses erros, ou vicios, que andem muito ateados, e cuidem muito nas pregaçois em extinguir estes erros, e vicios, ainda que os sermois sejam para ...(?). Porque o encaminhar as almas para deus são os maiores louvores para os sanctos. E para que tudo se acabe neste bispado se entender ser o fim da pregação converter almas a Deos, e não mercançia.*

*Mandamos a todos os Reverendos parochos deste Bispado sob pena de suspensão de suas ordens, que não admittão a pregar segunda ves na sua igreja ao pregador que não observou esta nossa pastoral; e para que ella chegue a noticia de todos, se lerá em nossa see e o escrivão da Camara passará copias para o Reverendo Vigario da Ouvidoria de abranes, e Reverendos archiprestes, para que logo logo a fação publicar em seus districtos. E aos Reverendos parochos deste bispado mandamos sob as penas acima cominadas trasladem esta pastoral no livro das pastorais donde a lerão huma ves cada mes em dia sancto ou domingo aos seus fregueses, ensinandolhes nessa ocasião como o unico remedio dos peccadores he o sacramento da confissão enquanto a não podem, hum acto de contrição com proposito de confessar, tendo oportunidade, e que nenhum outro remedio ha mais, nem pode aver, ainda que fação oraçois mais sanctas, e mais approvadas para se salvar havendo peccado. Dada em nosso paço de Castello Branco sob nosso signal, e sello de nossas armas, aos onze dias do mes de Junho de mil, e seiscentos, e noventa annos. O beneficiado Francisco da Motta e Silva capellão de Sua Illustrissima, e recebedor de suas rendas e mitra o sobescrevi.*

*Frei Luis Bispo da Guarda.*



**Carta de Visitação de D. Rodrigo de Moura Teles.**

**Registos Paroquiais da Covilhã - Freguesia de Santa Maria Madalena (microfilme 178) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Visitações), fls. 29, 29v, 30, 30v, 31 e 31v.**

**Data: 03 de Agosto de 1696.**

**(Publicada em dissertação de mestrado da autora)**

*Dom Rodrigo de Moura Telles por merce de Deos e da Sancta Sé Apostolica Bispo deste Bispado da Guarda do Conselho de sua Magestade, e seu sumilher da Cortina Aos que esta nossa Carta de vizita virem, e for publicada saude, e pax para sempre em Jezu Christo nosso Senhor, que de todos he verdadeiro remedio, e salvação, fazemos saber, que vizitando nós pessoalmente no spiritual, e temporal esta Parochial Igreja de Sancta Maria Magdalena desta villa de Covilha em prezença do Reverendo Prior, Padre Cura, Clero, Juiz da Igreja, e da mayor parte doz fregueses, e por nos parecer serviso de Deos, e augmento do Culto divino, provemos, e mandamos o seguinte.*

*Ordenamos, e mandamos que o Reverendo Parocho desta Igreja continue com as Ladainhas a Nossa Senhora nos sabbados de tarde a horas que se acabem com de dia, ou nos Domingos de manhã, em que se ajuntão os freguezes todos, para os que se darão huãs badeladas no syno; e outro fim ensinarâ nos Domingos a doctrina Christã a seus freguezes explicandolhes os mistérios necessários (pella folhinha que deixamos) para salvação de suas Almas, que devemos encaminhar, quanto nos for possível, como também nos Domingos per annum á estação da missa Conventual lerá a seus freguezes os Capitulos de nossas Constituições pela forma, e maneira, que nellas se ordena No Libro 24. Capitulo 2. Folio 579. sob pena de dous mil reis applicados para a fabrica desta Igreja, e Meirinho: e encomendamos mesmo aos nossos Reverendos Vizitadores perguntem nas vizitas se se observa este nosso Capitulo, e o fação observar com a dita pena asima imposta, e irremissivelmente a paguem.*

*Item encomendamos mesmo ao Reverendo Parocho desta Igreja tenha grande cuidado se as Ermidas, que estão no lemite desta freguezia, estão decentes, e com boas portas, e se se*

*fechão, e abrem só nas occasioens, em que os devotos se querem encomendar a Deoz, e se se tornão a fechar, e em nenhuã forma consinta que estejam abertas sempre, nem sem portas; e quando as pessoas, que tem obrigação de terem as ditas Ermidas decentes, e as portas fechadas o não fizerem como deixamos advertido; o Reverendo Parocho sob pena de excomunhão mayor ipso facto incorrenda de Conta ao nosso Reverendo Arcipreste a quem damos poder, e jurisdição, para que Logo mande com as penas, que lhe parecer, tapar as portas da tal Ermida de pedra, e cal, para que se não uze della enquanto se não põem decente, e haja mais vigilância em se fecharem as ditas portas; o que observarão, porque he menor o inconveniente de se executar assim, do que se fizerem nas ditas Ermidas alguãs cousas indecentes, como com grande magoa nos tem chegado à noticia.*

*Item por se evitarem alguns inconvenientes, que consideramos podem succeder na administração do Sacramento da penitência, ordenamos, e mandamos ao Reverendo Parocho desta Igreja, e mais Confessores que a ella vierem administrar o dito Sacramento, não confessem Mulher alguã de qualquer idade, qualidade, ou condição, que seja fora do Confessionario, se não pelas gradinhas delle, sob pena de excomunhão mayor ipso facto incorrenda que lhes comissamos, como também havemos por suspensos de officio, Beneficio, e de jurisdição de confessar no mesmo acto da Confissao ao dito Parocho e mais Confessores, que o contrario fizerem; o que huns e outros observarão asim nesta Igreja, como nas Ermidas cittas nesta freguezia, sob as mesmas penas asima impostas neste nosso Capitulo.*

*Item por se nos representar, e sermos informados das mesmas excomunhoens, e suspensoens, que por nossos antecessores forão postas, assim por Pastoraes, como por Capitulos de vizitas aos Parochos; e considerando nós o quam conveniente seria o revogalos, para descargo das Consciencias dos mesmos Parochos: Havemos por bem declarar por nullas; e de nenhu vigor quaesquer excomunhoens, suspensoens, e censuras, que por nossos antecessores são postas aos Parochos desta Igreja; em que não determinamos, o que se deve observar em ordem ao bom governo desta Igreja; e para os Parochos desta acudirem como devem a sua obrigação, sem tanto encargo de suas consciencias.*

*Item por nos constar que nesta Igreja se necessita de huã capa de asperges roxa, ordenamos e mandamos que daqui athe dia de S. Miguel próximo futuro a ponha nesta Igreja.*

*Item por nos constar que não há vazo por que tomem o Lavatorio os freguezes quando Comungão, nem thuribulo, e ...(?) para se administrar o incenso, e como tudo isto he tão necessário para o Culto divino, Ordenamos, e mandamos que no termo de dous mezes se faça, e ponha nesta Igreja hum vazo de estanho fino para os freguezes tomarem o Lavatorio quando Comungão; e hu Turibulo, ...(?) para se administrar o incenso, e o Turibulo será de arame, e a Naveta, e ...(?) para ella do dito estanho. E outro sim se faça hu vazo sacramental de prata para se levar o Sacro viatico aos enfermos, e este será em termo de hum anno.*

*Item por nos constar o quam indecente está o Retabolo do Altar Collateral em que está a Imagem de Sancta Maria Magdalena por falta de frontal, Ordenamos, e mandamos se lhe faça no termo de hum mês, e seja de Osteda branca com sabastos encarnados, o que se fará por conta dos freguezes por ser Altar que está no Corpo da Igreja.*

*Item por nos constar por informações verdadeiras de alguãs pessoas zelosas; e por nos parecer conveniente ao serviço de Deos que as cordas porque se tanger os synos nesta Igreja se mudem de onde estão, para só se tangerem os synos da parte de dentro da Igreja, e não pela de fora Assim, porque não só se evitão as razoes de inconveniente, que consideramos em estarem as cordas dos synos em parte a donde se possão tanger a arbitrio dos que quizerem fazer, e para effeito que lhe parecer, mas também por evitarmos por este modo, que não suceda clamar com o syno os Parochos entendendo elles, que he para algum ministerio do seu officio, podendo resultar daqui algum cazo menos conveniente ao serviço de Deos; o que devemos procurar pelo officio Pastoral que temos, se evite quanto em nós for; Ordenamos, e mandamos que em termo de quinze dias contados da publicação desta Vizita se mudem as cordas dos synos na forma sobredita, o que havemos por mui recommendado ao Parocho desta Igreja.*

*Ordenamos, e mandamos que tudo o que deixamos disposto nesta Vizita se faça pelas pessoas a que pertence na forma nesta declarada; e a que assim o não executar pagará de pena pela omissão e desobediencia quatro mil reis applicados para a fabrica desta Igreja; e Meirinho; alem das mais penas que em tal cazo lhe imporemos a nosso arbitrio; e o Reverendo Parocho desta Igreja nos dará conta, ou ao nosso Reverendo Doutor Provisor se se executão estes capítulos de Vizita, e de todos os cazos graves, que succederem nesta freguezia, para que tendo noticias destes, lhe ponhamos o remedio conveniente, para a salvação das Almas de nossos súbditos; aliás procederemos contra o dicto Parocho severissimamente.*

*Mandamos que esta nossa carta de Vizitação se cumpra como nella se conthem sob as penas nesta impostas, e as mais a nosso arbítrio: e ao Reverendo Parocho que esta leya, e publique a seus freguezes em três dias festivos continuos à estação da missa conventual, e da publicação passará certidão ao pé desta sob as penas da Constituição dada em Vizitação nossa Villa de Covilha sob nosso signal, e sello de nossas armas aos trez dias do mês de Agosto de mil, e seiscentoz noventa, e seis annos. E eu Manoel da Costa Freyre Escrivão da Camera Episcopal, e Secretario da Vizita que a escrevi.*



**Pastoral de D. Rodrigo de Moura Teles.**

**Registos Paroquiais da Covilhã - Freguesia de Santa Maria Madalena (microfilme 178) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. 5, 5v, 6, 6v, 7, 7v e 8.**

**Data: 15 de Maio de 1697.**

**(Publicada em dissertação de mestrado da autora)**

*Dom Rodrigo de Moura Telles por mercê de Deos e da Sancta Sé Apostolica Bispo deste Bispado da Guarda e do Conselho de Sua Magestade que Deos guarde e seo Sumilher da Cortina ...(?) a todas as pessoas asim ecclesiasticas, como seculares, que esta nossa carta pastoral virem, ouvirem ou della noticia tiverem saúde e paz para sempre em Jesu Christo nosso Senhor que de todos he o verdadeiro remedio e salvação; fasemos saber que conciderando nos a grande obrigação, que temos por resão de nosso cargo ...(?) pastoral de vegiar com todo o cuidado sobre a salvação das almas de nossos súbditos procurandolhes quanto nos for possível o melhor e mais seguro caminho para a sua salvação; e por que este consiste no verdadeiro conhecimento da dotrina christam e misterios de nossa sancta fé; como tambem o sacramento da penitencia he admenistrar verdadeiramente por Menistros scientes como meio tão importante por onde nos levantamos da miseria de nossas culpas, e nos ter mostrado a experiencia, nas visitas que temos feito, em todo nosso Bispado (sem omitirmos parroquia alguã) ainda com grande magoa nossa a grave ignorancia que há em nossos subditos na dotrina christam, e misterios principais de nossa sancta fé catolica, ainda dos de necessidade de meio para a salvação de suas Almas não só em pessoas de menos idade mas ainda em alguãs que os annos e experiencias bastavão para lhe ensinar o que como catolicos são obrigados a saber: e desejando nos acudir a este tão prejudicial dano, de o inimigo do genero humano vai introduzindo para perder as Almas que custarão tanto a remir o preciosissimo sangue de nosso Salvador e Redemptor Jesu Christo e como nós tememos sua ...(?) e nos emcumbem rezão de nosso officio pastoral acudir com o remédio para evitar tão grande dano: e por conciderarmos que a quasi total cauza delle procede do pouco zello, e grande descuido que os Parrecos tem em ensinar, como são obrigados a seos fregueses a dotrina christam como se lhes ordena na Constituição deste Bispado Livro 1º TT2*

*Capitulo 1º; não bastando para os despertar do sono de seo descuido, quantas advertencias lhe temos feito e pastorais pasadas por nossos Antecessores, que com tanto zello do servisso de Deos mandarão promulgar. Ordenamos e mandamos, a todos os Reverendos priores, vigarios, curas, e mais parrecos deste nosso Bispado sob pena de vinte cruzados aplicados na forma do estillo, e de ficarem por esta só culpa obrigados a livramento ordinario, com residencia pessoal nas audiencias, sem o poderem fazer por procuradores, e de ...(?) por encomendado na Igreja emquanto durar o ditto livramento, que ensinem a doutrina Christam na forma de nossa Constituição, e nosso compendio; não só as pessoas de menos idade mas tambem aos adultos, e ainda de maior idade não so tendo a doutrina e compendio, mas explicandolhe tudo em modo que as sobre dittas pessoas fiquem bem entendendo os dotts misterios doutrina e compendio; compelindo para isto seos fregueses com pena pecuniaria athe quantia de quinhentos reis termos que se ainda assim ouver alguns ...(?) darão conta para procedermos contra elles, com as mais penas que nos parecer a nosso arbitrio: e como outro sim desejamos por sermos obrigados que o ditto salvamento da penitencia seja administrado por ministros para que tenham as partes, e requisitos necessarios para que susta e elegantemente admenistrem, e por que estes são terem limpeza de sangue, procedimento, bom exemplo na vida, bons costumes e aprovação na ciencia e doutrina para que valida e verdadeiramente absolvão aos penitentes, e por que pello do exame da siencia das pessoas que ouverem de um confessor, e pregar em todo nosso Bispado nos podera constar em plenario conhecimento das licenças e mais requisitos que quiserem admenistrar os ministerios de confessar e pregar, em todo nosso Bispado nos podera ...(?) em plenario conhecimento da siencia, e mais requisitos que quiserem admenistrar os ministerios de confessar, e pregar cujo perambulo he tam presiso para se conseguir o bem das Almas de nossos subditos, que tanto nos estão encarregados, e por este modo segurarmos nossas e suas ...(?); nos pareceo mandarmos passar a presente, nossa pastoral pella qual avemos por ...(?) todos, e quaisquer lisenças de confessar, e pregar, pasadas por nossos antecessores, ou pello muito Reverendo Cabido ...(?), e ainda as que por nos forão concedidas, por despacho nosso, ou de nossos ministros, as quais avemos por revogadas nullas e sem nenhum vigor, e destas não poderão usar os dittos confesores, e pregadores, mais que o dia da publicação desta pastoral o que mandamos em virtude da Sancta Obediencia que nenhum confessor, ou pregador de qualquer grau, digo idade, ou condisão que seja use mais das dittas licenças, que tinha por as avermos por revogadas, passado o ditto termo sob pena de vinte cruzados pagos do ...(?), aplicados na forma do ...(?) ordenamos aos Reverendos, priores, vigarios e*

curas, e mais parrecos deste nosso Bispado não consintão em suas Igrejas ou Ermidas citadas no lemite de sua freguesia, que confessor, ou pregador algum pregue, ou confesse sem primeiro mostrar licença nossa inscripta concedida do dia e data desta nossa pastoral em diante; e porque por razoes que assim nos moverão deixamos ordenado em todas as licenças das vesitas de nossas igrejas deste nosso Bispado que nenhum confessor confessase mulher fora do confessionario, senão pellas gradinhas deste com as penas declaradas nos cappitulos da vesita: e sermos ora certificados, que alguns confessores com grande ignorancia ou pouco temor de Deos, não observão a ditta disposição interpretandoa, não os comprehender: declaramos por esta nossa pastoral que na ditta disposissão foi, e he nossa tenssão comprehender tambem nella os freires e Religiosos Regulares, e não Regulares de qualquer ordem que sejam; e alem das mesmas penas de excomunhão maior ipso facto incorrenda de suspenssão de officio beneficio e da ...(?) de confessar, no mesmo acto da confissão, declaramos mais agora, que os dittos freires e Religiosos Regulares e não Regulares, avemos no mesmo acto de confissão por revogadas as licenças que lhe tivermos dado, para confessarem, e por nullas as dittas confissões, o que se entende nos seos proprios conventos, por que suposto seja dentro nelles exercitão a nossa ...(?), é em subditos nossos aos quais declaramos serem nullas as confissões feitas nesta forma; e tambem declaramos aos Reverendos priores, vigairos, curas, e mais parrecos de nosso Bispado que a mesma pena em que encorrem se confessarem mulheres fora dos dittos confisionarios, e pellas gradinhas delles, encorrem se consentirem confessor algum freire, ou Religioso Regular e não Regular confesse contra a ditta forma em sua parroquia e freguesia. E porque sucede nas pessoas ...(?) pidirem declarassão desta nossa lei aserqua das mulheres que pella muita sua idade, surdas, e ...(?) ou tenrra idade não podem confessarse pellas gradinhas dos dittos confessionarios declaramos que com as dittas pessoas se não entende a ditta proibição; porem encarregamos aos dittos confessores suas consciencias para não abusarem desta nossa declarassão que a fazemos só por evitar emconvenientes, e perturbaçoens nas consciencias de nossos subditos.

Outro sim por sermos informados que há neste Bispado alguãs pessoas que tem em sua casa oratorio em que se diz missa; e que alguns Relegiosos em casas particulares levantão Altares portateis, e que nelles disem missa valendoce para isso de seos privilegios: e outro sim sermos informados que em muitas igrejas do nosso Bispado ha altares eretos não contando terem licença para se diser missa nelles, como tambem em alguãs cappelas, e ermidas não constando terem licença nossa, ou de nossos Antecessores para sua ernessão, e

*não termos dado licenças, e privilegios inteiro conhecimento, ordenamos e mandamos sob pena de excomunhão, e de vinte cruzados applicados na forma do estillo a cujas pessoas a que tocar, cujos nomes, e cognomes aqui havemos por expressar, e declaradas mostrem perante o nosso Reverendo Doutor e ...(?) Vigario Geral dentro de hum mês contado do dia da publicação desta nossa pastoral as licenças que tem para a erezão das dittas ermidas altares ou cappellas; e pasado o ditto termo debaixo das dittas penas mandamos aos nossos subditos assim eclesiasticos como seculares mulher, ou de qualquer estado ou condissão que sejam não concintam em que em suas casas se fassão Altares portateis, nem nelles se diga missa, nem a oução nem nos dittos oratorios sem primeiro mostrarem Breve Apostolico, e licença do prelado por que lhe fosse concedida para nelles se diser missa e sob as mesmas penas referidas, e de suspensão mandamos que nenhum ...(?) diga missa no tal oratorio, sem primeiro lhe constar que os tais titulos foram por nos vistos, e que tem licença nossa, e aos dittos parrecos pello que toca a cappellas, e ermidas, mandamos sob pena de vinte crusados, e de se lhe dar em culpa e ...(?) pomesivelmente pasado o tempo, não lhe mostrando licença o que dispoem as constituições deste Bispado no Lib 4º 1º Cap.1º, como tambem se não diga missa nos Altares que lhe não constar terem licença para este effeito excepto os Altares maiores das igrejas parroquiais é naquelles e cappellas, e ermidas cuja ...(?) de tempo lhe basta por titulo, e esta declaramos entendendo de quarenta annos de tempo em boa fé.*

*E outro sim fasemos a saber a todos os clerigos de qualquer qualidade e condissão que sejam, que não podem ter filhos, e naturais deste Bispado, que querendo ser curas, e confessar nelle se lhe hão de fazer primeiro suas diligencias de genere como se providos fossem em Beneficio ...(?), e os que actualmente estiverem servindo de curas, dentro de dous meses recorrão para se abilitarem, alias serão privados dos dittos curados, e não serão admetidos em tempo algum, sem primeiro serem habilitados. E para que esta nossa carta pastoral, venha a noticia de todos, sera publicada na nossa Sé, e fixada nas portas da parrochial da Igreja de Sancta Maria da Villa de Covilhãa donde não sera tirada sob pena de excomunhão maior, e de vinte crusados applicados na forma costumada, e sob as mesmas penas mandamos a todos os Reverendos parrecos de nosso Bispado, a publiquem, em tres domingos continuos a estação da Missa Conventual, e registem no Livro da Vesita de sua igreja, debaixo das mesmas penas; outro sim, mandamos aos Reverendos Arciprestes de nosso Bispado, que cada hum em seo destrito faça publicar na sobreditta forma, e registrar esta nossa pastoral, que lhe sera remedita pello escrivão de nossa camera, ordenando a cada hum dos dittos parrecos a publiquem a seos fregueses, no primeiro domingo depois de a*

*terem recebido, e pello traslado, e registo della a publicarão nos dous domingos seguintes, e cada hum lhe envie certidão de aver publicado nos tres Domingos e registado, as quais certidões nos enviarão os Reverendos Arciprestes dentro de ceis meses sob pena assima ...(?) remetida ao escrivão da nossa camera ...(?) dada na Guarda sob nosso sinal, e sello de nossas armas aos quinze dias do mês de Maio, de mil e ceiscentos, e noventa, e sette anos. E eu Manoel da Costa freire escrivão da Camera Episcopal, que a escrevi.*

*Rodrigo Bispo da Guarda.*

*Pastoral que Sua Eminencia mandou se publique na Sé, e em todas as igrejas de seo Bispado, como nella se declara, e se fixe nas portas de Santa Maria da Villa de Covilhã.*



**Pastoral de D. Rodrigo de Moura Teles.**

**Registos Paroquiais da Covilhã - Freguesia de Santa Maria Madalena (microfilme 178) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. 1, 1v, 2, 2v, 3, 3v, 4 e 4v.**

**Data: 20 de Maio de 1697.**

**(Publicada em dissertação de mestrado da autora)**

*Dom Rodrigo de Moura Telles por merce de Deos e da Santa See Apostolica Bispo deste Bispado da Guarda do Conselho de Sua Magestade que Deos guarde e seu Sumilher da Cortina a todas as pessoas assim eclesiasticas como seculares de qualquer grao ...(?) ou condisam que seja que esta nossa pastoral virem ouvirem ou della noticia tem vem saude e pax sempiterna em Jezu Christo nosso Senhor, que de todos he verdadeiro remedio e salvação fazemos saber, que por sermos informados e obrigados com razão do nosso officio pastoral a excogitarmos os meynos mais efficazes para ...(?) todos os abuzos e pecados em que ignorantemente cahem nossos subditos e nam so para os ...(?) das culpaz ...(?), mas de os perzervar de que nam cayam nellas comquanto com a geral vizita, que fazemos com todo este nosso Bispado nam so fomos informados dos abuzos, e absurdos culpamente ...(?), e com sciencia experimental nam sendo o menor destes a frequencia com que se trabalha nos Domingos e dias Sanctos e como traz servis o que ...(?) nam so pera ...(?), mas ...(?) para por este modo mostrar as pessoas que trabalham ou que consentem que ...(?) criador, e opperarios trabalhem em suas cazas e fazendas, ô quam ingratos sam a Deos pois renegam esta piquena parte de tempo que para Sy reservou e para sermos ...(?) cometendo menos pecados e dando escandalo em lugar de exemplo quao menor por terem ...(?) deixam dar nam bastando para ...(?) este damno das Almas as penas sob esta ...(?) com nossas ...(?) e dezejando ...(?) tam prejudicial abuzo que a ambicam tem introduzido com tanto damno das Almas dos nossos subditos nos parese o mandarmos passar a prezente nossa charta partoral ...(?) a todas as pessoas eclesiasticas, seculares de qualquer grao e dignidade, ou sexo que seja ...(?) de Deos ...(?) guardem, e façam guardar como sam obrigadas os Domingos e dias Sanctos ...(?) dittos nossos subditos alem das penas impostas ...(?) por condenados a cada hum delles de qualquer callidade, estado ou condisam que seja que se achar trabalhando ou*

*se provar que mandou trabalhar nos dias prohibidos, ou trabalhando antes ou depois de missa em duzentos reis applicados na forma disposta na nossa Constituição, e ao Parocho que o consentir ...(?) emmendar e condemnar as dittas pessoas em dez cruzados, e havendo alguma pessoa ...(?) que denunsie ao Parocho em segredo que ...(?) trabalharam algumaz das ditas pessoas ou mandaram trabalhar, e provandose o que dito bastava ...(?) informação que tomava o Parocho ...(?) á dita pessoa ...(?) tambem em segredo a metade da condenação novamente imposta e pera boa ...(?) da cobrança da dita condenação podera o Parocho as pessoas ...(?) a pagala ...(?) dos officios diurnos athe com efeito pagarem e nam pagando nem ...(?) nos avizará ou ao nosso Reverendo Doutor Provisor para provermos como mais for serviço de Deos ...(?) (\*)*

(\*) – Fólios 2, 2v, 3, 3v, 4 e 4v ilegíveis.



**Pastoral de D. Rodrigo de Moura Teles.**

**Registos Paroquiais da Covilhã - Freguesia de Santa Maria Madalena (microfilme 178) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. 8, 8v, 9 e 9v.**

**Data: 15 de Junho de 1697.**

**(Publicada em dissertação de mestrado da autora)**

*Dom Rodrigo de Moura Telles por merce de Deos, e da Sancta See Apostolica Bispo deste Bispado da Guarda, e do Conselho de Sua Magestade que Deos guarde e seo sumilher da Cortina aos que esta nossa carta pastoral virem, ouvirem e della noticia tiverem, saude e pas para sempre em Jesu Christo nosso Senhor, que de todos he verdadeiro remedio, e salvação fasemos saber, que por nos constar que algumas pessoas seculares, e sacerdotes, e ainda Relegiosos Regulares, e não Regulares deste nosso Bispado, com menos considerassão do que devem, e contra a disposissão das Constituições delle no Livro 3º Capitulo 2º Titullo 3º § 2º e 3º se intrometem a fazer exorcismos para lansar fora os demonios fora dos corpos humanos sem licença nossa ou do nosso Reverendo Doutor Provisor nem precedendo para este effeito, os exames necessarios assim nas pessoas dos exorcizantes como exorcizados, o que he tam conveniente para o servisso de Deos, e credito dos nossos subditos. Mandamos a todas as dittas pessoas asim seculares, como sacerdotes; ainda que parte aos ou Relegiosos Regulares, e não Regulares sejam sob pena de excomunhão maior ipso facto, e de vinte crusados, que sam as penas declaradas na ditta Constituição que a este cazo declaramos entenderçe que daqui endiante não tornem mais a fazer exorcismos a pessoa ou pessoas algumas de qualquer idade calidade ou sexo que sejam, que ouvirem ou ouvem estejam obsessas ou possessas do Demonio ainda que para esse effeito sejam requeridos, sem proceder licença nossa, ou do nosso Reverendo Doutor Provisor, in scriptis, a qual senão dara sem exame e verdadeiras informações. E por que as temos assim ...(?) gerais que fisemos em todo este nosso Bispado ...(?) nos constar occultamente de que os sacerdotes delle, assim Benefeciados parrecos, como os que o não são, usam de alguns Habitos improprios, saindo indecentes do habito sacerdotal, que pello que santificação, e representão devem tratarçe honesta e louvavelmente, o que alguns não fazem, trasendo nós ...(?) negros tais*

caudas, que servem asim de embaraço ...(?) quando celebrão, como pellas ruas trasendoas na mam, ficando em discompostura, ou tanto de rastro, que mais parece ...(?) , redicularia, que gravidade, usando das mesmas ...(?) como roupeta de estudantes seculares, trasendoas abertas, e não andando tonsurados, e usando de arma, tudo contra a forma de nossa Constituissam Livro 3º Titullo 1º e Capitulo 1º the o Capitulo 6º inclusiva despresandoçe do mesmo habito ou não conciderando a gravidade delle hindo a selebrar sem volta e assistir aos officios devinos, e defuntos procissões, e acompanhamentos sem ella e habito menos decente e sem toda a compustura, hindo nos acompanhamentos com chapeos, e sobrepelizes, com paos nas maos o que ha muito para estranhar. Ordenamos, e mandamos que daqui em diante nenhum Clerigo de ordens sacras, ou Beneficiado parroco, ou não parroco deste nosso Bispado, va em todo, ou em parte, contra o disposto destas nossas Constituissuens, proximamente declaradas, que tratão sobre a vida e honestidade dos clerigos, e so prometimos que nos vestidos pretos compridos possão traser nas lobas e cazas(?) tal comprimento que possa arrojear só hum palmo unico ...(?) trasendo as lobas fechadas, e andando tonsurados em forma que paressão Clerigos e não freiras. E ...(?) penas declaradas na ditta Constituição lhe acrescentamos que serão pagas do Aljube; e aos sacerdotes que não assistirem aos officios divinos diurnos e defuntos e não forem nas procissões, a acompanharem ...(?) com toda a compostura, assim de habito, como de ...(?) a bem de não poderem lucrar nenhum emollumento nem a pessoa ou pessoas que mandão fazer os officios serem obrigados ...(?) (sobre o que encarregamos a consciencia aos mesmos sacerdotes) ficara cada hum delles ainda que parroco ou Beneficiado seja obrigado por esta so culpa a livramento ordinario. E porem com grande desconsolassão nossa e ainda de nossos subditos fomos certificados, que muitos sacerdotes deste nosso Bispado sam mui morosos em acompanhar o sacro viatico quando vai aos enfermos: ordenamos, e mandamos com pena dous mil reis pagos do Aljube a todos os Beneficiados, ...(?) sacerdotes, e Clerigos de ordens sacras nossos subditos acompanhem o Santissimo Sacramento com sobrepelizes nas ...(?) sobredittas na forma de nossas Constituições e os nossos Reverendos visitantes perguntarão nas visitas se se cumprem estes nossos mandados irremesivelmente os fação executar, e os meirinhos serão deligentes em observar esta Constituição sob pena de se lhe dar em culpa e para que esta nossa pastoral venha a noticia de todos , sera publicuada na nossa See Catredal e fixada no anteparo della donde não sera tirada sob pena de excomunham maior, e debaixo da mesma pena, e de quinhentos reis para os meirinhos, Mandamos a todos os Reverendos parocos deste nosso Bispado a publiquem a seos fregueses, e em tres dias festivos

*continuos a estação da missa conventual, e registem no livro da visita de sua igreja, e sob as mesmas penas ultimas a publicarão tambem na primeira dominga do Anno e de cada hum anno, a mandamos outro si a todos os Reverendos Arciprestes cujo theor e forma lhe sera remetida pello Escrivão da nossa Camera ordenando a cada hum dos Reverendos Parocos a pbliquem em o primeiro domingo ou dia sancto seguinte depois de averem recebido, e pello traslado della a publicarão nos dous domingos ...(?) e que cada hum lhe envie certidão, de como a pblidou e registou nas tres estações as quais certidões nos enviarão os Reverendos Arciprestes dentro de quatro meses, remetidas ao nosso escriptão da camera. Dada na Guarda, sob nosso sinal, e sello de nossas armas aos vinte do mes de junho de ceiscentos, e noventa e cete annos, e eu Manoel da Costa freire escriptão da camera Episcopal que a sobscrevi // Bispo da Guarda.*



**Pastoral de D. Rodrigo de Moura Teles.**

**Registos Paroquiais da Covilhã - Freguesia de Santa Maria Madalena (microfilme 178) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. 10, 10v e 11.**

**Data: 27 de Agosto de 1697.**

**(Publicada em dissertação de mestrado da autora)**

*Dom Rodrigo de Moura Telles por merce de Deos e da Sancta Se Apostolica Bispo deste Bispado da Guarda do Conselho de Sua Magestade que Deos guarde e seo sumilher sumilher da Cortina. Aos que esta nossa pastoral virem ouvirem e della noticia tiverem saude e pax sempiterna em Jesus Christo nosso Senhor, que de todos he verdadeiro remedio e salvação; fazemos saber que devendo nos pella obrigação, e cargo pastoral que exercitamos fazer quanto em nos ouver por encaminhar as almas de nossos subditos pello caminho da salvação; e fazer quanto as humanas forças abrangerem pellos tirar do uso de supstições, e exemplos prejudiciais a suas consciencias (e ainda que fundados sejam em sentimentos do parecer do mundo) justificados; e de fratos usurarios suposto que com pretexto de acudir a algua nececidade instantanea; porque de não vegiarmos sobre as consciencias de nossos subditos daremos estreita conta a Deos, e sermos informados por pessoas doctas e timoradas, e ser constante que na villa da Covilhã ha huã introdução, abuzo, ou como subprestição, que o inimigo do genero humano introduzio como politica funeral, de não ouvirem missa, nem assistirem aos officios divinos as veuvras e a nosadas(?) e todas as pessoas do genero femenino muitos depois dos falecimentos de seus maridos ou parentes chegados; sendo que só por lhe encomendarem suas almas a Deos nos templos ouvindo missas, e assistindo aos officios divinos por sua tenssão, quando não fora a particular obrigação de assi o fazerem, por catolicos o devião fazer. E por que outro si na vesita que pessoalmente fisemos nos constou que na mesma villa de Covilhã ha hum contrato entre os homes de negocio (e ainda os que o não são) das couzas que recebem em especie como diogos(?) e fazendas, que se trazem do entredouro e se dão fiadas aos officiaes e pessoas particulares que obrão os panos fabrilmente; e por ser tão sabido nos pareceo não os explicar mais mas como este contrato chamado (dar amareu(?)) seja não só escrupoloso, mas usurario, e causa de tantos escrupolos*

na consciencia dos timorados e nos do que não são dos damnos que se seguem do ditto contrato pello que ordenamos, e mandamos a todas as pessoas de qualquer grao estado, e sexo ou condessão que sejam que des da publicação desta em diante, não resem mais do ditto contrato, chamo a merecer, ainda em qualquer pretexto que seja; por ser illicito, e usurario, e como tal pecaminoso: pello ser gravemente reservamos a nos a observação(?) deste peccado passada a primeira vez que delle se acusarem nossos subditos. E outro si mandamos na mesma forma em vertude de sancta obediencia a toda pessoa de sexo femenino, e as mais assima declaradas, não uzem mais do prejudicial abuzo, que tem de não assistirem aos officios divinos nem o de não ouvirem missa as veuvas, filhas, mais, ou pessoas conjuntas dos que morrem; e só lhes premettimos possão estar em suas cazas sem irem aos templos the o dia em que se fizerem os officios a cada huã das pessoas que falecer; e estes officios em nenhuã forma nem por preteixo algum se dilatarão mais dias para se fazerem que aquelles declarados em nossas Constituições, e he nossa tensão comprehendemos nesta nossa pastoral não só as pessoas do sexo femenino, de qualquer qualidade, idade, condissão que sejam mas tambem do sexo masculino; e faltando as dittas pessoas em irem asistir aos officios divinos, e a ouvirem missa como são obrigados e ditto que; ordenamos e mandamos aos Reverendos priores vigarios, e mais parrecos da villa da Covilhãa sob pena de suspensão de seos officios e Beneficios, e de serem castigados severamente ao nosso arbitrio, perguntem pellas dittas pessoas cada hum na freguesia a que tocar a missa conventual; e não assistindo pessoalmente, ou não lhe constando que não ouvirão missa, ou tem ...(?) legitimo impedimento canonico pella primeira ves os evitem dos officios devinos e pella segunda as hajão duas veses mais por ...(?) chamando as pello seu nome com interpoleção e tempo, que servira pellas ...(?) canonicas admoestações, e não aparecendo como ditto he the o fim da missa conventual antes de sahir do Altar publicara a pessoa, ou pessoas que faltarem (como fica ditto) por excomungadas, e hira agravando as censuras segundo sua costumacia e os nossos Reverendos visitadores perguntarão nas visitas se se observa esta nossa pastoral; e para que venha a noticia de todos sera publicada em todas as parrocias, e igrejas de Covilhãa, e fixada nas portas principais da de Santa Maria donde não sera tirada sob pena de excomunhão maior, e de baixo das mesmas penas mandamos a todos os Reverendos parrocos da ditto villa a publiquem a seus fregueses em tres dias festivos continuos, a estação da missa conventual e registem no Livro da Vesita de sua Igreja, e cada hum depois de a aver recebido, a publique no primeiro domingo, ou dia santo seguinte, e pello treslado della a publicaram nos dous domingos seguintes, e de como a publicou, e registou passara certidão

*ao Reverendo Arcipreste da mesma villa, as quais certidões nos enviara dentro de tres meses remetidas ao escrivão de nossa Camera. Dada na Guarda sob nosso signal, e sello de nossas armas aos vinte e sette dias do mes de Agosto de mil e ceis centos e noventa e sette annos, e eu Manoel da Costa freire escrivão da Camera Episcopal que a escrevi // Bispo da Guarda e não continha mais a ditta pastoral.//*





**Pastoral de D. Rodrigo de Moura Teles.**

**Registos Paroquiais de Abrantes - Freguesia de São Pedro (microfilme 1452) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. 4v, 5, 5v, 6, 6v e 7.**

**Data: 13 de Dezembro de 1697.**

**(Inédito)**

*Dom Rodrigo de Moura Telles por merce de Deos e da Santa See Appostolica Bispo deste bispado da Guarda do Conselho de Sua Magestade que Deos guarde e seu Sumilher da Cortina. A todos nossos subditos asim ecclesiasticos como seculares, de qualquer grau dignidade ou condição, que sejam, que esta nossa pastoral virem, ouvirem ou della noticia tiverem saude e pas para sempre em Jezu Christo Nosso Senhor que de todos he verdadeiro remedio e salvação: fazemos saber que por nos constar que algumas pessoas seculares, e sacerdotes, e ainda religiosos regulares, e não regulares deste nosso bispado com menos consideração do que deve e contra as disposições das constituições delle no Tittulo 5 Capitulo 2 Livro 3 ...(?) 2 e 3 se intromettem a fazer exorcismos pera lansar os Demonios fora dos Corpos humanos sem licença nossa, ou de nosso Reverendo Doutor Provizor, nem precedendo pera esse officio os exames necessários assim nas pessoas dos exorcizantes, como exorcizados o que he tam conveniente pera o servisso da ...(?) e credito de nossos subditos. Mandamos a todas a ditas pessoas assim seculares como sacerdotes ainda que Parochos, ou Religiosos Regulares e não Regulares sejam sob pena de excomunhão maior ipso facto incurrenda e de vinte cruzados que são as penas declaradas na dita Constituição que ...(?) cazo declaramos estenderse que daqui em diante não tornem mais a fazer exorcismos a pessoa alguma de qualquer idade calidade ou condição que sejam que digão, ou ...(?) que estejam absesas ou possessas do Demonio, ainda pera esse officio sejam requeridos sem preceder licença nossa ou de nosso Reverendo Doutor Provizor in scriptis, a qual se não dara sem exacto exame, e verdadeiras informações. E porque os temos assim pellas ...(?) que fazemos em todo nosso bispado, e nossa Ouvedoria como por nos constar ...(?) de que os sacerdotes della assim beneficiados como os Parochos e os mais que o não sejam de alguns habitos improprios e indecentes do habito sacerdotal que pello que sinificação, e representação devem tratar-se honesta e louvavelmente o que alguns não fazem trazendo nos ...(?) negros*

*taes caudas que servem de embarasso no altar ...(?) celebrão como pellas ruas trazendoas na mao ficando com descompostura , ...(?) de rasto que mais parece esta ...(?) e ridicularia, que ...(?) e usando das mesmas lobs como se roupetas de estudantes seculares fossem trazendoas abertas, e andando tonzurados e usando de ...(?) tudo consta a forma de nossa Constituição Tittulo 3 Capitulo 1 Livro 6 ...(?) desprezandose do mesmo habito ou não conciderando a gravidade dele hindo a celebrar sem voltas e assistir aos officios divinos, e de ...(?) e acompanhamentos sem estar com habito mais decente, hindo nos acompanhamentos com chapeos, sobrepelizes, com paos nas maos não o necessitando, o que tudo he muito pera estranhar; Ordenamos, e mandamos que daqui em diante nenhum clerigo de ordens, ou beneficiado ou Parocho ou não Parocho deste nosso bispado ...(?) todo ou em parte contra o disposto nas ditas Constituições primamente declaradas, que tratão sobre a vida e honestidade dos clerigos e so permittimos que tais ...(?) prettos compridos possam trazer tal comprimento que possa arojar hum palmo unicamente trazendo as lobs fechadas, e andando tonsurados em forma que pareção clerigos, e não freires e alem das penas declaradas na dita Constituição lhe acrescentamos que serão pagos do Aljube. E aos sacerdotes que não assistirem aos divinos officios ...(?) e não forem nas procições, e acompanhamentos com toda a compostura assim de habito como de volta alem de não poderem lucrar nenhum emolumento, nem pessoa ou pessoas, que mandão fazer os ditos officios serão obrigados a lhe dar nada, sobre que encarremos as consciencias aos mesmos saçerdotes, ficara cada hum deles ainda que Parocho, ou beneficiados ja obrigados por esta so culpa a livramento ordinario. E porque por Pastoral nossa do anno de 95: Ordenamos, que com pena de excomunhão maior, e de vinte cruzados na forma della applicados não fossem nas procições, que se fazem nesta ouvidoria pessoas que representassem ...(?), e so hirião alguns rapazes de menor idade que representassem Anjos, ...(?) declaramos que em nenhuã forma sejam de sexo feminino nem levem decotados nos jubões , ou ...(?), debaixo das mesmas pera que so encorrerão as pessoas , que assim os usarem ou mandarem. Como tambem incorrerão na dita pena a pessoa, ou pessoas, que se ...(?) em Quinta feira Santa ou em outro qualquer tempo ...(?) por algum genero de paga, ou estipendio(?) e debaixo da dita pena de excomunhão ipso facto incorrenda, e de vinte cruzados mandamos que em a noite de Quinta feira Santa pera a sexta as pessoas que por sua devosão forem guardar o sepulchro não levem armas de fogo, nem tenham luvas calendas(?), nem carapussa, ou chapeo na cabessa dentro da Igreja, especial com toda acompostura e decencia, aos Parochos oubserve assim debaixo das ditas penas, e ...(?) ...(?) possível que não aja ...(?), e não empressem alguasm ou couzas das*

*Igrejas pera os ditos centurios(?) se cuprirem, nem consintão que os seculares usem dellas: E outro sy debaixo das ditas penas ordenamos aos ditos Parochos, que não consintão em tempo algum, nem no ...(?) que ás Igrejas ou hermidas vão fuliões a cantar vespervas ou salmear(?), nem pera na noite de sabado de alleluya pera o Domingo sa surreição aja bailes nem daseantes com missas nas Igrejas e so naquellas em que ficar o Senhor no tumulto se poderão por ...(?), e capellas delles ...(?) decentes em honra do mesmo Senhor e isso athe as des horas da noite, havendo grande separação entre homens e mulheres. E nas Igrejas que não forem de nossa jurisdição mandamos a todos nossos subditos de qualquer calidade condição ou sexo, que sejam debaixo das penas de excomunhão e pecuniaria, que não assistão na dita noite nas ditas Igrejas exceptuadas, senão na forma assima declarada. E outro sy os ditos Parochos não consintão que nas procissões publicas não andores(?), e charolas com as imagens de Nossa Senhora e de ...(?) senão diante das cruces. E outro sy mandamos debaixo das ditas penas que não aja nas festas e procissões danças, ou folias nem chacotas e avendoas fora destes actos que nunca sera dentro das Igrejas, nem nas procissões, mas adiante dellas bem separadas, quando as queirão fazer não sera de homens vestidos em traje de molheres, nem essas em traje de homens, senão cada hum vestido segundo o seu sexo e nas ditas penas não incurrerão as pessoas que entrarem nas tais chacotas, ou folias senão as pessoas que as direm, ou lhe pagarem, e o Parocho que as consintir. E outro sy ordenamos aos ditos Reverendos Priores Vigarios e curas desta ouvedoria que tenham hum livro, em que fação dos bens e moveis e tombo das propriedades das Igrejas Irmandades Confrarias, e capellas, pera se entregar ao novo Parocho, e hirem sempre acrescentando o que acreçeu o qual sera rubricado pello nosso Reverendo Doutor Provizor ou vizitadores; e outro livro na mesma forma pera se registarem os tittulos das sepulturas, e renovar(?) de capellas ou ermidas, e Altares. E proviões para se dizer Missa nelles. E os donos das ditas sepulturas devem mostrar dentro de hum mes os tittulos, e ...(?) que tem para lhe pertencerem as taes sepulturas, e de lhe porem campa para as conhecer a que familia pertence, alias ficarão perdendo o direito que tiverem ás ditas sepulturas, e podem a fabrica da Igreja uzar dellas, como se não tivessem dono. E outro sy avera outro Livro na sobredita forma, em que se declarão as obrigações que os Reverendos Priores, Vigarios e Curas tem em Rezão de seus beneficios pera se saber o que lhes incumbe e neste mesmo Livro declararão os uzos, e costumes da mesma Igreja sobre os bens da alma e direitos parochiaes pera se evitar a perturbação que sempre ha sobre o que se deve observar nessa materia, o que se fara perante os fregueses por termo assinado por todos que pera esse effeitoconvocarão; E qualquer dos*

*ditos Parochos, que faltar, em ter esses Livros o havemos desde logo por condenado em vinte cruzados de pena pecuniaria applicados na forma do estillo e outro sy debaixo dessa dita pena lhe mandamos, e a todos nossos subditos que nas Igrejas, em que ouver Irmandades, e Confrarias que tenham ...(?) fação huã area de tres chaves pera se meterem nella os ditos ...(?), e huã das chaves tera o Parocho, e outra o juiz do ...(?) outra o juiz da Confraria do Santissimo, e onde não ouver esta Confraria; o da Confraria da Senhora; e debaixo da dita pena, e de suspensão ab impressa ...(?) não consintão os ditos Parochos assentos, ...(?) particulares nas Igrejas e pera que ...(?) a noticia de todos, sera publicada em todas as Igrejas da Ouvedoria pellos sobreditos Parochos em tres dias festivos continuos a estação da Missa Conventual esta nossa Carta pastoral que sera tresladada nos Livros das vizitas de cada huã Igreja, e hum, e outro comprirão os ditos Parochos sob pena de excomunhão maior, e de quinhentos reis applicados pera o meirinho da ouvedoria, e de como assim a publicarão, e tresladarão passarão certidão jurada que remetterão ao dito Vigario Geral da Ouvedoria. Dada em Lisboa sob nosso sinal e sello de nossas armas aos 13 de dezembro de 1697 e eu o padre licenciado Luis de figueiredo Teixeira secretario de Sua Illustrissima a fes de seu mandado.*

*Rodrigo Bispo da Guarda*

**Pastoral de D. Rodrigo de Moura Teles.**

**Registos Paroquiais de Abrantes - Freguesia de São Pedro (microfilme 1452) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. 7v, 8, 8v, 9 e 9v.**

**Data: 14 de Dezembro de 1697.**

**(Inédito)**

*Dom Rodrigo de Moura Telles por merce de Deos e da Sancta Séé Appostolica Bispo da Guarda do Conselho de Sua Magestade que Deos guarde, e seo Sumilher da Cortina. A todas as pessoas assim ecclesiaticas, como seculares que esta nossa Pastoral virem ouvirem ou della noticia tiverem saude, e pas pera sempre em Jezu Christo nosso Senhor que de todos he verdadeiro remedio e salvação. Fazemos saber que considerando nos a grande obrigação que temos por rezão de nosso carrego, e officio pastoral de cuidar com todo o cuidado da salvação das almas de nossos subditos procurandolhes quanto nos for possivel o melhor, e mais seguro caminho pera sua salvação, e porque esse consiste no verdadeiro conhecimento da doutrina christãa e misterios de nossa Santa fée. E nos ter mostrado a experiencia nas visitas que temos feito em todo nosso bispado sem omittirmos Parochia alguã ainda que com grande magoa nossa a grande ignorancia que ha em muitos subditos na doutrina Christãa e misterios principaes de nossa Santa fée, ainda dos de necessidade de meyo pera a salvação de suas almas não so em pessoas de menor idade mas ainda em alguãs, que os annos e experiencia bastavão pera lhes emsinar o que como catholicos são obrigados a saber e desejando nos acudir a este tam prejudicial dano que o inimigo do genero humano vay introduzindo pera perder as almas que custarão a remir o perciossimo sangue de nosso Salvador e Redemptor Jesu Christo. E como nos tememos sua indignação, e nos incumbe em rezão de nosso officio pastoral acudir com o remedio pera evitar tam grande dano. E por concidararmos que a quasi total causa delle proçede do pouco zello, e grande descuido que os Parochos tem em ensinar, como são obrigados a seus fregueses a doutrina Christãa como se lhe ordena na Constituição deste bispado Livro 1 tittulo 2 Capitulo 1 não bastando pera os despertar do sono de seu descuido quantas advertencias lhes temos feito, e Pastorais passadas por nossos antecessores que com tanto zello do servisso ...(?) mandarão promulgar. Ordenamos, e mandamos a todos os Reverendos Priores, Vigarios, Curas, e mais Parochos*

deste nosso bispado, sob pena de vinte cruzados applicados na forma do estillo, e de ficarem por esta so culpa obrigados a livramento ordinario com residencia pessoal nos ...(?) sem a poderem fazer por procuradores e de ...(?) por encomendado nas ditas Igrejas emquanto durar o dito livramento que ensinem a doutrina Christãa na forma de nossas Constituições e nosso Compendio não só ás pessoas de menor idade mas tambem aos adultos e ainda de maior idade, não só lendo a doutrina, e compendio mas explicandolhes tudo de modo que ...(?) ditas pessoas fiquem bem entendendo os ditos misterios, doutrina e compendio. Compellindo pera este officio(?) seus fregueses com pena pecuniaria athe a quantia de quinhentos reis termos em que se ainda assim ouver alguns ...(?) nos darão ...(?) pera procedermos contra elles com as mais penas, que por parecer a nosso arbitrio. E porque por rezoas, que a isto nos moverão deixamos ordenado em todos os Livros das Vizitas das Igrejas deste nosso bispado que nenhum confessor confessasse molheres fora dos confessionarios, se não pellas gradinhas delles com as penas declaradas nos capitulos da dita vizita e termos hora certificados que alguns confessores com grande ignorancia, ou pouco temor ...(?) observão a dita disposição interpretandoa não os comprehender. Declaramos por esta nossa Pastoral que na dita disposição foi e he nossa tenção comprehender tambem nella os freyres e Religiosos Regulares e não Regulares de qualquer Ordem; ou jurisdição que sejam, e alem das mesmas penas de excomunhão mayor ipso facto incorrenda e de suspensão de officio e beneficio e de jurisdição de confessar no mesmo acto da confissão declaramos mais ...(?) que aos ditos freyres, e Religiosos Regulares, e não Regulares ...(?) no mesmo acto da confissão por revogadas as licenças que lhes tivermos dado pera confessarem e por nullas as ditas confissões, o que tambem se entende nos seus proprios ...(?) porque ...(?) officio ...(?) dentro delles exercitão nossa jurisdição em subditos nossos, aos quaes declaramos serem nullas as confissões feitas na sobredita forma. E tambem declaramos aos Reverendos Piores, Vigarios, Curas, e mais Parochos desta Ouvedoria que a mesma pena, em que incorrem se confessarem molheres fora dos confessionarios e pellas gradinhas delles, incorrem se consentirem, ou permittirem ...(?), ou expressamente algum dos freyres, ou Religiosos assim declarados confessem em suas Parochias contra a dita forma: E porque succede nas pessoas ...(?) pedirem declaração desta nossa Ley acerca das molheres que pella sua muita idade, e ...(?), achapeus(?)m ou tenra idade não podem confesarçe pellas gradinhas dos ditos confessionarios Declaramos que com as ditas pessoas se não entende a tal prohibição; porem encarregamos aos ditos confessores suas consciencias pera não abusarem desta nossa declaração, que a fazemos so por evitar inconvenientes, e perturbações nas consciencias de

nossos subditos. E outro sy por sermos informados, que em alguãs Igrejas de nosso bispado, e desta Ouvedoria ha altares eretos não constando terem licença pera se dizer missa nelles, como tambem em alguãs Capellas, e Ermidas termos das taes licenças inteiro conhecimento Ordenamos, e mandamos sob pena de excomunhão maior, e de vinte cruzados applicados na forma do estillo a todas as pessoas, a que ...(?), ...(?) nomes e cognomes aqui avemos por impressos, e declarados mostrem perante nosso Reverendo Vigario Geral desta Ouvedoria dentro de um mes contado do dia da publicação desta nossa Pastoral as licenças que tem pera a ereção das ditas Ermidas Altares ou capellas, e passado o dito termo debaixo das ditas penas, e de suspensão de suas ordens mandamos que nenhum sacerdote celebre os divinos officios nem diga Missa nas taes capellas, Ermidas ou Altares sem primeiro lhe conste que os taes tittulos ou documentos forão por nos vistos ou pello nosso Reverendo Vigario Geral desta Ouvedoria e que tem licença nossa. E aos Parochos ordenamos, e mandamos sob pena de vinte cruzados, e de se lhe dar em culpa não deixem celebrar so divinos officios passado o dito termo nas taes capellas, ou Ermidas, não lhes mostrando licença nossa e sob a mesma pena executem irrimisivelmente o que dispoem as constituições deste bispado no Livro 4º tittulo 1º Capitulo 1 Como tambem senão diga Missa nos Altares, que lhes não constar tem licença pera este officio excepto os Altares Maiores nas Igrejas Parochiaes, e naquelles, e Capellas, e Ermidas, cuja ...(?) de tempo lhe basta pera isso(?). Este declaramos entenderse a de quarenta annos de tempo em boa fée. E outro sy fazemos saber a todos Clerigos de qualquer calidade o condição que tejão, que não forem folhas (?), ...(?) deste bispado, que querendo ser curas , e confessar nelle se lhe hão de fazer primeiro suas diligencias de genere, como se providos fossem em beneficio collado, e os que actualmente estão servindo de curas athe dia de São João Baptista de seiscentos, e noventa e oito recorrão pera se habilitarem alias serão privados dos ditos Curados, e não serão admittidos, em tempo algum, sem primeiro serem habilitados. E porque com grande desconsolação nossa e ainda de nossos subditos somos certificados que muitos sacerdotes desta Villa, e ouvedoria são mais morosos em acompanhar o sacro Viatico; Ordenamos e mandamos com pena de dous mil reis pagos da cadeia a todos os beneficiados ...(?) sacerdotes, e Clerigos de Ordens sacras nossos subditos acompanhem o Santissimo Sacramento com sobrepelizes na forma de nossas Constituições e os nossos Reverendos Vizitadores perguntarão nas vizitas se se cumprem estes nossos mandados, e o Reverendo Vigario Geral desta Ouvedoria, os fara observar irrimissivelmente, e o meirinho sera diligente em fazer observar estas constituições sob pena de se lhe dar em culpa. E pera que

*esta nossa Carta Pastoral venha a noticia de todos Ordenamos e mandamos a todos os Reverendos Parochos desta Ouvedoria com pena de excomunhão maior e de quinhentos reis a publiquem em tres dias festivos continuos a estação da Missa Conventual, e a tresladem em o Livro da Visita de suas Igrejas; e de como huã e outra cousa comprirão passarão certidão jurada, que inviaram ao Reverendo Vigario Geral da Ouvedoria e debaixo da mesma pena a publicaram os ditos Parochos todos os annos em a ultima Dominga de Dezembro. Dada em Lisboa sob nosso signal, e sello de nossas armas aos quatorze do mes de Dezembro de seiscentos e noventa a sette annos E eu o Padre Licenciado Luis de figueiredo Teixeira secretario de Sua Illustrissima a fis de seu mandado.*

*Rodrigo Bispo da Guarda*



**Pastoral de D. Rodrigo de Moura Teles.**

**Registos Paroquiais de Abrantes - Freguesia de São Pedro (microfilme 1452) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. 2, 2v e 3.**

**Data: 20 de Dezembro de 1697.**

**(Inédito)**

*Pastoral do Illustrissimo Bispo Dom Rodrigo de Moura Telles, em que encomenda o exame das pessoas, que baptizão em cazo de necessidade, e que ninguem ensine sem ser examinado, se fazem os assentos dos baptizados cazados, e de defunctos, que os irmitães não sirvão por mais de hum anno sem prizão(?) sua, e que os Parochos fação rol dos ...(?), e leão as ...(?)*

*Dom Rodrigo de Moura Telles por merce de Deos e da Sancta Sée Appostolica bispo deste bispado da Guarda do Conselho de Sua Magestade que Deos guarde e seo Sumilher da Cortina. Aos que esta nossa Carta pastoral virem, ouvirem, ou della noticia tiverem saude e pas pera sempre em Jezu Christo nosso Senhor que de todos he verdadeiro remedio, e salvação. Fazemos saber que pella visita, que fizemos em todo nosso bispado nos constou occularmente da omissão dos Reverendos Parochos delle em fazerem os assentos dos baptizados, cazados e defunctos na forma de nossas Constituições, E outro sy nos constou a ignorancia com que alguãs pessoas ...(?) baptizavão em caza de necessidade sem saberem as palavras da forma desse sacramento com a distinção e clareza, que he necessaria em materia tam importante pera a salvação de nossas almas. Pello que ordenamos e mandamos a todos os Reverendos Priores, Vigarios Curas e mais Parochos desta Ouvedoria sob pena da dous mil reis applicados na forma do estillo, e de vinte dias de aljube que quando succeder baptizarem alguã criansa em caza de necessidade examinem muito bem a forma das palavras com que a tal pessoa baptizou por ser necessaria toda a ponderação, e cuidado em materia de tanta importancia e por essa mesma rezão examinarão as molheres que tem por officio de parteiras sobre este particular na forma disposta por nossas Constituições E por quanto a experiencia nos tem mostrado não bastarem as penas nossas impostas pera os Parochos fazerem os assentos dos baptizados antes de sahirem da Igreja como são obrigados dando em dano do bem comum e dos particulares. E outro sy os assentos dos Cazados e defunctos ordenamos e mandamos a todos os ditos Parochos alem das ditas penas, observem as ditas*

*Constituições sob pena de suspensão de officio e beneficio, e de des cruzados applicados na forma do estillo. E porque ha grande descuido em os ditos Parochos lerem a estação da Missa Conventual os capitulos de nossa Constituição como nella se ordena, mandamos sob pena de dous mil reis assim o observarem; como tam bem item sob a mesma pena paga do Aljube ordenamos a todos os ditos Parochos ...(?) em cadernos particulares os dizimos de sua freguesia na forma da Constituição Livro 2 tittulo 3 Capitulo 26 sem mostrar o rol nem tresladallo pello do ...(?); senão no dia da entrega como dispoem as Constituições. E porque contra as disposições dellas se entrepoem alguãs pessoas a passar alvaras aos terrenos(?), como tambem provizões a Irmitaes, que lhe não pertence e se faz obrar por procurações, sem serem assinadas, e selladas, e que muitas pessoas nesta Ouvedoria ensinão gramatica sem serem examinadas, e a ler, escrever, sem exame, e sem provizões nossas Ordenamos, e mandamos aos ditos Parochos com pena de vinte cruzados, e suspensão de seus beneficios declarem a seus fregueses não paguem os dizimos e premissas senãos aos ... (?) ...(?) que tiverem alvaras assinados ou passados por nossos ministros nem farão obras por provizões sem serem assinadas, e selladas, nem consintão que os Irmitões assistão nas Irmidas sem terem provizões nossas annuais ou de nosso Reverendo Doutor provizor; as quais provizões serão os ditos Irmitães obrigados parar(?) cada anno pello São João Baptista e passado o dito tempo os ditos Parochos os privarão das Irmitarias não lhe sem mostrando nova provizão como tambem que pessoa alguã não ensine gramatica sem ser primeiro examinada de nosso mandado nem a Ler, ou escrever, ou muzica nem ...(?) compasso(?) sem especial provisão nossa por que conste forão examinados, os que assim o não declararem os ...(?) ...(?) e ...(?) pessoa que se achar exercitandosse nos ditos ministerios pagara dous mil reis pella primeira ves, e tera vinte dias de aljube. E pera que esta nossa pastoral venha a noticia de todos mandamos aos Reverendos Parochos a publiquem em tres dias festivos continuos a estação da Missa Conventual, e a registem em os Livros das visitas de suas freguesias, e o nosso Reverendo Vigario Geral tresladar no Livro da Camara da Ouvedoria pello escrivão della; E os Reverendos Parochos de huã e outra couza passarão certidão sob pena de excomunhão maior e de quinhentos reis pera o meirinho da Ouvedoria. Dada em Lisboa sob nosso sinal e sello de nossas armas aos vinte dias do mes de dezembro de 1697. E eu Luis de figueiredo Teixeira secretario de Sua Illustrissima a fis de seu mandado.*

*Rodrigo Bispo da Guarda*

**Usos da Igreja de Santa Maria Madalena da Covilhã.**

**Registos Paroquiais da Covilhã - Freguesia de Santa Maria Madalena (microfilme 178) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Visitações), fls.12, 12v, 13, 13v, 14, 14v.**

**Data: 5 de Janeiro de 1698.**

**(Inédito)**

*Satisfazendo as pastorais que mandou o Illustrissimo Senhor Bispo Dom Rodrigo de Moura Telles, o qual manda haja em cada huã igreja livros pera nelles se escreverem os bens moveis e propriedades das igrejas irmandades e cappellas = e pera se escreverem e registrarem os titollos das sepulturas perpetuas, e relaçois de cappellas ermidas, e altares, e provisoens pera de diser missa e pera se declararem as obrigaçoens que os Reverendos parrecos tem por respeito de seos beneficios; e os usos e costumes sobre os bens dalma e direitos parroquiais por termo assinado por todos os fregueses pera se evitarem duvidas sobre essa materia, pera o tempo adiante, e se declara o seguinte.*

*Hesta igreja de Santa Maria Magdalena da Villa de Covilhaã não ha irmandade ou confraria alguã, ou cappella de pessoa particular, nem ha sepultura perpetua; ou campa antes todas sam ...(?) aos fregueses, e da fabrica nem ha provisão alguã dos Altares colaterais, do Altar mor consta que o Illustrissimo Senhor Bispo Dom João Mascarenhas deu licença ao Reverendo provisor francisco do Rego pera o benzer, e a mesma licença desem dera pera o officio(?) de Santa Lusía.*

*Enquanto as obrigaçoens que os Reverendos parrecos desta igreja tem, e dos usos, e costumes nos bens da Alma que ha na mesma igreja, se satisfaz a ditta pastoral na forma seguinte –*

*Aos des dias do mes de Desembro de ceiscentos e noventa e cette, nesta igreja de Santa Maria Magdalena estando comigo o padre francisco ...(?) Coelho cura na ditta igreja os fregueses ou a maior parte delles que comigo abaixo asinarão, aos quais eu ditto padre cura tinha admoestado no domingo antecedente pera que os fregueses se achacem neste dia na mesma igreja ...(?) por conferensia que entre mi, e elles ouve sobre as obrigaçois que os*

*Reverendos parrecos que forem desta ditta igreja tem em resam do seo officio parrochial, e sobre os usos e costumes da mesma igreja no toquante ao bem dalma dos defuntos, fisemos as declaraçois seguintes, pera a todo o tempo constar, e pera se evitarem duvida, entre os Reverendos parrecos seguintes.*

#### *Parochos*

*Deve o Revrendo parreco que de presente he e os que lhe sucedem diserem missa a seos fregueses, ou mandalla dise estando legitimamente impedido, em todos os domingos e dias sanctos de preceito na forma e tempo que dispoem as Constituições deste Bispado.*

*E devem ensinar a doctrina christam ler capitollos das visitaçois, e das Constituições, e pastorais dos Illustrissimos Senhores Bispos, e outros seos mandados e ordens, ou de seos ministros, e comprillos, e fazer tudo o mais que por resão de seo estado e officio de parocos estão obrigados pellas dittas Constituições, pastorais, e vesitaçois =*

*Devem os Reverendos priores desta igreja fabricar a Cappella mor a sua custa de tudo o nessessario e outro sim a Capella mor do lugar do peso e dar cera pera as missas de domingos e dias sanctos.*

#### *Fregueses*

*Emquanto aos usos e costumes dos bens dalma dos defuntos desta freguesia o que sepultão nesta igreja não sendo fregueses della – e da fabrica desta igreja.*

*Devem os fregueses desta igreja na forma da Constituição e por uso e costume fabricar a sua custa os dous Altares colaterais todo o corpo da igreja e meio cruzeiro telhados e tudo o mais o que pertence ao corpo da igreja e tudo aquillo que se ache dentro da Cappella mor he do serviço dos dittos fregueses, como são as couzas seguintes cruz e mangas necessarias pera os ornato e a veste de quem a levar nos altos de procissois em que costuma sahir fora desta igreja: campainha pera chamar a doutrina, ambulas, e prato dos sanctos olleos, e custo da cera pera elles que he meio aratal de cera e hum vintem: toalhas pera a comunhão, vaso pera o Lavatorio: e vaso sacramental, e capa de asperges pera levar o sagrado viatico aos enfermos: e os livros necessarios pera os acentos dos baptidos crismados casados e defuntos, e pera escrever o rendimento da fabrica da igreja como tambem as peças e moveis do corpo da igreja e a metade do livro em que se escrevam as visitaçois, e a metade do custo da carta da vesitassão, e ...(?) e lavagem da roupa =*

*Usos e costumes no funeral e bens dalma por costume se da de covagem nesta igreja pera a fabrica do corpo della hum tostão pella sepultura dos menores de cete annos e dous tostões pella sepultura da de maior idade /*

*He uso desta igreja diser missa de Anjos pellos menores de cete annos, e pagarce por ella ao Reverendo parreco ceis vinteis/ e pellas maiores de cete annos, e menores de quatorse sendo machos e de onze sendo femeas, he costume mandar diser sinco missas huã de corpo presente, e quatro offertadas pellas quais todas se dão de esmolla ceis tostões ao Reverendo parreco.*

*Todos os fregueses desta igreja falecendo tem missa de presente por que costumão dar de esmolla dusentos reis e sendo offertada ceis vinteis sendo maiores de cete annos e quando sejam todos pobres que não tenham em que pagem a ditta missa he obrigado o Reverendo paroco a disella pello amor de Deos=*

*Pellos maiores de quatorze annos, que não tem cabedal pera se lhe fazer officio se lhe dis missa de corpo presente, e algumas missas mais ao parecer do Reverendo paroco e não concordando com elle os parentes do defunto he obrigado a dar parte ao prelado pera taxar as missas que se hão de diser conforme os bens que lhe ficarão; e com as moças de soldada(?), escravas e filhos familias se costuma o que despoem a Constituissão deste Bispado=*

*He uso desta igreja fazer officio pellos maiores de quatorze annos sendo Homeis, e de doze sendo molheres ou seja hum noturno, ou seja officio de nove lições, ou geral conforme a posebilidade do defunto alem dos mais officios que os defuntos deixarem.// e se o defunto desta igreja se vai sepultar em algum dos conventos se fazem nesta igreja tambem officios quantos se fas nos conventos e de cada officio que se fas nos dittos conventos leva o Reverendo paroco desta igreja a quarta parte de pam e vinho e carneiro que se chama quarta funeral conforme as quais dittas offertas importão redusidas a dinheiro pera preço que valem comumente; e costuma o ditto Reverendo paroco assistir a ser pago da asistencia que fas nos officios dos dittos conventos convem a saber pella acistencia dos noturnos ceis vinteis com a missa, e pello dos officios de nove lições ainda que sejam gerais sento e sincoenta reis com a missa, e trinta reis de caminho indo a Santo Antonio.=*

*E se o defunto desta freguesia se vai sepultar a outra freguesia das desta villa, e se não fas mais que hum officio esse se fas na igreja da sepultura, e sendo dous os officios se fas outro*

*na igreja parocheal do ditto defunto, e sempre se partem pello meio todas as offertas pello Reverendo paroco da sepultura, e pello desta igreja./ e sepultandoce o defunto desta freguesia em outra igreja fora desta villa e o defunto não tem cabedais mais que pera hum officio se partem pello meio as offertas entre o Reverendo paroco desta igreja e o da sepultura e ...(?) costume dos officios que se fiserem na igreja da sepultura se ...(?) pello que se observa pello uso da igreja da sepultura, e por esse uso deve de estar o paroco desta igreja nas offertas que lhe pertencerem do ditto officio ou officios. Mas tendo o defunto bens pera se lhe fazer outro officio, e lhe se deve fazer nesta parochia; e nestes termos não deve o Reverendo Paroco desta igreja levar offertas alguãs do officio da igreja da sepultura mas deve ser chamado pera hir assistir nellas ...(?) e ser pago da sua assistencia, missa e caminho conforme a calidade do officio.=*

*Sempre o Reverendo paroco desta igreja deve de diser missa de prezente pello defunto seo fregues, ou seja sepultado nesta igreja ou em qualquer outra, ainda que seja em convento de Religiosos; e deve outro si o bradar; e ser pago do bradamento ainda que o defunto seo fregues não seja sepultado nesta igreja; e he uso darem trinta pais de trigo, trinta quartilhos de vinho, trinta palmos de cera, ou por tudo cette tostois o que esta na escolha do Reverendo paroco.=*

*Levara o Reverendo paroco pella missa cantada de hum noturno com assistencia oito vinteis e meio, e pella missa candada do officio de nove liçois ainda que seja geral com assistencia dous tostois, e se ha ...(?) e capa de asperges se da de esmolla por cada huã hum tostão. E aos Reverendos sacerdotes por assistirem nos officios ...(?) liçois com missa e ...(?) a esmolla de ceis vinteis, e nos officios de nove liçois sento e sinco ...(?) reis, e de acompanhar a sepultura meio tostão a cada hum dos Reverendos Clerigos que huns e outros serão chamados pera assistirem nos acompanhamentos a sepultura e assistencia dos officios nesta igreja pello Reverendo paroco desta igreja por poce, uso, e costume em que esta e desposição da Constituissão deste Bispado.// e no dia do officio costuma o Anisado(?) que vai asistir hir offercerce pello defunto com huã vella que fica ao Reverendo paroco; e o custo da cera dos Altares, e tumulo nos dias dos officios e missa he por conta dos erdeiros.=*

*O costume das offertas de pam, e vinho, e carneiro são as seguintes, em cada officio geral oito alqueires de trigo, quatro almudes de vinho, dous carneiros bons.= em cada officio de nove liçois que não he geral quatro alqueires de trigo, hum carneiro bom, dous almudes de vinho.= em cada hum noturno dous alqueires de trigo, hum almude de vinho, e meio*

*carneiro, ou o preço em dinheiro do que communmente valem as dittas offertas no tempo em que se fas o officio; e tudo o sobre ditto são usos e costumes em que esta a ditta, de que tudo se fes este termo da declaração e concordata entre o Reverendo prior, juis da igreja, e mais fregueses della que todos se acharão presentes e assinarão pera a todo o tempo constar, e sesarem as duvidas que pello tempo endiante se podião, ou poderão offerecer; Covilhaã de Janeiro sinco de mil e ceiscentos e noventa e oito.=*

*O cura francisco ...(?) Coelho*





**Pastoral de D. Rodrigo de Moura Teles.**

**Registos Paroquiais de Abrantes - Freguesia de São Pedro (microfilme 1452) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. 10, 10v, 11 e 11v.**

**Data: 24 de Março de 1698.**

**(Inédito)**

*Dom Rodrigo de Moura Telles por merce de Deus, e da Santa Sé Apostolica Bispo deste Bispado da Goarda do Conselho de Sua Magestade que Deus guarde e seu Sumilher da Cortina. A quantos esta nossa carta pastoral virem, ouvirem e della noticia tiverem, saude, e pax sempiterna em Jesu Christo nosso Senhor que de todos he verdadeiro remedio, e salvação. Fazemos saber que na visita geral que fizemos em todo este nosso Bispado em muitos em muitos lugares della não só fomos informados mas em alguns nos constou ocularmente da supristição, e cerimonia, que nelles se fazia com o touro no dia do Evangelista São Marcos levando o á sua Igreja assistindo ás vesporas de sua festividade, e no proprio dia ao Santo Sacraficio da missa cantada; indo tambem na solemne procissão, e entrando pellas casas dos moradores dos tais lugares, tendo para si os fieis era tudo prodigio que obrava o Santo Evangelista, e o que mais se devia sentir que os Catholicos chamassem a hum Bruxo Marcos: como se fosse creatura racional. E considrando nós o quão introduzidas estavam estas supersticiosas ceremonias em nossos subditos, em que ignorantemente cahião, excogitando o melhor modo para as extinguirmos nos pareceo dar conta á sua Santidade com a vezita que fizemos ad limina, que presentandose no tribunal da Congregação dos Eminentissimos Cardiais nossos Irmãos, e vista por elles, por carta sua, que tivemos, vemos que a santidade do santo para Innocencio duodecimo hora na Igreja de Deus presidente renova a bulla do Papa Clemente outavo de felis recordação, e prohiibe a tal supristição do touro; e nos encomenda muito a façamos prohibir usando para esse effeito de nosso plenario poder como pello theor da presente nossa pastoral condenamos, e reprovamos todas as sobreditas superstições, e ceremonias que nossos subditos fazião com o tal touro, q eu chamavão de São Marcos, o que prohibimos outro sim senão chame nem o haja daqui em diante. E mandamos autoritate Apostolica a todas as pessoas, asim Ecclesiasticas, como seculares, de qualquer grão, degnidade, preminencio, condição, ou estado que sejam e ainda*

*os que havião ser para esta prohibição expressamente declarados; as quais havemos daqui por nomiadas, como se dellas fizessemos expressa menção sob pena de excomunham maior ipso facto incorrenda a nos reservada e de sincoenta cruzados pagos do Aljube applicados para a nossa camera Episcopal e acusador não consintão, nem tenham o tal touro, nem com elle fação as ditas ceremonias por si, nem por outrem nem tam pouco os consitão por serem superticiosas em damno e detrimento de suas almas que com o pastoral cuidado devemos evitar quanto em nós possivel for. E para que venha a noticia de todos sera esta nossa pastoral publicada na nossa Sé Cathedral, e fichada na porta della, donde não sera tirada sob pena de excomunham maior, e de baixo da mesma pena e de quinhentos reis para o noso meirinho geral mandamos a todos os Reverendos Parochos deste nosso Bispado a publiquem a seus fregueses em tres dias festivos continuos a estação da missa conventual, e registem no Livro da vesita de sua Igreja de verbu abverbum. E mandamos outro sim ao Reverendo Vigario Geral da Ouvidoria de Abrantes, e aos Reverendos Arciprestes que cada hum em seu destrito faça publicar esta nossa carta pastoral que lhes sera remetida pello escrivão da nossa Camera, primeiramente nos lugares em que se fazião as sobreditas supristições, ordenando a cada hum dos Reverendos Parochos a publiquem no primeiro domingo seguinte depoes de a terem recebido, e da publicaçãolhe envie certidão de como a publicou, e registrou as quais certidois nos serão remetidas pello Reverendo Vigario Geral da Ouvidoria e Reverendos Arciprestes derigidas ao escrivão da nossa Camera Episcopal o que o farão tambem os Reverendos Parochos do distrito do Aro da Cidade sobre as mesmas penas acima referidas. Dada na Goarda sob o sello de nossas armas, e signal do Doutor Gaspar Madeira nosso Reverendo governador provisor e Vigario Geral aos vinte e coatro dias do mes de março de mil e seis centos e noventa e outo e eu manael da Costa freire escrivão da Camera Episcopal que a fis, e escrevi.*

*Doutor Madeira*

**Carta de Visitação de D. Rodrigo de Moura Teles.**

**Registos Paroquiais da Covilhã - Freguesia de Santa Maria Madalena (microfilme 178) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Visitações), fls. 34, 34v e 35.**

**Data: 15 de Junho de 1699.**

**(Publicada em dissertação de mestrado da autora)**

*Dom Rodrigo de Moura Telles por merce de Deos e da Sancta Sé A presença Bispo deste Bispado da Guarda do Conselho de sua Magestade, e seo sumilher da Cortina Aos que esta nossa Carta de Vizitaçam virem, saude, e pax sempiterna em Jezu Christo nosso Senhor, que de todos he verdadeiro remedio, e salvação. Fazemos saber que vizitando pessoalmente no spiritual, e temporal esta Parochial Igreja de Sancta Maria Magdalena desta villa de Covilha presentes o Reverendo Prior, Clero, Juiz da Igreja, e a mayor parte doz Fregueses; por nos parecer conveniente ao serviso de Deos, e augmento do Culto divino, provemos, e mandamos o seguinte.*

*Item por vermos a indecência com que estão os Altares do Corpo desta Igreja; e nos representada a impossibilidade q he para se ornarem; e não haverem sido benzidos, nem nelles celebrado e nos parecer mais conveniente ao serviso de Deos que os ditos Altares se destruão; e o Povo não haverá isso duvida, e o Reverendo Parocho não se lhe offerecer duvida; ante pelas razoens que nos representou ficarmos entendendo se devem destruir os ditos Altares: Ordenamos, e mandamos se desmanchem, ficando porem assim as paredes em que elles estão encostados; como o pavimento da Igreja sobre que estão fundados decentes: e desta maneira se fica excuzando os frontaes, e reparoz que se haviam mandado fazer nas Vizitas passadas.*

*Por sermos informados que sucedendo ser necessario administrar o sacro viatico a algum Enfermo fregues desta Parochia pela manhã o faz o Parocho della, levando lhe o Sacramento desta Igreja, dizendo missa para esse effeito o que faz a respeito de não haver Sacrario nella; e por esta cauza sahir o Santissimo Sacramento não só com menos decência, mas com indecência; a qual devemos quanto em nós for fazer para evitar; e assim por esta*

*razão, como por outras que consideramos, e para mayor culto do serviso de Deos, e veneração com que se deve tratar tão alto, e solemne Sacramento: Ordenamos, e mandamos que daqui em diante, e para todo o sempre o Parocho desta Igreja que hoje he, e adiante for, não leve mais o Sacro viatico da sua Igreja como athegora fazia se não do sacrário da Igreja de São Pedro, de dupla repartição he esta freguezia; e o Reverendo Prior desta será obrigado para este effeito entregarlhe a chave do Sacrario e guardarse em tudo, quando pela manhã fornece administrar o Santissimo Sacramento a algum Enfermo assim como observa quando he necessario administrar este divino Sacramento de tarde, ou de noite: e sucedendo ir o Reverendo Parocho desta Igreja administrar o dito Sacramento como ao mesmo tempo haver recado para se administrar a algum outro enfermo o faça ainda que não seja fregues por escuzar delacoens, e outros inconvenientes que do contrario necessariamente se hão de seguir: o que observará sob pena de dous mil reis, e das mais penas a nosso arbitrio, e de ficar obrigado a Livramento ordinário: se o contrario fizer de que fica disposto neste Capitulo; E porque nesta forma se fica necessitando menoz o vazo Sacramental que tínhamos ordenado se fizesse principalmente para se levar o Sacro viatico aos enfermos, e outrasim nos constar da pobreza dos Parochianos desta freguezia havemos por dezobrigalos assim de fazerem o dito vazo, como das penas em que tinhamo incurrido por não havere satisfação desta obra.*

*Mandamos que esta nossa carta de Vizitação e as passadas se cumprão sob as penas nellaz impostas: e ao Reverendo Parocho que esta publique a seoz freguezes em tres dias festivos continuos á estação da missa Conventual, e da publicação pasará certidão ao pêe desta sob as penas de nossa Constituição dada em Vizitação nesta villa de Covilhã sob nosso signal, e sello de nossas armas aos 15 do mes de Junho de 1699 annos. Eu Manoel da Costa Freyre escrivão da Camera e da vizita que o escrevi.*

**Pastoral de D. Rodrigo de Moura Teles.**

**Confrarias, Irmandades, Mordomias, maço XXII, doc. 1 – ANTT.**

**Guarda, Câmara Eclesiástica do Bispado, fólio único não numerado.**

**Data: 01 de Outubro de 1699.**

**(Inédito)**

*Dom Rodrigo de moura Telles por merce de Deos, e da Sancta See Apostolica Bispo deste Bispado da Guarda do Conselho de Sua Magestade que Deos guarde seu Sumilher da Cortina § Por desejarmos ...(?) em nos he o bem spiritual dos nossos subditos, e satisfazermos aos mandados, e decretos apostolicos fazemos saber que o anno que vem de 1700 he anno sancto em que em Roma ganham innumeraveis graças , e indulgencias os que com a preparaçam devida se dispoem para tal peregrinaçam confessandose, e commungando assim na partida como no tempo que chegarem a dita curia e se acharem na vesita das Igrejas para o tal tempo determinadas: com o que exortamos a todos os nossos subditos que commodamente puderem fazer a ditta peregrinaçam se disponham para ella com os oportunos meios das ...(?) e pureza da consciencia para que consigam o fim de tam innefavel tesoura(?) de graças e indulgencias de que o Santissimo Padre inocencio duodecimo hora na Igreja de Deos: providente(?) os enriqueçe e ajuda para a digna, e cabal satisfaçam de nossas culpas: e para que venha a noticia de todos mandamos passar a prezente, que se publiquara na nossa See Catedral, e nas Igrejas de nossos Bispado, e mandamos outro sim aos Reverendos Parochos deste districto do aro a publiquem a seus fregueses em tres dias festivos continuos a esta estaçam da missa conventual e registem no Livro da visita de sua Igreja logo que este lhe for entregue; e pello treslado a publicaram na sobreditta forma, e passaram este ao Reverendo Parocho que se seguir segundo a forma do rol incluso para que assim com a brevidade possivel chegue a noticia de todos.*

*Dado na guarda de baixo do sello de nossas armas, e signal de nosso Reverendo Doutor Vigario geral que hora serve de provizor ao primeiro do mes de outubro de 1699 E eu Manoel da Costa Freire scrivam da Camera Episcopal ...(?) escrevi.*

*Fr. Bras Mendes ...(?)*



**Pastoral de D. Rodrigo de Moura Teles [incompleta].**

**Confrarias, Irmandades, Mordomias, maço XXII, doc. 1 – ANTT.**

**Guarda, Câmara Eclesiástica do Bispado, fólio único não numerado.**

**Data: sem data.**

**(Inédito)**

*Pastoral como se declara como Sua Santidade suspendeo todas as indulgencias por este anno de 1700 por ser santo.*

*Dom Rodrigo de Moura Telles por merce de Deos e da Santa Seé Appostolica bispo da Guarda do Conselho de Sua Magestade e seo Sumilher da Cortina § Por nos ... (?) á nossa mão hum breve Pontificio do Santissimo Padre Inocencio 12º ora na Igreja de Deos presidente passado a 4 de Junho do anno proximo passado de 1699 na Curia Romana de suspensão de Indulgencias durante o anno e jubileo do anno santo que começou no da Incarnação de 25 de Dezembro da era proxima passada e acaba em 25 de Dezembro da presente era de 1700, pello que fazemos saber ... (?) nossos subditos, e mais regulares de qualquer qualidade que sejam que esse anno de jubileo santo estão suspensas, e se não ganham jubileos indulgencias nem ainda as concedidas á instancia de qualquer para Reis, Princepes o Duques, nem concedidas aos mendicantes, ou ordões militares, capitulos, conventos, capellas Altares Previlegiados, jornagês(?), coroas, contas, o veronicas(?) de metal, ou de qualquer materia que sejam, indulgencias de 40 horas, ou qualquer outros jubileos, ou indulgencias perpetuas ou temporaes, sem ... (?) de quaesquer clausulas que tenham; porque não costante as ditas clausulas, há ... (?) as ditas graças por suspensas no dito tempo, e de nenhum effeito exigir; como tudo se declara no dito breve: e para que venha a noticia de todos os nossos subditos a dita suspensão das ditas graças, mandamos passar a presente, que se publicara na nossa Cathedral e nas mais Igrejas do nosso bispado, e mandamos sob pena de obediencia a todos os Reverendos Parochos desse dito aro que ... (?) esta lhe for entregue a transladẽ no livro da sua Igreja e pello traslado a publiquem, e remetão ... (?) depois de traslada ao parocho vezinho ... (?). (\*)*

(\*) Carta Pastoral incompleta, de um só fólio.





**Carta de Visitação de D. Rodrigo de Moura Teles.**

**Registos Paroquiais da Covilhã - Freguesia de Santa Maria Madalena (microfilme 178) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Visitações), fls. 36v e 37.**

**Data: 31 de Maio de 1701.**

**(Publicada em dissertação de mestrado da autora)**

*Reverendo Francisco da Silva Prior da Igreja da Magdalena desta Villa de Covilhã em esta ...(?) Arcipreste ...(?) este prezente anno pelo Meretissimo Reverendissimo Senhor Dom Rodrigo de Moura Telles por mercê de Deos e da Santa See Apostolica Bispo deste Bispado da Guarda e do Conselho de sua Magestade que Deos guarde e seo sumilher da Cortina esta minha Carta de Vizitaçam virem ouvirem eu della noticia ...(?) Saude e pax para Sempre em Jesus Christo que de todos he verdadeiro remédio e salvaçam. Fasso Saber que visitando esta Igreja de Santa Maria Magdalena da villa da Covilhã prezente o Reverendo Parocho Luis da Figueira clero e alguns freguezes por servisso de Deos e augmento do Culto Divino provi o seguinte.*

*De special ordem do Meretissimo Senhor Bispo deste Bispado mando que nenhum clérigo desta freguesia uze de cazaquas com canbês, e de chapeos com prezilhas e botam sob pena de suspensão de suas ordens da publicação desta em diante.*

*Constoume que no adro desta Igreja alguãs pessoas com menos respeito a elle jogam cartas de que pode resultar haver pendencias, pelo que mando que de hoje em diante nenhuas pessoas no dito adro jogem carta alguã de jogo sob pena de duzentos reis applica pera quem denunciar ao Reverendo Parocho e pera a fabrica desta mesma Igreja que pagaram irremezivelmente.*

*Mando que esta e as mais se cumpram e guardem como nellas se conthem, e em special as de sua Eminencia e suas Pastorais sob as penas nellas impostas e o Reverendo Parocho publique esta a seus freguezes em tres dias festivos á estação da missa conventual e passará certidam. Dada em acto de Vizitaçam sob meo signal e sello das armas de sua Eminencia que ante mim aos 31 de Mayo de 701. ... Secretario da Visita que o sobescrevi.*



**Carta de Visitação de D. Rodrigo de Moura Teles.**

**Registos Paroquiais da Covilhã - Freguesia de Santa Maria Madalena (microfilme 178) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Visitações), fls. 37v e 38.**

**Data: 08 de Maio de 1702.**

**(Publicada em dissertação de mestrado da autora)**

*Antonio ...(?) Andrade Conego ...(?) na See da Guarda, Commissario do Sancto Officio; e Vizitador ordinario do prezente anno da Villa e Districto de Covilha pello Meretissimo e Reverendissimo Senhor Dom Rodrigo de Moura Telles por mercê de Deos e da Sancta See Apostolica Bispo da Guarda do Conselho de Sua Magestade e seu sumilher de Cortina a quem esta minha Carta de Vizitaçam for publicada saude e pax para sempre em Jezus Christo Nosso Senhor que de todos hê verdadeiro remedio, e salvação faço saber que eu vizitei a Igreja da Magdalena prezente o Juiz da Igreja, e alguuns freguezes, não estando o Reverendo Prior por impedimento de enfermidade, e por ... provi, e mandei o seguinte.*

*...(?) esta Igreja bem servida na spiritual, e temporal, como constou, que o Reverendo Prior anda para ajustar o dourarse o retabolo da sua cappela mór, e ...(?) conhecido o seu zello ...(?) delle, que não ...(?), ...(?) mande conta alguã.*

*Mando para esta, e as mais vizitas se cumprão e guardem e que o Reverendo Parocho lea e publique a seus freguezes á estação da missa em três dias festivos na forma da Constituição e passará certidão na parochia ...(?) aos 8 dias do mês de Mayo de 1702.*



**Carta de Visitação de D. Rodrigo de Moura Teles.**

**Registos Paroquiais da Covilhã - Freguesia de Santa Maria Madalena (microfilme 178) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Visitações), fls. 38v e 39.**

**Data: 02 de Julho de 1703.**

**(Publicada em dissertação de mestrado da autora)**

*...(?) Luis de ...(?) Teixeira Prior da Igreja de ...(?) desembargador da meza do despacho ...(?) da cidade da Guarda e vizitador ordinario este prezente anno da Villa da Covilhã ...(?) pello Meretissimo Reverendissimo Senhor Dom Rodrigo de Moura Telles Bispo deste Bispado da Guarda e do Conselho de Sua Magestade que Deos guarde, e seu sumilher de Cortina que esta minha carta de Vizitação for publicada saúde e paz para sempre em Jesus Christo nosso Senhor que he verdadeiro remedio e salvaçam fasso saber que vizitando esta Igreja de Maria Magdalena desta Villa de Covilhã presente o Clero e alguns freguezes por me pareser mais serviço de Deos, e augmento do Culto Divino, mandei o seguinte.*

*O Reverendo Prior desta Igreja a tem com tanto aseyo, e reparo, que não necessita por hora, de couza alguma, mais que ...(?) Reverendo prior, o zello e cuidado que tem do Culto divino.*

*Mando que se observem as visitas passadas e pastorais de sua Eminencia como nellas se contem e se publique esta aos freguezes na forma da Constituição de que se passará certidam como he costume for dada nesta dita Villa sob meo signall, e sello das armas de sua Eminencia que ante mim serve aos 2 dias do mês de Julho de 1703 eu o Padre Joseph Moreyra escrevam da visita o escrevi.*



**Carta de Visitação de Cónego Diogo da Costa Feio e Castelo Branco.**

**Registos Paroquiais da Covilhã - Freguesia de Santa Maria Madalena (microfilme 178) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Visitações), fls. 40 e 40v.**

**Data: 24 de Julho de 1705.**

**(Publicada em dissertação de mestrado da autora)**

*Diogo da Costa Feyo e Castel branco Conego ... na Sancta Sé da Guarda, e vizitador ordinario do districto da Covilhã, Comedoria de Abrantes pelos muito Reverendos Deam, dignidades, Conigos, Cabidos da Sé Episcopal ... aos que esta minha carta de vizitação for publicada saude e pax para sempre em Jezu Christo nosso Senhor que de todos he verdadeiro remedio, e salvação. Faço saber que vizitando esta Igreja da Magdalena prezente o Reverendo Prior, e Juiz da Igreja, e a maior parte dos freguezes, e por me parecer serviço de Deos, e augmento do Culto Divino provi e mandei o seguinte.*

*Achei a cappela mor e Igreja muito bem ornada de tudo o necessario, e ... o zello do Reverendo Prior que sendo necessaria alguã couza a mandara por sem que lhe seja mandado.*

*Mando que estas, e as mais se cumpram, e guardem como também as pastoraes, e que o Reverendo Prior publique a estação da missa conventual que que diser a seus freguezes na forma da Constituição e passará certidão desta. Dada em esta villa sob meu sinal e sello do Reverendo Cabido que antemim serve aos vinte e quatro dias do mês de Julho de 70. E eu Padre Manoel... Durão escrevão da vizitaçam que a sobescrevi.*





**Carta de Visitação de D. António de Saldanha.**

**Registos Paroquiais da Covilhã - Freguesia de Santa Maria Madalena (microfilme 178) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Visitações), fls. 41 e 41v.**

**Data: 26 de Junho de 1708.**

**(Publicada em dissertação de mestrado da autora)**

*Doutor Joseph Baratta beneficiado na collegeada de Sam Joam da villa de Abrantes, Parrocho de Sam Salvador da Covilhã, com ella, seo Arcipreste, e vizitador ordinario este prezente anno pello Meretissimo e Reverendissimo Senhor D. Antonio de Saldanha por merce de Deos, e da Sancta Sée Apostolica Bispo deste Bispado do conselho de sua Magestade que Deos guarde, e seu sumilher da Cortina. Aos que esta minha carta de vizitação for publicada saude e pas para sempre em Jezus Christo Nosso Senhor, que de todos hé verdadeiro remedio, e salvação. Faço saber que vizitando esta Igreja de Sancta Maria Magdalena desta villa de Covilhã prezente o Reverendo Prior, clero, Juis da Igreja e alguns freguezes, por me parecer serviço de deos, e augmento do Culto Divino provi, e mandei o seguinte.*

*O Reverendo prior desta Igreja hé tam vigilante na materia de seu officio parochial, que devem os mais delle tomar exemplo, como experimentalmente me consta e tem a sua Igreja com tanto aseo, que não tenho que lhe advertir, mas si muito que louvar, e de lhe ..., que se por acazo for necessario alguma couza para melhor ornatto da ditta Igreja para o futuro, se aja com o mesmo zello costumado.*

*Mando que esta, e as mais como tambem as pastoraes de sua Eminencia se cumpram e guardem como nellas se conthem sob as pennas nellas impostas, e que o Reverendo Parrocho a publique a estação da missa conventual na forma da ..., e da publicação passará certidam tudo na forma da Constituição. Dada em vizitaçam nesta ditta Igreja sob o meu signal, e sello das armas de sua Eminencia que antemim serve. Aos 26 dias do mês de Junho de 1708, e eu o Padre Manoel Carvalho secretario da vizitta a escrevi.*



**Pastoral de D. João de Mendonça [incompleta].**

**Confrarias, Irmandades, Mordomias, maço XXII, doc. 1 – ANTT.**

**Guarda, Câmara Eclesiástica do Bispado, fólio único não numerado.**

**Data: sem data.**

**(Inédito)**

*Joam de Mendonça por merçe de Deos, e da Sancta See Appostolica Bispo desta cidade e Bispado da Guarda do Conselho de Sua Magestade e seo Sumilher da Cortina § A todas as pessoas, assim ecclesiasticas como seculares de qualquer calidade, e condição que sejão, que esta nossa Pastoral virem, ouvirem, e della noticia tiverem, saude e paz para sempre em Jezus Christo nosso Senhor, que de todos he verdadeiro remedio, e salvação. Fazemos saber que considerando nos a grande obrigação que temos de vigiar com todo o cuidado sobre o bem, e salvação das almas de nossos subditos, e para o principal fim que se deve dirigir o nosso zelo, o cuidado Pastoral consiste na verdadeira adeministração dos sacramentos, entre os quais he tam importante o da Penitencia por ser a segunda taboa depois do naufragio da graça perdida, por meio da qual nos Levantamos da miseria de nossas culpas, e navegamos seguros para o porto de nossa salvação; desejamos muito e queremos que esse santo sacramento seja ...(?) tam importante misterio ...(?) idade, limpeza de sangue, procedimento, e bom exemplo na vida, e costumes, licença e proviçam na sciencia e doutrina e como para este effeito seja necessario constarmos com plenario conhecimento das pesoas que neste nosso Bispado tem licença para confessar e examinarmos na sciencia a cada huma dellas para se conseguir o bem das almas de nossos subditos, que tanto nos estam encarregadas, e segurando nos por este modo as nossas e suas consciencias conformandonos com os motus(?) proprios dos Sumos Pontifeceos, e com ...(?) regulação dos Doutores nesta materia nos parecer conveniente, e necessario mandarmos pasar a presente nossa Pastoral, pella qual mandamos a todos os Confessores assim seculares como regulares e das melicias, ainda aquelles de quem seja necessario expecial menção; que todos aqui avemos expressos, e declarados, que nos apresentem a nos ou a nosso Reverendo Provisor as Licenças que tiverem para confessar neste nosso Bispado com declaração que os do Aro desta Cidade Arciprestados de Sellorico e Covilhã serão obrigados apresentallas athe quinze do mes de*

*Julho, e os dos Arciprestados de Penamacor Monsancto Castello Branco, e ouvidoria de Abrantes serão obrigados apresentallas athe perto do mes de Julho deste prezente anno de mil setecentos e treze, e passado o dito termo a todos os que não tiverem apresentação e Licença nossa dada, e concedida depois do dia da publicação, e fixação da nossa Pastoral, avemos por suspensas todas, e quais quer aprovaçoins e Licenças que tiverem para confessar, ou sejam concedidas por nós, ou nossos antecessores ou pello Reverendo Cabido sede vacante, as quais humas e outras revogamos, e avemos por revogadas, nullas, e de nenhum vigor, e dellas não poderão uzar mais que athe o dito termo, para o que mandamos por Sancta Obediencia em vertude do Spirito Sancto que nenhum confessor assim secular como regular, ou das melicias de qualquer grao e dignidade que seja, uze mais das ditas Licenças passado o dito termo, e sob a mesma pena e de suspensão de officio, e Beneficio, e de vinte cruzados applicados para a fabrica de nossa Sé, e meirinho geral, e de serem a nosso arbitrio muito severamente castigados mandamos a todos os Reverendos Parochos deste nosso Bispado que não consitão nos destritos de suas freguezias que Confessor algum confesse sem que primeiro para isso lhe mostre Licença nossa concedida depois de dia da data desta nossa Pastoral o que huns e outros ...(?) de baixo das sobreditas penas, que que avemos por oscuros somente ...(?) seculares aos Parochos ...(?) e tambem aos que os tiverem Parochos encomendados em Igrejas vagas, onde Parochos auzentes, somente pello tempo que lhes estiverem encomendadas as tais Igrejas tendo sido para isso examinados, e aprovados em que ...(?) ao contrario, e dos Regulares aos que forem actualmente ao tempo da data desta Pastoral Lentes de Theologia moral o speculativa ou expositiva ...(?) e aos que forem nas suas Religiois Lentes jubilados, ou ...(?) ...(?) não Leam a dita sciencia por terem Lido os annos ...(?). (\*)*

(\*) Carta Pastoral incompleta.

**Pastoral de D. João de Mendonça.**

**Registos Paroquiais de Abrantes - Freguesia de São Pedro (microfilme 1452) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. 19v e 20.**

**Data: 26 de Maio de 1713.**

**(Inédito)**

*João de Mendonça por merce de Deos e da Santa Séé Appostolica Bispo da Guarda do Conselho de Sua Magestade e seu Sumilher da Cortina. Aos que esta nossa Pastoral virem for publicada e della noticia tiverem saude e pax sempiterna em Jezu Christo nosso Senhor. Fazemos saber que attendendo a obrigação de nosso officio e ...(?) de nossos subditos principalmente a dos que se houverem de prover ao Estado Ecclesiastico aos quais he precisa sciencia não so de Gramatica, mas de Theologia moral para cujo effeito nossos predecessores instituirão em o seminário desta Cidade clases com mestres em que ensinasem não só gramatica, mas Theologia moral, em que todos aprendessem e se fizessem ...(?) de serem admittidos e promovidos ao estado ecclesiastico que pretenderem, e as Igrejas e Beneficios a que se opuzerem e de lhe podermos encarregar a cura das almas de nossos subditos, e as poderem guiar no caminho da salvação tendo os requeзитos que o Direito e o Sagrado Concilio Tridentino dispoem, e são obrigados, e no lhas(?) contem Determinação e porque nos chegou a noticia a pouca frequencia com que se applicão á dita sciencia nos paresse conveniente determinar, que não seja admittido ao dito estado ecclesiastico subditto nosso algum, que não apresentar certidão do Mestre de Moral em como cursou ao menos dous annos a dita sciencia despois de saberem gramatica; e na mesma não serão admittidos os que tiverem ja ordens sacras ás mais, que lhes faltarem sem apresentarem a dita certidão de terem pello dito tempo cursado a dita sciencia, e finalmente os que ja forem sacerdotes não serão admittidos a confessar, nem curar almas sem constar que frequentarão e estudarão a dita sciencia nas quais certidões ...(?) muito a consciencia dos Mestres e que as passem juradas para que nesta forma todos se aproveitem e possam cabalmente satisfazer a sua obrigação ao que muito atenderemos nos exames das ordens para os admittirmos as opozições dos concursos para a preferencia. E os estudantes e clerigos de fora desta Cidade juntarão tambem a seus papeis que apresentarem para ser admittidos certidões dos mestres*

*com quem estudarão e informação sobre(?) a sufficiencia para que nesta forma todos se applicuem a esta sciencia tão importante ao Estado Ecclesiastico e não só evitem o pecado de cometterem expondose a exercitar o sacramento da Penitencia, mas tambem a ruina spiritual dos á quem a administração não lhes advertindo o importante para sua salvação e para ...(?) tão prejudiciaes consequencias mandamos passar a prezente para hir a noticia de todos e mandamos que esta se registre nos Livros de nossa Camara, e ordenamos ao nosso Provizor, e Vigario geral ...(?) digo da Ouvedoria de Abrantes e Arciprestes deste nosso Bispado mandamos fação na mesma forma publicar e fixar esta nas Igrejas pincipaes, e de mayor concurso para que se não possa alegar ignoransia, fazendo copiar della em publica forma todas as que lhe forem necessarias. Dada na Guarda sob nosso sinal e sello de nossas armas aos 26 de maio de 1713, eu Miguel da Costa de Figueiredo a fis escrever. Bispo da Guarda. Sinal do sello +*

**Editais de D. João de Mendonça.****Registos Paroquiais de Abrantes - Freguesia de São Pedro (microfilme 1452) – ANTT.****Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. 20v e 21.****Data: 11 de Junho de 1713.****(Inédito)**

*João de Mendonça por merce de Deos e da Santa Sé Appostolica Bispo desta Cidade e Bispado da Guarda, do conselho de Sua Magestade e seu Sumilher da Cortina. Aos que este nosso Edital virem, e delle noticia tiverem saude e pax para sempre em Jezu Christo nosso Senhor que de todos é verdadeiro remedio e salvação. Fazemos saber em como o Santissimo em Christo Padre e ...(?) Clemente por divina providencia Papa Undecimo, hora na Igreja de Deos prezidente nos concedeo faculdade para que nos por authoridade Appostolica concedecemos Indulgencia Plenaria aos agonizantes desta Cidade e Bispado na forma das Letras Appostolicas que traduzidas em nossa lingua Portugueza são as seguintes = Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Patrono ...(?) a ...(?) com que ... (?) está de conceder no ...(?) da morte aos agonizantes desta Cidade e Bispado da Guarda a benção Appostolica com Indulgencia plenariaexpuz ao Santissimo Padre e Senhor nosso, que benignamente concedeo para que Vossa Illustrissima por tres annos primos conceda por sy mesmo immediatamente por authoridade Appostolicaa dita benção e Indulgencia aos Agonizantes da dita Cidade e Bispado: porem aonde a necessidade pedir e também sendo de noite concede a Vossa Illustrissima que possa cumunicar semelhante faculdade a alguem pio e sacerdote que por cada vez seja eleito por Vossa Illustrissima pello que toca porem as Freiras ao seu confessor ordinario; o mesmo ...(?) a Vossa Illustrissima por ...(?) de Sua Santidade que quer passe uzar da sobredita faculdade por vigor das prezentes letras, e a Vossa Illustrissima ...(?) bejo as maos. Roma 4 de Feveireiro de 1713 de Vossa Illustrissima e Reverendissima obrigadissimo e devotissimo servidor = Fabio Oliverio = e não continha mais em as ditas letras que aqui mandamos copiar e com ellas passar o prezente Edital para que venha a noticia de todos os nossos subditos e os que estiverem no ...(?) da morte se aproveitem da dita benção e Indulgencia plenaria á nos concedida pello tempo dos tres annos primos; e todos os Reverendos Parochos deste nosso Bispado para que este for apresentado o publicarão a seos*

*freguezes. Dado na Guarda sob nosso sinal e sello de nossas armas aos 11 de Junho de 1713, e eu Miguel da Costa de Figueiredo escrivão da Camara o sobescrevi. Bispo da Guarda. Lugar do selo +*



**Pastoral de D. João de Mendonça.**

**Registos Paroquiais de Abrantes - Freguesia de São Pedro (microfilme 1452) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. 14, 14v, 15, 15v, 16, 16v, 17, 17v, 18, 18v, 19, 19v.**

**Data: 14 de Julho de 1713.**

**(Inédito)**

*João de Mendonsa por merce de Deos e da Santa See Appostolica Bispo da Guarda do Conselho de Sua Magestade que Deos guarde e seu Sumilher da Cortina. A todas as pessoas ecclesiasticas como seculares de qualquer estado, condição, e qualidade que sejam que esta nossa Pastoral virem, ouvirem, ou della noticia tiverem saude e pax para sempre em Jesu Christo nosso Senhor que de todos he verdadeiro remedio e salvação. Fazemos saber que conciderando a grande obrigação, que temos de vigiar com todo o cuidado sobre o bem e salvação das almas de nossos subditos e que o principal fim, a que se deve dirigir o nosso zello e cuidado pastoral consiste na verdadeira administração dos sacramentos, entre os quais esta o importante o da penitencia, por ser ...(?) taboa depois do naufragio da graça perdida ...(?) do qual nos levantamos da mizeria de nossas culpas, e navegamos seguro para o porto de nossa salvação desejamos muito e queremos que este sacramento seja administrado por ministros, que tenham os requesitos necessarios se lhes ...(?) importante ministerio ...(?) são ...(?) e limpeza do sangue, procedimento e bom exemplo na vida e costumes, licença, e a aprovação na sciencia e doutrina: e como para este effeito seja necessario constarnos com plenario conhecimento das pessoas que neste Bispado tem licença para confessar, e examinarmos na sciencia a cada huã dellas para se conseguir o bem das almas de nossos subditos que tanto nos estão encarregados, seguramos por este modo a nossa, e suas consciencias conformando nos com os ...(?) proprios dos Summos Pontífices e ...(?) resolução dos D. D.(?) nesta materia nos pareseo conveniente e necessario mandarmos passar a prezente pella qual mandamos a todos os confessores seculares e regulares, e das Milicias, e ainda aquelles de quem seja necessario fazer special menção que todos havemos aqui por declarados e expressos que nos apresentem a nos ou a nosso Reverendo Provisor as licenças que tiverem para confessar neste nosso Bispado com declaração que os do Aro desta cidade Arciprestados de Cerolico e Covilhã serão obrigados a apresentalas athe quinze do*

*mes de Julho e os dos Arciprestados de Pennamacor, Monsanto, Castello branco, e Ouvedoria de Abrantes serão obrigados a apresentalas the todo o mes de Julho deste presente anno de mil e sette centos e treze, e passado o dito termo á todos que não tiverem a provação ou licença nossa dada e concedida despois do dia da publicação e fixação desta nossa Pastoral havemos por suspensas todas e quaisquer approvações, e licenças, que tiverem para confessar ou sejam concedidas por nos ou por nossos antecessores, ou pello Reverendo Cabbido Sede Vacante as quais revogamos, e havemos por revogadas, e de nenhum vigor, e por nullas, e dellas não poderão uzar mais que athe o dito termo para o que mandamos por Santa Obediencia em vertude do Spirito Sancto que nenhũ confessor assi secular, como regular, ou das Milicias de qualquer grao e dignidade que seja uze mais de tais licenças passado o dito tempo, e sob a mesma penna, e suspensão de offício, e beneficio, e de vinte cruzados applicados para a fabrica de nossa Séé, e meyrinho Geral, e de serem a nosso arbitrio castigados. Mandamos a todos os Reverendos Parochos deste nosso Bispado que não consintão nos distritos de suas freguezias que confessor algum confesse sem que primeiro lhe mostre licença nossa, concedida depois de datta desta nossa Pastoral, o que huns e outros observarão debaixo das ditas penas, de que havemos somente por excuzos dos confessores seculares aos Parochos encomendados em Igrejas vagas, ou de Parochos auzentes somente pello tempo que lhes estiverem encomendadas as ditas Igrejas tendo sido para isto examinados e approvados enquanto não mandarmos o contrario. E dos Regulares aos que forem actualmente Lentes de Theologia moral especulativa ou expositiva nos seus Conventos e aos que forem nas suas Relligioes Lentes jubilados, ou graduados ainda que actualmente não leão já a dita sciencia, por terem lido os annos sufficientes para a jubilação ou graduação: porque huns e outros tendo sido aprovados por nós, ou por nossos antecessores per motivos que possão confessar neste nosso Bispado pello tempo que lhes durarem as tais licenças que para isso lhes forem concedidas.*

*E outro sy revogamos e annullamos todas as licenças para pregar a todos os pregadores assi seculares como Regulares e das Milicias exceptuando somente os que para isso tiverem sido examinados e approvados por nos ou por nossos antecessores que lhes forem concedidas. E nenhum dos mais poderá pregar neste nosso Bispado, ainda que para isso tenham licença nossa ou de nossos antecessores não precedendo para ella approvação, se não com licença nossa despois do dia da datta desta, o que mandamos, e noteficamos assy aos pregadores, como aos parochos que os consentirem pregar nos districtos de suas freguezias debaixo das mesmas pennas assima declaradas a respeito dos confessores.*

*E outro si por se evitarem alguns inconvenientes que podem succeder na administração do sacramento da penitencia mandamos por santa obediencia em vertude do Santissimo Sacramento a todos os Confessores assy seculares, como regulares e das Milicias deste nosso Bispado todas e quaesquer Igrejas ainda dos mesmos regulares e das Milicias que não oução de confissão a molher alguã de qualquer callidade ou condição que seja, fora dos confessionarios, senão pellas gradinhas delles, nem confessionarios que estejam em lugares excuzos, ou secretos, senão em lugares claros e publicos que possão ser vistos das pessoas que estiverem nas mesmas Igrejas, nem tambem do mesmo modo possão confessar molher alguã fora das Igrejas senão as que estiverem doentes de modo que não possão hir as Igrejas e os confessores que ouvirem de confissão contra a forma desta nossa Pastoral revogamos e annullamos athe no mesmo acto da confissão todas, e quaiquer licenças nossas, ou de nossos antecessores, que tiverem para confessar e lhes suspendemos para isto a jurisdição, e debaxo as mesmas pennas asima declaradas a respeito dos confessores mandamos a todos os Reverendos parochos de nosso Bispado que não consintão que no districto de suas freguezias ouça algum confessor alguma molher contra a forma desta nossa Pastoral, a qual tambem fará executar o nosso Reverendo Provizor, e Vigario Geral e todos os Reverendos Arciprestes, e Vigario Geral da Ouvedoria de Abrantes, e todos os nossos Vizitadores nas Vizitas, que fizerem perguntarão especialmente por este capitulo, e nas Igrejas aonde não houver confessionarios os mandarão logo fazer por conta das fabricas das mesmas Igrejas ou das pessoas o que para isso por qualquer titullo forem obrigadas. E encomendamos muito a todos os confessores assy seculares, como regulares do nosso Bispado que havendo de ouvir de confissão a alguma molher em sua caza por estar doente, o não faça senão estando á vista alguã pessoa como louvável e prudentemente tem por uzo e ...(?) os Relligiozos de alguãs Relligioes e se pratica nos mais dos Conventos de Relligioes deste Reino.*

*E outro sy porque neste nosso Bispado ha muitas pessoas que em suas cazas tem Oratorio particular, em que se dis Missa; e porque alguns Relligiosos levantão em cazas particulares altares portateis dizendo Missa em Altares sem serem approvados pellos Ordinarios valendose para isso do pretexto de serem privilegios dos quais não temos noticia, nem ante nós foram apresentados estrictamente prohibimos e mandamos por santa obediencia em vertude do Santissimo Sacramento(?) e debaixo das mais pennas a nosso arbitrio determinadas pello Sagrado Concilio Tridentino e pella dispozição de Direito cumum a todos os Sacerdotes Regulares que no nosso Bispado nem fora de seus Conventos possa levantar Altar portatil nem dizer Missa, senão em Altar que por nós esteja aprovado*

*para nelle dizer Missa todo e qualquer Sacerdote, e a todos os nossos subditos assi Ecclesiasticos, como seculares de qualquer estado, qualidade e condição que sejam mandamos debaixo das mesmas pennas, e por Santa Obediencia em vertide do Santissimo Sacramento não consintão mais que em suas cazas se fação Altares portateis nem que nelles se diga Missa, nem a oução senão nos Altares que por nós forem approvados, e mandamos tambem a todos, e a cada hum de nosso Bispado que em suas cazas tem oratorio particular que dentro de quarenta dias da publicação desta exhibão perante nós, ou nosso Reverendo Provizor o Breve Appostolico e aprovação, e licença do Prelado, que lhe foi concedida para nelle se dizer Missa e sob as mesmas pennas asima declaradas mandamos que nenhũ sacerdote diga Missa no tal oratorio passado o dito termo sem que primeiro lhe conste que os taes titulos forão por nós vistos e examinados, ou por nossos ministros, e dada por nós licença possa dizer Missa nelle e o mesmo que vemos e mandamos do mesmo modo debaixo das mesmas pennas se observe em todas as hermidas deste nosso Bispado, para examinarmos as licenças com que nellas se dis Missa, e a decencia dos Altares ornamentos e fabrica que para ellas há, e por tudo isto perguntarão tambem especialmente nossos Vizitadores.*

*E outro sy por termo informação e vermos com grande sentimento nosso que alguns Ecclesiasticos deste nosso Bispado nos vestidos e trajes mais pareassem seculares distraídos, que ecclesiasticos modestos devendo com a modestia e honestidade dos vestidos exteriores dar a todos bom exemplo, e mostras de honestidade e pureza interior, que devem ter, mandamos debaxo das pennas declaradas nas Constituições deste nosso Bispado todo o clerigo de ordens sacras, e o que tiver beneficio ecclesiastico, benção ecclesiastica prestimonio(?) em titulo de Beneficio ainda que tenha somente ordens menores, ou primeira tonsura traga loba de Lã preta cerrada por diante que ao menos e abra apertandose, e que não tenha cauda de maio de meyo palmo com mangas justas do mesmo the os pulsos, e a capa do mesmo, que tenha o mesmo comprimento. E nos lugares piquenos poderão trazer lobas abotoadas por diante, mas de comprimento que cubrão o peito do pe, e a capa preta do mesmo comprimento: por ser o vestido que chamão tallar(?) permittido aos clerigos, e de que hoje uzão os clerigos honestos em todos os Bispados deste Reino, e nenhum clerigo poderá dizer Missa, nem assistir aos officios, nem vestir estola, nem sobrepeliz, ainda que seja em lugar piqueno, nem acompanhar enterros, ou procissões com outra casta de vestido nem de outra cor. E so fazendo jornada, e nos lugares piquenos fora das Igrejas e das situações assima declaradas, poderão trazer vestido de saragossa parda escura, e honesta sendo do*

*mesmo comprimento e não poderão trazer as lobs assi huãs, como outras senão com cabeção abotoado e volta, e nos lugares e occaziois em que lhes permittimos o vestido pardo poderão por amor da chuva e frio trazer nas capas capuzes ou chapeos com que cubrão as cabeças, e as meyas com vestido preto serão pretas, e os giboes e calções serão tambem prettos ou pardos, e não lhes prohibimos que na forma das Constituições deste Bispado possam trazer gibões branco de linho, e nos chapeos, que sempre serão prettos não poderão trazer botoes, nem prezilhas, nem os poderão trazer senão nas occaziões em que pellas Constituições deste Bispado lhes são permittidos, e em tudo o mais que aqui não vay declarado a respeito da modestia dos vestidos observarão o que está disposto nas Constituições deste Bispado, e para que a modestia e honestidade se veja não só no habito mas tambem na tonsura: estritamente mandamos alem das pennas declaradas nas Constituições deste Bispado por Santa Obediencia e em vertude do Santissimo Sacramento a todos os clerigos de nosso Bispado, assy de ordens sacras, como de ordens menores, ou de primeira tonsura tendo Beneficio Ecclesiastico pensão, ou prestimonio que não tragão o cabello proprio cortado de modo que lhe não cubra as orelhas, nem por detras o cabeção das lobs, e que tragão coroa aberta na forma da Constituição deste Bispado; e os clerigos da primeira tonsura, ou de ordens menores não tendo beneficio pensão ou prestimonio que não andarem vestidos e tonsurados na forma desta nossa Pastoral; alem das pennas que tem por Direito, e pellas Constituições deste Bispado, não serão admittidos ás Ordens que lhes faltarem, e do mesmo modo não serão tambem admittidos pella mesma cauza as ordens que lhes faltarem os que ja tiverem Ordens de subdeaconado, ou deaconado nem os da primeira tonsura, ou os de Ordens menores que tiverem beneficio pensão ou prestimonio. E para que esta nossa Pastoral tenha sua inteira observancia mandamos ao escrivão da Camara digo de nossa Camara que hoje he, e aos que adiante forem acrecente este interrogatorio a os mais porque se hade preguntar nas diligencias secretas que se fizerem aos Ordinandos. E mandamos ao nosso Provizor, e Vigario geral Dezembargadores da nossa Meza do despacho Arciprestes, Vigario geral da Villa de Abrantes e a todas as mais pessoas a quem comettermos as diligencias secretas que devem fazer aos Ordinandos, que muito especialmente perguntem por este interrogatorio e encarregamos muito ao nosso Reverendo Provizor que não dé por feitas as diligencias secretas dos Ordinandos, nem os haja por habilitados senão constandolhe por ellas mesmas se preguntou especialmente por este interrogatorio da honestidade dos vestidos, e tonsura dos Ordinandos.*

*E porque não he menor agrado e serviso de Deos nosso Senhor a boa administração da justisa evitando as vexações que da falta della padessem os letigantes(?) nos paresseo conveniente ...(?) esta com o seguinte capitulo. Ordenamos e mandamos que o regimento que ha neste nosso Bispado que dá forma a todos os Ministros e Officiaes de nosso Auditorio no que toca a seos officios se observe tudo o que nelle está disposto e determinado; e lendo o que nelle se conthem, Ordenamos que os nossos Ministros, e todos os Officiaes do Auditorio, e Ouvidoria de Abrantes dem inteiro cumprimento a todas as Ordens, cartas inhibitorias, compulsorias e precatorias que vierem ...(?), e juizes superiores e inferiores para serem cottados(?), inhibidos, e requeridos quaesquer Ministros nossos ainda que seja nossa propria pessoa, ou Officiaes de nosso Auditorio, ou qualquer pessoa deste nosso Bispado, sem que o responsavel ...(?) dilate o comprimento das Ordens com prejuizo das ...(?); E assy mandamos que sendo apresentadas as ditas Ordens á qualquer Official de nosso Auditorio a quem forem distribuidas, não se excuzando hum por outro, e o dito official não fizer as ditas diligencias no termo das ditas ordens e cartas; e quando este termo não vier nellas expressado não as executarem dentro de vinte e quatro oras, pella primeira ves os havemos por suspensos de seos officios por termo de seis meses, e condemnamos em vinte cruzados pagos do Aljube applicados metade para a fabrica de nossa Séé, e a metade para o nosso meyrinho geral, e passado(?) este for incurso na dita penna applicamos a dita ametade para o meirinho que nomearmos para servir no tempo de sua suspensão: E pella segunda vez os havemos por privados dos ditos Officios para sempre, ainda que sejam proprietarios delles, e condemnamos em quarenta cruzados pagos do Aljube applicados na sobredita forma, e quando as ditas diligencias forem para citar qualquer pessoa particular de nosso Bispado, de qualquer calidade que seja, ou para cittar algum Official de nosso Auditorio por alguma ordem, que venha de fora, ou por cauza que penda ou haja de principiar neste nosso juizo ou averbar de suspeito algum ministro ou official e não fizerem as ditas diligencias dentro do dito termo das vinte e quatro horas pella primeira ves os havemos por suspensos de seos officios por tempo de dous mezes, e pella segunda vez por quatro mezes, e se reincidirem nesta culpa por mais vezes se executarão nelles as pennas asima estabelecidas, e todas estas se executarão em tal forma que per este nosso modo ...(?) ficarão nellas incursos todos os que as não observarem, e por estas pennas não derragamos as mais impostas pello regimento e Constituição e para que venha a noticia de todos mandamos se cumpra e guarde assi e da maneira que nesta nossa Pastoral se conthem, e mandamos ao Reverendo Vigario geral da Villa e Ouvedoria de Abrantes a faça publicar nas parochias e Igrejas da dita Villa aonde*

*será fixada em o lugar aonde semelhantes se costumão fixar, e mandar copiar della todas as que forem necessarias para se publicarem nas Igrejas de sua Ouvedoria, e cada hum dos Reverendos Parochos a tresladara em sua Igreja no Livro aonde semelhantes se costumão tresladar. Dada nesta cidade da Guarda sob nosso sinal e sello de nossas armas aos 11 dias do mes de Junho de mil sette centos e treze annos e eu Miguel da Costa de Figueiredo escrivão da Camara Episcopal a fis escrever. Bispo da Guarda. Lugar do sello +*





**Pastoral de D. João de Mendonça.**

**Registos Paroquiais de Abrantes - Freguesia de São Pedro (microfilme 1452) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. 21, 21v, 22, 22v, 23 e 23v.**

**Data: 23 de Abril de 1714.**

**(Inédito)**

*João de Mendonça por merce de Deos e da Santa Sée Appostolica Bispo da Guarda do Conselho de Sua Magestade e seu Sumilher da Cortina. A todas as pessoas que esta nossa Pastoral virem, ou della noticia tiverem saude e paz em Jezu Christo Nosso Senhor, que de todos he verdadeiro remedio e salvação. Fazemos saber que entre outros muitos intoleraveis abuzos que achamos neste nosso Bispado hum delles he intrometeremse os Regulares a benzer os Ornamentos das Igrejas de nossa jurisdição, não tendo privilegio para benzer mais que os ornamentos para as suas proprias Igrejas Regulares e na forma de muitas declarações da Sagrada Congregação não só antigos e geraes, mas modernas e especiaes para este Reyno, declaramos que nenhũ Regular de qualquer Relligião que seja tem authoridade pera benzer os Ornamentos das nossas Igrejas, ainda que sejam da sua apresentação, e lhes pertença a fabrica dellas, e que não podem benzer mais os Ornamentos de suas proprias Igrejas regulares, e que todos os mais que tiverem sido bentos por elles necessitão de ser de novo bentos por nos, e que sem isso senão pode uzar delles; e porque muitas vezes a grande distancia em que muitas Igrejas de nosso Bispado ficão desta Cidade obrigava aos nossos subditos e induzidos dos mesmos Regulares, que lhes certificavão terem faculdade para benzerem todos os Ornamentos e vazos sagrados e se valerem dos Regulares mais vizinhos para o dito effeito; nos atendendo a isto e dezejando que no Culto Divino e ceremonias sagradas senão cometta a minima falta supplicâmos a sagrada Congregação dos Ritos por faculdade para podermos cometer as nossas vezes e subdelegar nesta parte aos subditos, que nos paressese authoridade para a bensão dos Ornamentos e mais couzas pertencentes a Igreja que necessitão de bensão não intervendo nelles unção: a qual se dignou concedernos a dita faculdade ampla e geral por tempo de sinco annos em 26 de Agosto do anno proximo passado de 1713: e em vertude desta concessão e pello tempo della subdelegamos nesta parte a nossa authoridade e cometemos as nossas vezes pera as ditas benções nesta Cidade e seu*

*Aro ao nosso Reverendo Doutor Provizor, e Vigario Geral, na villa de Abrantes ao Reverendo Vigario geral da mesma Ouvedoria, nos Arciprestados de Castello Branco, Covilhã, Penamacor, Monsanto e celorico nos Reverendos Arciprestes dos mesmos Arciprestados, ou aos que seos lugares servirem; e porque isto não poderá bastar pera a comodidade dos nossos subditos cometemos tambem nesta parte a nossa authoridade nesta Cidade e seu Aro ao Reverendo Thezoureiro mór da nossa Sé, ao Reverendo Vigario de Santa Maria da Villa de Manteygas, ao Reverendo Prior da Villa de Valhelhas, ao Reverendo Prior de Santiago da Villa de Bellomonte, ao Reverendo Prior de Santa Maria do Jarmello, ao Reverendo Vigario da Villa do Touro. Na Ouvedoria de Abrantes aos Reverendos Vigarios das Villas de Punhete e Massam Amendoa e Sardoal, e tambem ao Reverendo Vigario de São Vicente da Villa de Abrantes estando auzente della, ou impedido legitimamente o Reverendo Vigario Geral ou quem seu lugar servir. No Arciprestado de Castello branco aos Reverendos Vigarios das Villas de Sarzedas, Villa Velha de Rodão, Alcains, São Vicente da Beira, Castello novo. Alpedrinha, e tambem ao Reverendo Vigario de Santa Maria de Castello branco estando auzente della, ou impedido legitimamente o Reverendo Arcipreste, ou quem seu lugar servir. No Arciprestado da Covilhã aos Reverendos Priores de Peraboa, Alcayde, Fundão, Paul, ...(?), Pampulhoza, e tambem ao Reverendo Vigario de Santa Maria da dita Villa da Covilhã estando auzente della, ou impedido legitimamente o Reverendo Arcipreste, ou quem seu lugar servir. No Arciprestado de Penamacor ao Reverendo Vigario de Certelha, aos Reverendos Priores de Santo Estevão, Benquerença, e Agoas belas, e tambem ao Reverendo Prior de Sancta Maria da Villa de Penamacor, estando auzente della, ou impedido legitimamente o Reverendo digo impedido o Reverendo Arcipreste, ou quem seu lugar servir. No Arciprestado de Monsanto aos Reverendos Priores de Medelim, Penagracia, e aos Reverendos Vigarios de Salvaterra, Segura, Idanha a nova e Proença, e tambem ao Reverendo Prior do Salvador da Villa de Monsanto estando auzente della, ou impedido legitimamente o Reverendo Arcipreste ou quem seu cargo servir; e no Arciprestado de Cellorico aos Reverendos Priores do Baraçal, Asores, Rapa, e Cabadoude, e tambem ao Reverendo Prior de Santa Maria da Villa de Cellorico estando auzente della ou impedido legitimamente o Reverendo Arcipreste, ou quem seu lugar servir. E porque muitos sacerdotes ignorão quais são as couzas (em que não intervem unção) que necessitão de Bensão, para poder uzar dellas declaramos que são as seguintes = As toalhas dos Altares em que entrão as Guardas dos Corporaes, Amitos (os quais terão no meio uma Cruz de linhas brancas para bejarem os sacerdotes quando se revestem, e despem), Manipolos e estolas (que tambem hão*

*de ter Cruz no meyo para bejarem no mesmo modo os sacerdotes), Alvas, Cordoes, Cazulas, Dalmaticas, Corporaes (os quais hão de ter Cruzes lizas de linhas brancas, nas bandas, junto as bainhas, e não no meyo e hão de ser todos lizos sem nenhum lavor, e Palas dos ...(?), que tem a mesma benção dos Corporaes: cujas bensoes todas se achão não somente no Pontifical e Ritual Romano, mas tãobem no Missal despois das Oraçoens diversas pro defunctis. E os frontaes, veos de Calices, bolsas de Corporaes, sanguinhos, e as mais couzas que asima não vão declaradas, não necessitão de bensão, e sem isto se pode e deve uzar dellas. Tambem necessitão de bensão as Igrejas, Cappellas, Altares, Imagens, Custodias, Cofres, e Vazos Sacramentaes, mas destas couzas rezervamos a bensão a nós mesmos, e nenhuma pessoa as podera benzer sem especial autoridade nossa por escrito e encomendamos muito a cada huã das sobreditas pessoas, e a mais quem pelo tempo adiante haveremos por bem cometer a bensão das ditas as não benzão, senão estando descentes, limpas, e muito capazes de servirem nos ministerios para que forão dispostas pella Igreja no que a todos encarregamos muito as consciencias; e esta autoridade comettemos não só as sobreditas pessoas que actualmente são, mas tambem as que pello tempo adiante obtiverem os mesmos Beneficios e occupaões dentro dos cinco annos do nosso Indulto, passados os quais nenhuma pessoa podera uzar desta autoridade sem nova e especial comissão nossa. Achamos tambem que alguns Regulares do nosso Bispado se intrometem a dispensar no voto simples de castidade, pera se poder sem embargo dele contrahir licitamente matrimonio de prezente, e pedir o debito conjugal; e tambem no crime de incesto em primeiro, e segundo grao de afinidade pera poderem os conjugados licite petere debitum conjugale, dizendo: que tem para isto privilegios, como tambem dizem que o tem pera entrarem molheres nos seos claustros por ocazião de certas funçois publicas. E pera atalharmos (como devemos) estes tão prejudiciaes abuzos declaramos que nenhum Relligiozo de qualquer Relligião que seja pode uzar de tais privilegios no nosso Bispado porque ainda que os tiverão concedido viva vocis oraculo pello Sumo Pontifice Pio 5º vendosse como obviavão(?) destes e os mais privilegios viva vocis oraculo concedidos pello mesmo Pio 5º, por Leam 10., e por outros alguns Sumos Pontifices lhe derogou a todos Gregorio 15 no seu ...(?) proprio que comessa In speculum elitantis(?) Ecclesia, e muito mais claramente sem deixar lugar a limitação ou interpretação alguma lhes derogou Urbano 8º no seu motu(?) proprio que comessa Alias felicis recordationis datum Roma apud Sanctum Petrum sub annulo procatoris ...(?) Dezembris 1631 Pontificatus sui anno 9º. E porque alguns Regulares uzão destes privilegios por verem os authores que nesta parte escreverão antes do dito motu(?) proprio de Urbano 8º, e alguns authores modernos*

*que escreverão ignorando a disposição do dito motu proprio seguindo somente os authores que escreverão antes delle, e tambem alguns que sem fundamento querem interpretar a dita deragação, e...(?) se ...(?) mesmo de alguns privilegios que taes faculdades lhe não concedem, e de outros que tambem lhe forão derogados nos achamos obrigados a declarar que são nullas, e de nenhũ vigor todas as ditas dispenções feitas por Regulares quaisquer que sejam neste nosso Bispado, e que todos os impedidos pellas ditas cauzas ou por quaisquer outras necessitão de dispensa nossa, ou da Sée Appostolica sem embargo de ...(?) foro da consciencia tenham sido dispensados por regulares que pera isto não tivessem especial authoridade nossa ou de nossos antecessores e que as molheres com nenhum pretexto de procissão, ou de qualquer outra função publica podem entrar nos seos claustros, e que entrando violão as clauzuras delles e incorrem em Excomunham rezervada a Sée Appostolica, e contra ellas procederemos na forma de Direito sem embargo que disto aja costume immemorial o qual tambem está do mesmo modo reprovado; E se acazo os Regulares de nosso Bispado tiverem para as sobreditas cauzas privilegios posteriores a derogação de Urbano 8º ou participarem com alguã Religião que os tenha modernos ou antigos (não tendo sido derogados) he necessario que os apresentem ante nos para poderem uzar delles, por não nos constar delles nem estarem incorporados em Direito. E pera desterrarmos outros quaiquer semelhantes abuzos (alem de alguns de que ja tivemos noticia e a que ocorreremos em outra nossa carta Pastoral) declaramos que nos Regulares huã couza he privilegio de Exempção, e outra couza o privilegio, ou privilegios por onde se lhes concede o exercicio de alguma jurisdição, e nós toca a exempção são os Regulares exentos totalmenteda nossa jurisdição e sojeitos immediatamente aos seos Prelados Regulares, que nelles tem toda a jurisdição ordinaria privativamente menos em aquellas materias, e cazos em que especialmente nos são sojeitos por Direito comum, Concilio Tridentino e Bulas Apostolicas, e declarações das Sagradas Congregações, mas no que toca aos privilegios de jurisdição ou seja contenciosa, ou voluntaria de nenhuã podem uzar não tendo para isto privilegio especial, os quais privilegios devem apresentar perante nos não estando encorporados em Direito cumum, nem tendo sido apresentados perante nossos antecessores e sem isto não podem uzar delles nais que a responsabilidade de seos proprios subditos Regulares; Nem tambem no que toca a estes taes privilegios se podem valor de interpretações extensoes, ou argumentos nem ainda de maiori adminus, nem podem exercitar mais jurisdição que aquella que expressa e individualmente lhe estiver concedida, o que (pella obrigação de nosso officio Pastoral) nos achamos obrigados a declarar para que os*

*nossos subditos sem prejuizo de suas consciencias, e de nossa jurisdição senão enganem com os privilegios que alguns Regulares se querem a si mesmo arogar, não lhes tendo sido concedidos, e querendo uzar delles só por argumentos paridades, extenções, o que costuma nascer da confusão com que alguns authores fálão dizendo absolutamente que os privilegios dos Regulares se devem ampliar e interpretar a seu favor sem fazerem diferença entre huns, e outros privilegios de donde rezulta praticarem algumas opinioes, sem nenhuma probabilidade e contra as expressas disposições de Direito nas materias de jurisdição. E para que esta nossa Carta pastoral venha a noticia de todos, e della senão possa alegar ignorancia mandamos que (despois de registada nos Livros de nossa Camera) seja publicada na nossa Sée Cathedral, e nas mais Igrejas Parochiaes de nosso Bispado nos primeiros tres Domingos, ou dias sanctos continuos a estação da Missa fixado o treslado della assinado pelos Reverendos Arciprestes dos districtos, ou pelos mesmos parochos, por todos os parochos, nas portas das Igrejasm e pellos mesmos parochos sera registada nos Livros das Vizitas aonde semelhantes se costumão registrar, e nas cabeças dos Arciprestados será fixada huma original assignada por nós para o que o nosso escrivão da Camera remeterá huma a cada hum dos Reverendos Arciprestes, e para a Ouvedoria de Abrantes ao Reverendo Vigario geral da mesma Ouvedoria, os quais todos (e nesta Cidade e seu Aro o nosso Reverendo Doutor Provizor) cobrarão dentro em termo de tres mezes certidão de todos os parochos que no mesmo termo serão todos obrigados a remeter lhes de como a tem publicado registado, e fixado na forma sobredita. Dada na Guarda sob nosso sinal e sello de nossas armas. Aos vinte dias digo vinte e tres dias do mes de Abril de mil sete centos e quatorze annos. Eu Miguel da Costa de Figueiredo escrivão da Camera a fis. Bispo da Guarda –*



**Pastoral de D. João de Mendonça.**

**Registos Paroquiais de Abrantes - Freguesia de São Pedro (microfilme 1452) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. 25, 25v, 26, 26v, 27 e 27v.**

**Data: 27 de Abril de 1714.**

**(Inédito)**

*João de Mendonça por merce de Deos, e da Sancta Sée Appostolica Bispo deste Bispado da Guarda do Conselho de Sua Magestade e seu Sumilher da Cortina. A todos os que esta nossa Carta Pastoral virem ou della noticia tiverem saude e paz em Jezu Christo nosso Senhor, que de todos he verdadeiro remedio e salvação. Fazemos saber que entre as mais couzas a que se deve applicaro cuidado de nosso officio Pastoral pera provermos nellas do remedio conveniente e oportuno achamos que grande parte dos sacerdotes de nosso Bispado entendem que são promovidos a degnidade sacerdotal so pera as suas proprias conveniencias, e não pera as obrigações e encargos da mesma dignidade havendo por esta cauza não só grande falta de quem com o sentido no aproveitamento espirital das Almas se empreguem em ensinar do pulpito Appostolicamente o verdadeiro caminho da salvação aos seculares, sendo tantos os que pello enteresse das esmolas dos sermões se empregão neste exercicio com estudo das palavras affectadas, e subtilezas de Pensamentos inuteis com que grangeão a condemnação propria, do que o aproveitamento alheio, mas muito mayor de quem se sojeite ao trabalho do confessorio aonde havendo nos confessores sciencia e zello da salvação das almas se pode fazer a Deos nosso Senhor mayor serviço, do que no pulpito; Por se dar e applicar no confessorio a cada hambos peccadores a doutrina especial e propria, de que cada hum mais necessita, e estarem os peccadores neste acto com melhor dispoziçam pera abraçarem a mesma doutrina, do que pera a doutrina, que se lhes ensina no pulpito: por esta geral, e ás vezes não he propria pera todos, nem pera a ouvirem vão comunmente dispostos com acto de contrição e exames de suas consciencias; e ainda que muitos ...(?) se movão á penitencia, so no confessorio despois se colhe o fructo da mesma penitencia.*

*E conciderandonos tambem que na forma do sagrado Concilio Tridentino não podemos conferir Ordens Sacras aos clerigos seculares de nosso Bispado a titulo de patrimonio, ou de*

penção ecclesiastica, senão á aquelles, que forem necesarios ou uteis no serviço das Igrejas, administração dos sacramentos, e bem spiritual das Almas dos nossos subditos. E constandonos tambem que há em nosso Bispado grande falta de confessores por não quererem os sacerdotes seculares sojeitarse a este trabalho, e que os Parochos não bastão pera ouvirem de confissão, principalmente no tempo de Quaresma, e de Jubileos a todos os seos freguezes, por cuja cauza muitos delles tem recurrido a nos pera nomearmos confessores, que os ajudem neste ministerio. E que muitos freguezes por serem parentes dos clerigos digo parochos, ou por terem com elles demandas em juizo ou por outras razões particulares (previstas já pela Constituição deste Bispado no Livro 1 Titulo 8º Capitulo 1º) tem algum pejo de se confessarem com elles; pera darmos remedio a estes inconvenientes, e pera que os sacerdotes de nosso Bispado satisfaçam a sua obrigação e ao fim pera que foram promovidos ao sacedocio mandamos a todos os sacerdotes, presbiteros asistentes neste nosso Bispado, que dentro em termo de seis mezes que se contarão do dia da data desta nossa Carta Pastoral se examinem na nossa mesa do Despacho pera confessores, e os que de novo se ordenarem sacerdotes daqui por diante dentro em seis mezes contados do dia, em que a cada hum for conferida a Ordem de Presbitero; de modo que passado o termo dos ditos seis meses tenham sempre daqui por diante approvação e licença actual pera confessores, e que com effeito oução de confessam a todas as pessoas que se quizerem confessar com elles, e no tempo da Quaresma, ao menos aos Domingos, e dias sanctos pela manhã, e também nos dias de Jubileos, em os que estiverem na terras Pregadores Missionarios estejam nas Igrejas promptos e expostos a todos os que com elles se quizerem confessar, conforme as licenças, que pera isso tiverem; E aos que daqui por diante passado o termo dos ditos seis mezes não tiverem licença actual pera Confessores, suspendemos, e desde agora havemos por suspensos de todo o exercicio de suas Ordens: pera o que assim a respeito dos Presbiteros actuaes, como dos que forem pello tempo adiante asistentes neste nosso Bispado os havemos a todos por suficientemente notificados pella publicação desta nossa Carta Pastoral, E a todos os parochos deste noss Bispado mandamos com penna de obediencia, e de vinte cruzados applicados pera os meirinhos dos distritos, e fabrica das Igrejas não concintão que nas suas Igrejas, Ermidas, ou Oratorios particulares das suas freguesias diga missa daqui por diante sacerdote algum, nem admitam a presbitero algum aos Officiosa, enterramentos, ou outro qualquer exercicio de suas ordens, sem lhes constar primeiro que tem actual licença nossa, ou de nossos subcessores pera confessar; E o mesmo fazemos saber aos prelados dos Conventos Regulares, e lhes mandamos que nas suas Igrejas não concintam que os



*presbiteros seculares digão missa, ou exercitem algum outro acto de suas ordens, sem lhes constar primeiro da dita licença actual: porque a isto sam obrigados depois desta nossa Carta Pastoral, e o devem assim cumprir do mesmo modo que os parochos nossos subditos e se algum sacerdote sem a dita licença actual diser missa, ou exercitar algum acto de suas ordens (o que não esperamos) será prezo obrigado a livramento, e castigado com as pennas de Direito, e Constituição. E mandamos a todos os Vizitadores que muito especialmente perguntem pella observancia desta nossa Carta Pastoral pera o que o nosso Escrivão da Camera lançará a lembrança deste interrogatorio nos Regimentos que se dão aos Vizitadores. Declaramos porem que esta nossa Carta Pastoral senão entende com os presbiteros que possuirem beneficio ecclesiastico, ou tiverem coadjutoria perpetua com futura suceção tendo congrua sufficiente no mesmo beneficio: porque estes muitos bens servem a Igreja com o trabalho continuo assim do Coro, como das outras suas obrigações; e a titulo dos mesmos beneficios, e coadjutorias os podemos promover a todas as Ordens sem atenção a outra alguã necessidade, ou utilidade da Igreja mas em todos será muito louvavel que se queirão sojectar a esse trabalho pera fazerem mayor serviço a Deus nosso Senhor; Nenhum porem será admitido a exame pera confessar não sendo muito exemplar nos costumes pera o que ajuntaram folha corrida nem lhes concederemos licença, não sendo muito benemeritos na sciencia, no que encarregamos muito as consciencias de nossos ministros, e de outras quais quer pessoas, que por especial comissão nossa os examinarem e aprovarem. E pera ocorrermos a indiscrição de alguns parochos, que no tempo da Quaresma obrigão os freguezes a que se confessem com elles, não lhes permitindo que se possam confessar com outro algum confessor, sem atenção ao que nesta parte está detreminado pella Constituição. Mandamos a todos os Parochos digo Livro primeiro e em outras muitas partes do Livro 1º talvez porque não lhe está nesta parte cominada penna alguã pella mesma Constituição. Mandamos a todos os parochos de nosso Bispado com penna de Obediencia e de vinte cruzados applicados na forma ordinaria que não neguem esta licença aos seos freguezes no tempo da Quaresma, nem em outro algum pera se poderem confessar com quem lhes paresser na forma da Constituição com tanto que os mesmos freguezes no tempo da Quaresma lhe apresentem os escritos de como se tem confessado na forma da Constituição Livro 1º Titulo 7º Capitulo 6º Nº 1 in fine. Mas nem por isto entendão os parochos que ficam dezobrigados de confessar na forma de Direito e da Constituição. E encomendamos muito aos Pregadores de nosso Bispado assim seculares, como regulares que no pulpito ensinem aos ouvintes a doutrina conveniente e necessaria non in sublimitate sermonis, sed in*

*simplicitate, et pure veritate doctrina. Como o mesmo São Paulo diz, que o fazia assim; pera se livrarem do gravissimo peccado, que comettem todas as vezes que fazem o contrario, como pera livrarem muitas Almas a Deos nosso Senhor incitando as por este modo á verdadeira penitencia de seos peccados, e ao amor de Deos, e dos proximos, que he o único fim dos sermoes, ainda que sejam festivos: E a todos os pregadores assim seculares, como regulares, que os vemos e sabemos que muitas pessoas encarregão muito suas consciencias por não pagarem ignorantemente e maliciosamente, como devem, os Dizimos, e permissas, cuidando tambem que he divida só aos homens, e não a Deos nosso Senhor mandamos que fação a obrigação, que tem tão apertada de peccado mortal por Direito, e Constituição deste Bispado no Livro 2º Titullo 3º Capitulo 2º E a todos os parochos mandamos com penna de Obediencia, e de vinte cruzados pagos do Aljube, e applicados na forma ordinaria, e aos mesmos pregadores leão, e notifiquem o mesmo Capitulo da Constituição como na forma delle são obrigados, e não satisfazendo a elle os pregadores assim seculares, como regulares, debaxo das mesmas pennas no dem conta, ou aos nossos ministros dentro em termo de oito dias pera os suspendermos irrimizivelmente de pregarem em nosso Bispado, e procedermos contra elles com as mesmas pennas que nos parecer a nosso arbitrio, e de nossos ministros. E pera evitarmos, como devemos pera o futuro algumas duvidas que tem havido entre alguns parochos, e prelados locaes de Conventos de Regulares sobre a forma dos acompanhamentos e enterramentos nos mesmos Conventos dos Regulares conformandonos em tudo com a disposição de Direito, Bullas Pontificias, e decretos das Sagradas Congregações: declaramos que os parochos não podem prezidir nos enterros senão sòmente the a porta das Igrejas dos Regulares, nem se pode impedir, que todos, e quaisquer clerigos seculares fiquem nas Igrejas mesmas assistindo aos enterramentos, e officios, ainda que a elles não queirão assistir os proprios parochos. E tambem declaramos que os Prelados Regulares, ou outros quaisquer de licença sua não podem prezidir nos enterramentos ainda que sejam dos seos proprios Rellegiozos, e dos seos mesmos Conventos, que por acazo falecerem fora delles, senão das portas das suas Igrejas pera dentro, nem ainda nos adros dellas, salvo sendo por toda a parte murados, e que se fechem com chaves, ficando por este modo dentro da clauzura regular; E que os parochos podem entrar nas Igrejas dos mesmos Regulares sem pera isso lhes pedirem licença com sobrepelis, e estola, como seja largando aprezidencia, e entrando pera asistir aos enterramentos e officios como qualquer outro sacerdote particular: porque sem licença dos prelados regulares, não podem nas suas Igrejas exercitar função alguma parochial. E assim mandamos se observe; E se ouver duvida sobre outra alguma couza, que se nos dé*

*conta della, pera podermos resolver o que for mais conforme o Direito e evitar perturbações e contendias judiciais de que resultão muitas vezes grandes escandalos. E pera que esta nossa Carta Pastoral venha a noticia de todos e della senão possa alegar ignorancia mandamos que depois de registrada nos livros de nossa Camera seja publicada na nossa Sé Cathedral, e nas mais Igrejas parochias de nosso Bispado nos primeiros tres Domingos, ou dias sanctos continuos a estação da Missa fixado o traslado della assinada pellos Reverendos Arciprestes dos districtos, ou pellos mesmos parochos nas portas das Igrejas, e pellos mesmos parochos será registada no livro aonde semlehanes se costumão registrar; E nas cabeças dos Arciprestados será fixada huã original assignada por nos; pera o que o nosso Escrivão da Camara remeterá huma a cada hum dos Reverendos Arciprestes, e pera a Ouvedoria de Abrantes ao Reverendo Vigario Geral da mesma Ouvedoria: os quais todos, e nesta cidade e seo Aro, o nosso Reverendo Doutor Provedor cobrarão dentro em termo de tres mezes certidão de todos os parochos, que no mesmo termo serão obrigados a remeterlhas de como tem publicado, registado e fixado na forma sobredita. Dada na Guarda sob nosso sinal e sello de nossas armas aos vinte e sete dias do mês de Abril de mim setecentos e quatorze annos. Eu Miguel da Costa de Figueiredo Escrivão da Camara a fis. Sinal = Bispo da Guarda.*



**Pastoral de D. João de Mendonça.**

**Registos Paroquiais de Abrantes - Freguesia de São Pedro (microfilme 1452) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. 28, 28v, 29, 29v, 30, 30v.**

**Data: 30 de Abril de 1714.**

**(Inédito)**

*João de Mendoça por merce de Deos e da Santa Séé Appostolica Bispo deste Bispado da Guarda do Conselho de Sua Magestade, e seu Sumilher da Cortina. A todas as pessoas que esta nossa Carta Pastoral virem for publicada, e della noticia tiverem saude e pax em Jesu Christo nosso Senhor que de todos he verdadeiro remedio e salvação. Fazemos saber que entre outros cuidados de nosso Officio Pastoral nos chegou a noticia que muitos de nossos subditos obrigados a rezar o Officio Divino (com o pretexto de serem Terceiros de São Francisco, cuja regra profissão) rezão por Breviarios de Sanctos da Terceira Ordem, ou por Cadernos especiaes em que estão as Lendas dos mesmos Sanctos uzando, e governandose pera este effeito pella folhinha composta pera os mesmo Terceiros, deixando o Breviario Romano, alterando e prevertendo a Ordem do kalendario delle contra a dispozição tão apertada da Bulla do Sumo Pontifice Pio 5º, que comessa: Quod á nobis postulat. Posta no principio do mesmo Breviario de que rezultão grandes inconvenientes contra o intento do Sumo Pontifice na uniformidade da reza, que quis se observase entre todos os clerigos seculares sem terem pera isto talvez mais devoção, que a de se livrarem de rezão de Domingos e Férias, e fazerem o trabalho da reza, a seu arbitrio, menos custozo, por terem sempre sanctos de quem rezar, couza já pervista e atalhada pello Sumo Pontifice Pio 5º na mesma Bulla, e por que nos não consta, que os clerigos Terceiros de São Francisco tenham privilegio pera poderem rezar dos Sanctos da Terceira Ordem, por mais que os Relligiosos da mesma Ordem de São Francisco o queirão assim persuadir nem pera uzarem do Breviario Terceiro por ser o ditto privilegio como todos os mais da Terceira Ordem concedido ultimamente pello Sumo Pontifice Leão 10º na sua Bulla, que comessa: Cum intra mentis arcanum. Só aos Relligiozos Terceiros que vivem em comunidade, nem poderão os clerigos Terceiros gozar por comunicação deste privilegio por ser conclusão ...(?) dos Doctores: quod nomine privilegiorum et illorum acceptione non venit revitatio Officiis Divini. E ainda*

que os clérigos Terceiros tivessem este privilegio não podião usar deste licitamente, por faltarem communmente ás obrigações da Regra, pella observancia da qual somente costumão os Sumos Pontífices conceder estes, e outros privilegios semelhantes, e porque ultimamente se propos esta duvida á Sagrada Congregação de Ritos no anno de 1707 pellas seguintes palavras formaes: *An clericii Terciarii professi Tertii Ordinis Sancti Francisci de Ponitentia in soculo degentes valeant Divinum Officium recitare ...(?) Breviarium impressum ad usum fratrum tertia regula Sancti Francisci de Ponitentia professorum claustrali viventrum relicto kalendario Romano. A que a mesma Sagrada Congregação respondeo pellas formaes palavras seguintes: Negative ...(?) habeant(?) indultum extentionis privilegiorum, et ita(?) dec saravit(?) ac servari ...(?) die 27 Augusti 1707. E nos em observancia desta declaração, e Decreto da Sagrada Congregação, por não nos constar do indulto que tenham os clérigos Terceiros pera a extinção deste privilegio, somente concedido aos Terceiros Regulares, mandamos e declaramos a todos os clérigos Terceiros da Ordem de São Francisco neste nosso Bispado de qualquer condição, e calidade, que sejam obrigados obrigados á rezar o Officio Divino, que não rezem nem podem rezar dos Santos da Terceira Ordem, e menos usar do Breviario impresso pera os Relligiozos, e Relligiozos das tres Ordens de São Francisco, e se uzarem delle, ou rezarem dos dittos sanctos alterando a Ordem do Breviario e kalendario Romano peccão mortalmente, e não satisfazem a obrigação da reza, e contra elles procederemos do mesmo modo, que contra os que totalmente deixarem de rezar, sendo a isto obrigados mas a todo o tempo que tiverem indulto pera a extenção deste privilegio de poderem rezar dos Sanctos da Terceira Ordem lho faremos publicar pera que então possam livremente e licitamente usar delle sem embaraço das conciencias, que he a principal couza que por rezão de nosso Officio Pastoral dezejamos evitar a todos a nossos subditos. E o mesmo dizemos dos clérigos Terceiros de Nossa Senhora do Carmo e de quaisquer outros: porque com nenhum pretexto podem alterar na reza a forma e ordem do Breviario e kalendario Romano sem nos mostrarem o privilegio, que pera isso tiverem da Sée Appostolica. Achamos tambem que os clérigos de nosso Bispado se applicão muito pouco ao Cantochão de que rezulta grande indecencia, e escandalo dos Seculares na Celebração dos Divinos Officios; E porque esta arte he mais dufficultoza de saber, não se aprendendo na puericia mandamos aos nosso Escrivão da Camara com penna de suspensão de seu officio que não matricule pera primeira tonsura nem pera ordens menores, ou sacras, quaisquer que sejam ...(?) algum sem certidão em forma de estar examinado e aprovado em cantochão e aos Examinadores, que pera isto nomearmos encarregamos muito as conciencias nestes exames*

*pera que não aprovem os que não forem muito suficientes e habeis nesta arte. Com muita maior desconsolação nossa temos visto muitos sacerdotes deste nosso Bispado se applicão tão pouco ás ceremonias da Missa que peresse que com estudo particular faltão a ellas, dizendo em voz alta tudo o que devem dizer em voz baixa, e em voz baixa tudo o que devem dizer em voz alta, faltando em tudo á forma das acções, e confundindo os tempos em que as devem fazer sendo todas tão naturaes bem ordenadas, e compostas, que só de prepozito parese que se podem as mais dellas alterar. E tendo observado que os mais dos sacerdotes faltão a ellas por terem o sentido somente na preça com que hão de acabar a Missa pouco lembrados dos profundos e particulares misterios que há em cada huma das accoes, e ceremonias e muito menos do Altissimo Sacrificio que actualmente celebrão e offeressem a Deos nosso Senhor na mesma Missa, sendo muitos tão ignorantes, que nem sabem, que no principio das mesmas Missas estão com grande clareza e brevidade as regras pera se fazerem com prefeição todas a Ceremonias da Missa; e sem cuidarem tambem no peccado que cometem em faltarem a ellas com tanta indecencia; e pera que em materia tão grave não aja faltas e indecencias admoestamos a todos os sacerdotes do nosso Bispado que estudem as regras e rubricas do Missal, e fação as ceremonias da Missa com toda a prefeição que nellas se encomenda; e qualquer que daqui por diante faltar a ellas advertimos, que o suspenderemos de dizer Missa athe o mandarmos novamente examinar de ceremonias, e esta mesma authoridade concedemos ao nosso Reverendo Doutor Provizor, e a todos os Vizitadores, e lhes encomendamos muito e encarregamos as consciencias pello juramento de seos Officios que assim o cumprão, e fação, e nisto ponhão grande cuidado; pera o que o nosso Escrivão da Camara com penna de suspensão de seo officio lançará esta lembrança dentro em termo de outo dias assim no Regimento do Provizor, como nos que se dão aos Vizitadores e aos Mestres das Ceremonias, e outras quaisquer pessoas a quem comettermos estes exames encarregamos do mesmo modo as consciencias pera que não aprovem senão aquelles que tiverem estudado as regras e rubricas do Missal e que na forma dellas souberem fazer todas as cerimonias com a prefeição devida; e do mesmo modo mandamos a todos que na Missa assim solemne como privada (e não sendo pro defunctis) digão sempre a Collecta: Et famulos tuos como esta detreminado pella Constituição no Livro 3º Títullo 2º Capitulo 1º nº 8 pera não cahirem no peccado que comettem com esta falta na opinião ...(?) dos Doctores, ainda que pera isto não houvera, como há, Constituicão especial neste Bispado, que assim o detriminasse; Mas tambem mandamos, que se não diga a ditta Collecta na forma dada pella ditta Constituição e que se diga na forma detreminada despois disto pella Sagrada*

*Congregação de Ritos em 13 de Julho de 1675 posta no Missal no fim dos Sanctos de Hespanha, e nas Igrejas aonde não houver Missaes modernos os Parochos dellas com penna de obediencia, e de dez cruzados applicados na forma ordinaria o escreverão depois, ou farão escrever de boa letra dentro em termo de quinze dias nos Missaes que houver antigos nas mesmas Igrejas os quais procurarão todos os Vizitadores pera verem se os parochos cumprem esta obrigação. E por termos visto que a Sagrada Comunhão se administra neste nosso Bispado acrescentandose as palavras : In manus tuas Dne(?) comendo spiritum meum com o fundamento de estar assim detreminado pella Constituição no Livro 1º Titullo 7º Capitulo 6 ...(?) declaramos que no tempo em que se fés a Constituição se podião dizer estas palavras na forma dos Rituaes antigos, mas que hoje esta ...(?) nesta parte derogada e se não deve observar, por detreminar o contrario o Summo Pontifice Paulo 5º no seu Ritual emendado e reformado, que se publicou em Roma por Bulla sua que começa: Appostolica sedi. No mesmo mês, e anno em que nesta Cidade forão publicadas em synodo as Constituições e muitos annos depois detreminou o mesmo o Sumo Pontifice Urbano 8º nas rubricas que reformou do Missal confirmadas por Bulla sua que começa: Si quid est in rebus: aos 2 de Setembro de 1634. No anno 12 de seu Pontificado, em cuja mandamos que senão digão mais as ditas palavras, quando se administrar a Sagrada Comunhão ou aos sãos, ou aos Enfermos, e que sem nenhuã alteração se observe na administração della a forma detreminada pellas rubricas do Missal aprovadas e mandadas observar por Urbano 8º que bem por titulo: Ritus servandus in Celebratione Missa(?) no Cap.10 de Oratione ...(?), et ...(?) ...(?) ad sanctam Cumunionem, et de Cumunionem ...(?). tambem nos consta que alguns Parochos não registrão os Roes dos Confessados digo os que ad Sanctam Cumunionem ...(?) e pello Ritual Romano de Paulo 5º titullo De sanctissima Eucharistia Sacramento. Nos Capitulos De Ordine ministrandi sacram cumunionem et de Cumunionem Infirmorum(?). Tambem nos consta que alguns Parochos não registrão os Roes dos Confessados no tempo em que são obrigados a fazelo, nem os tem promptos quando lhos pedem os Vizitadores, talves por não haver pera isso penna detreminada pella Constituição e pera que por daqui por diante não haja semelhantes faltas mandamos a todos os Parochos registrem os Roes dos Confessados e os apresentem aos Vizitadores como são obrigados com penna de seis cruzados por cada falta applicados na forma ordinaria, e sendo comprehendidos nesta falta muitas vezes se podera acrescentar a penna a arbitrio do nosso Reverendo Provizor e declaramos que por estas faltas (como por todas as mais) serão condemnados os Reverendos Priores e Vigarios das Igrejas ainda que nellas tenham Curas, e ...(?) porque os Curas e*



*Coadjuutores são somente pera os ajudarem e não pera os livrarem das suas obrigações e encargos do officio Parochial. E pera tirarmos de tudo alguas duvidas que tem havido sobre a observancia de alguas rezoluções de nossos antecessores declaramos que todas as Cartas Pastoraes, Capitulos das Vizitas, cominações de pennas, e censuras e quaisquer outras rezoluções extrajudiciaes de nossos antecessores sendo tomadas pera o bom governo do Bispado em cumum, ou de alguas Igrejas em particular, ou pera obviar alguns abuzos ou indecencias, ou escandalos, ou pera a boa administração da justissa (ocorrendose nellas aos cazos futuros, e tendo sido publicadas na forma do estillo) todas tem força de Ley, e como assi se devem sempre guardar digo observar em tudo aquillo em que não estiverem expressamente derogadas por nós, ou por algum dos nossos antecessores; porque tacitamente he visto aprovarem nas, e declaramos que isto mesmo se observou sempre em juizo e fora delle tendose e havendose todas as ditas cominações de pennas, e censuras e outras quaisquer rezoluções por validas em todo o tempo com força de Ley. E pedindose derogação dellas aos sucessores, quando pella observancia digo pella occurrencia dos tempos se concedera algum incoveniente na observancia de alguã dellas, e pera que a responsabilidade de nenhuã se possa usar de interpretações todas (se necessario he) as confirmamos e havemos por confirmadas não estando legitimamente derogadas, ou suspensas por nós, ou por algum de nossos antecessores; E pera que esta nossa Carta Pastoral venha a noticia de todos, e della se não possa alegar ignorancia mandamos que (despois de registrada nos Livros da nossa Camara) seja publicada a nossa Seé Catredal e nas mais Igrejas parochiaes deste nosso Bispado nos primeiros tres Domingos, ou Dias Sanctos continuos á Estação da Missa fixado o treslado della (asinado pellos Reverendos Arciprestes dos districtos, ou pellos mesmos parochos) por todos os parochos nas portas das Igrejas. E pellos mesmos parochos será registrada nos Livros das Vizitas aonde semelhantes se costumão registrar. E nas cabeças dos Arciprestados será fixada huã original assignada por nós, pera o que o nosso Escrivão da Camara remeterá huã a cada hum dos Reverendos Arciprestes, e pera a Ouvedoria de Abrantes ao Reverendo Vigario Geral da mesma Ouvedoria, os quais todos e nesta Cidade e seu Aro, o nosso Reverendo Doutor Provizor cobrarão dentro em termo de tres mezes certidão de todos os parochos, que no mesmo termo serão obrigados todos a remeterlhas de como a tem publicado, registrado, e fixado na forma sobredita. Dada na Guarda sob o nosso signal e sello de nossas armas aos trinta dias do mês de Abril de mil setecentos e quatorze, e eu Miguel da Costa Figueiredo Escrivão da Camara a sobescrevi. Signal = Bispo da Guarda.*



**Pastoral de D. João de Mendonça.**

**Registos Paroquiais de Abrantes - Freguesia de São Pedro (microfilme 1452) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. 23v, 24 e 24v.**

**Data: 05 de Maio de 1714.**

**(Inédito)**

*João de Mendonça por merce de Deos, e da Santa Séé Appostolica Bispo deste Bispado da Guarda, do Concelho de Sua Magestade e seu sumilher de Cortina. A todos os que esta nossa carta Pastoral virem, ou della noticia tiverem saude e paz em JEZU Christo nosso Senhor que de todos he verdadeiro remedio e salvação fazemos saber que com grande admiração nossa nos chegou a noticia, que alguns Regulares neste nosso Bispado sem atenderem á nullidade das confissões, e fundados ignorantemente em privilegios, que não tem, se rezolvem a ouvir de confissão a algumas pessoas para que não tem licença nossa, sem quererem com a mesma ignorancia acabar de se persuadir a que a nosso arbitrio lhes podemos lemitar as licenças para confessarem, assim a respeito das pessoas, como do tempo, e lugares, e se as excederem (como tambem as que tiverem para pregar) nos fição sujeitos immediata, e privativamente, e que podemos contra elles proceder com censuras, e quaiquer outras pennas, que justas nos paresserem do mesmo modo, que contra os confessores e Pregadores nossos subditos não só pella geral disposição de Direito digo do Concilio Tridentino; mas tambem pella Bulla superna(?) de Clemente 10., e por outras muitas Bullas Appostolicas, e decretos authenticos da Sagrada Congregação do Concilio e porque não podemos consentir semelhantes abuzos declaramos que são nullas, e necessitão de se reiterar todas as confissões que se tiverem feito a confessores regulares contra a forma das lemitações com que lhes tivermos dado as licenças para confessarem. E que do mesmo modo são nullas as confissões que os confessores regulares quaisquer que sejam ou ordinarios, ou extraordinarios tiverem ouvido as mesmas Relligiozas, que lhes são sojeitas, não tendo para isso especial e expressa licença nossa na forma da mesma Bulla superna de Clemente 10. E o declaramos assi pera que os Regulares não entendão, que tantamente lhes concedemos para isso autoridades. E mandamos com penna de obediencia ao nosso Reverendo Doutor Provizor, ao Reverendo Vigario Geral da Ouvedoria de Abrantes, a todos os Reverendos*

*Arciprestes, e Parochos deste nosso Bispado, que tendo noticia, que alguns Regulares ouvem de confissão, não só as pessoas seculares de nossa jurisdição, mas tambem as mesmas Relligiozas suas subditas não tendo especiaes, expressas e absolutas licenças nossas para isso nos fação logo avizo para procedermos contra elles com as pennas, que justas nos paresserem; E do mesmo modo serão obrigados a fazernos avizo daquelles, que sem licença nossa pregarem ou quizerem pregar: porque nem nas suas proprias Igrejas, o podem fazer, senão fazendonolo a saber, e havendoo nós assim por bem, e não lho contradizendo. E pera ocorrermos aos cazos de que poderâ não nos constar, e pera que não fiquem sem algum castigo so que temerariamente quizerem confessar contra a forma desta nossa carta Pastoral, os suspendemos, e havemos por suspensos, e especial e expressa licença nossa na forma da mesma Bulla superna de Clemente 10. E o declaramos assi pera que os Regulares não entendão, que tantamente lhes concedemos para isso autoridades. E mandamos com penna de obediencia ao nosso Reverendo Doutor Provizor, ao Reverendo Vigario Geral da Ouvedoria de Abrantes, a todos os Reverendos Arciprestes, e Parochos deste nosso Bispado, que tendo noticia, que alguns Regulares ouvem de confissão, não só as pessoas seculares de nossa jurisdição, mas tambem as mesmas Relligiozas suas subditas não tendo especiaes, expressas e absolutas licenças nossas para isso nos fação logo avizo para procedermos contra elles com as pennas, que justas nos paresserem; E do mesmo modo serão obrigados a fazernos avizo daquelles, que sem licença nossa pregarem ou quizerem pregar: porque nem nas suas proprias Igrejas, o podem fazer, senão fazendonolo a saber, e havendoo nós assim por bem, e não lho contradizendo. E pera ocorrermos aos cazos de que poderâ não nos constar, e pera que não fiquem sem algum castigo so que temerariamente quizerem confessar contra a forma desta nossa carta Pastoral, os suspendemos, e havemos por suspensos, e desde logo anuulamos casamos, e suspendemos as licenças que tiverem nossas, ou de nossos antecessores para confessarem logo no mesmo acto da primeira confissão que ouvirem a qualquer pessoa daquellas para quem lhes tivermos limitado as licenças; E não poderão mais uzar mais das licenças que tiverem para ouvirem de confissão a outras quaisquer pessoas. E pera que etsy nossa Carta Pastoral venha a noticia de todos, e della se não possa alegar ignorancia mandamos que (despois de registada nos Livros da nossa camera) seja publicada na nossa Sé Cathedral, e nas mais Igrejas parochiaes de nosso Bispado nos tres primeiros Domingos, ou dias santos continuos á estação da Missa, fixado o treslado della (assinado pellos Reverendos Arciprestes dos districtos, ou pellos parochos) nas portas das Igrejas. E pellos mesmos parochos será registado nos Livros das Vizitas aonde semelhantes se*

*costumão registrar; E nas cabeças dos Arciprestados será fixada huma original por nos assinada, para o que o nosso Escrivão da Camera remeterá huma a cada hum dos Reverendos Arciprestes, e para a Ouvedoria de Abrantes ao Revrendo Vigario Geral da mesma. Os quais todos, e nesta cidade, e seu Aro o nosso Reverendo Doutor Provizor cobrarão dentro do termo de tres mezes certidão de todos os parochos, que no mesmo termo serão obrigados a remeterlhas, de como a tem publicado, registrado, e fixado, na forma sobredita. Dada na Guarda sob nosso sinal, e sello de nossas armas aos sinco dias do mes de mayo de mil sete centos, e quatorze annos. E eu Miguel da Costa de Figueiredo escrivão da Camera a sobescrevi. Signal = Bispo da Guarda*



**Pastoral de D. João de Mendonça.**

**Registos Paroquiais de Abrantes - Freguesia de São Pedro (microfilme 1452) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. 34, 34v 35 e 35v.**

**Data: 31 de Maio de 1714.**

**(Inédito)**

*Pastoral de Sua Illustrissima em que declara que os Ecclesiaticos não devem pagar os uzuais de vinhos e carnes que lhes forem necessarios pera os gastos de suas cazas.*

*João de Mendonça por merce de Deos e da Sancta Sée Appostolica Bispo da Cidade e Bispado da Guarda do Conselho de Sua Magestade que Deos guarde, e seu Sumilher da Cortina. Aos que esta nossa Carta Pastoral virem, e della noticia tiverem saude e paz em Jesu Christo nosso Senhor que de todos he verdadeiro remedio e salvação fazemos saber que El Rey nosso senhor movido de sua real piedade pera evitar contendas aos Ecclesiaticos sobre a forma de pagarem o seu uzual com generosa atenção a conservação da immundade ecclesiastica mandou passar huma sua provizão pella junta dos três Estados em vinte e dous dias do mes de Dezembro de mim setecentos e treze cujo theor no que toca sómente aos Ecclesiasticos he de verbo ad verbum o seguinte. Dom João por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa, senhor da Guiné e da conquista e navegação. Faço saber a vós Provedor da Comarca da Guarda que ue fui servido por resolução de doze do prezente mesmo e anno tomada em varias consultas que a junta dos tres Estados me fes sobre as disposições necessarias pera à administração do rendimento dos uzuais mandar declarar a mesma junta que no que toca as carnes e vinhos que os Ecclesiasticos mandasem vender nas tavernas e asougues publicos ou em cazas particulares se observe o que se sentensiou no tempo do uzual passado julgandosse que das tais carnes e vinhos se devia pagar uzual por não sahir dos Ecclesiasticos senão das pessoas que lhes comprão estes generos pois senão impos aos povos este tributo pera observarem os Ecclesiasticos, nem os que com elles negoseam fazendolhes as ditas compras, se não pera a utilidade publica da defensa do Reino; E que as carnes e vinhos que os Ecclesiasticos cumprão não devem pagar uzual sendo pera gastar em especial, e não pera vender, jurando elles que he pera seu gasto, e que o referido se observa por hora emquanto não chegar o*

*Breve que se tem impetrado; E da ditta minha resolução vos mando fazer este avizo pera que nessa Comarca o façais executar pella parte que vos toca como nella se contem e desta se tomar razão na ...(?) Geral de Guerra. El Rey nosso Senhor o mandou pello Conde da Eyriceira do seu Concelho e por Dom Joseph de Mello e Mendonça seu Sumilher da Cortina, ambos deputados da Junta dos três Estados Antonio Correa de Souza a fis em Lisboa a vinte e dous de Dezembro de mil e sete centos e treze annos ...(?) de Vasconcellos da Cunha a fes escrever e assinou Dom Pheliipe de Souza // Dom Joseph de Mello e Mendonça. Registado Lisboa dezanove de Janeyro de mil sete centos e quatorze huma rubrica a folhas 181 do Livro quatorze dos registos dos avizos das comarcas que serve nesta contadoria geral de Guerra e Reyno. Fica registada esta ordem Lisboa 20 de Janeiro de 1714. Joseph Pinheiro de Magalhaes. E porque esta provizão se observa já em todo este Reyno e pera o mesmo effeito nos mandou o treslado authenticico della o Doutor Provedor desta Comarca queremos que venha a noticia de todos os Ecclesiasticos deste Bispado pera que sem duvida em contrario a observem; e não paguem também uzual contra a forma della das carnes e vinhos que comprarem pera os gastos de suas cazas. E declaramos que a sentença a que esta Provizão se refere foi dada no Juizo da Coroa e em Confirmação della se tomou asiento no Dezembargo do Paso aos vinte e tres dias do mês de Março de mil e seis centos e noventa e sinco cujo treslado authenticico temos em nosso poder, e em tudo com a sentença que a favor dos Ecclesiasticos se deu sobre esta mesma materia por acento do Dezembargo do Passo de nove de Abril de mil e seis centos de dezaseis annos a qual de verbo ad verbum trancreve Themudo no tomo 3º Divizão 280 nº 2 e nella se declara que os Ecclesiasticos nam devem pagar uzual de vinhos que venderem a tavernados seos venderem por menos da taxa de mayor preço respeitando a que este deve sahir dos compradores, e não dos vendedores, mas havendo taxa e vendendo os Ecclesiasticos os seos vinhos a tavernados pello preço della devem os seos taverneiros pagar o uzual porque nem hé justo que os Ecclesiasticos lucrem as mayorias e excesso de preço que os vinhos tiverem pella taxa com o dito respeito porque deste modo se pagaria o uzual aos Ecclesiasticos, e não a El Rey nosso Senhos e este he o fundamento da ditta sentença de 23 de Março de 1695, o que nos paresseo declarar aqui pera saberem os Ecclesiasticos qual he a mente de El Rey nosso Senhor alegando a dita sentensa na sua Provizão, e pera não ignorarem os cazos em que devem pagar os uzaes os seos taverneiros e vendeiros publicos das suas carnes e a todos os Ecclesiasticos de nosso Bispado de qualquer grao qualidade ou condição que sejam mandamos em vertude da Sancta Obediencia alem da penna de perjuros, e das mais a nosso arbitrio que so comprem os vinhos*



*nas tavernas, e carnes nos asougues pera o gasto necessario de suas cazas e não pera outra alguma pessoa ainda que sejam seos pays, irmaos, nem fação fraude algú no juramento que pera isto tomarem. E pera que esta nossa Carta pastoral venha a noticia de todos mandamos que depois de registada nos Livros da nossa Camera seja publicada na nossa Sée Cathredal, e nas mais Igrejas parochiaes de nosso Bispado nos primeiros tres Domingos ou dias sanctos á estação da missa e esta nossa carta copiará o nosso Escrivão da Camera pera se remeter huã copia ao Doutor Vigario Geral da villa de Abrantes, e a cada hum dos Reverendos Arciprestes dos districtos hindo assinada a dita copia pello nosso Doutor Provizor, e Vigario Geral, e cada hum dos sobreditos a fará publicar registrar e fixar nas portas das Igrejas parochiaes de seos districtos, e cada hum dos Reverendos parochos a remeterlhe certidão de como a publicação registrarão e fiscaram(?). Dada na Guarda sob sello de nossas armas e signal de nosso Reverendo Doctor Provizor e Vigario Geral aos trinta e hum dias do mês de Mayo de mil sete centos e quatorze annos eu Miguel da Costa de Figueiredo escrivão da Camera a sobescrevi: Bras de Carvalho. E eu Manoel Vaz da Guia Prior desta Igreja a tresladei e escrevi. E por me não ser dada procurandoa ao Reverendo Vigario de São João a tresladei do seu Livro.*



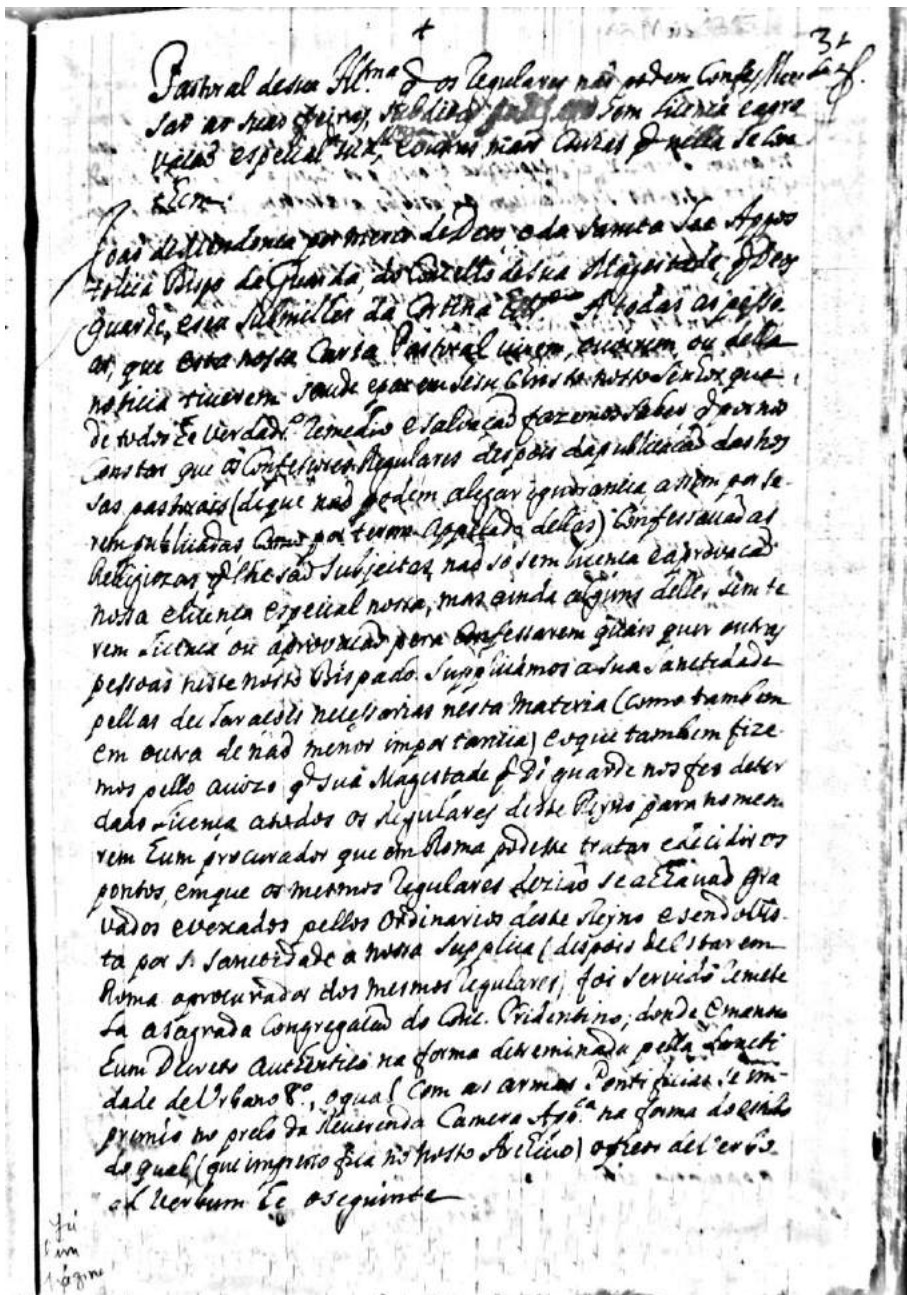
**Pastoral de D. João de Mendonça.**

**Registos Paroquiais de Abrantes - Freguesia de São Pedro (microfilme 1452) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. 31, 31v, 32, 32v, 33 e 33v.**

**Data: 13 de Maio de 1715.**

**(Inédito)**



Vel cum irritator citata parte et exhibita causa legitima, mandos  
ne judicialiter procedat, et alia sacra Congregatio de hoc aut  
D. Card. Dominic. Bascos de loco designat. 11. de legibus  
B. Amorem de sacra Summa. Legit. Neque. Camera. 11. 115.  
Proceda de qual. Summa. Legit. Neque. Camera. 11. 115.  
Seruam. 11. 115. Bula. 11. 115. 11. 115. 11. 115.  
autentico de sacra Congregatio de hoc Bula. 11. 115.  
tali. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115.  
autas. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115.  
101. Ep. 102. Declaramus que sad nullas esse deum re  
terrar. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115.  
tam. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115.  
legat. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115.  
Como. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115.  
Conuentu. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115.  
Ep. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115.  
dos. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115.  
luta. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115.  
que. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115.  
Zas. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115.  
al. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115.  
Com. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115.  
de. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115.  
E. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115.  
deum. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115.  
de. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115.  
inda. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115.  
ta. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115.  
tata. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115.  
Con. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115.  
lij. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115.  
Ja. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115.  
tem. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115. 11. 115.

por diante sobre isto mesmo intencionado? E mandamos  
aos srs. D.ºs D.ºs Vigários Gerais (e na Diocese de  
Abrantes ao Reverendo Vigário geral da mesma Diocese  
ria). Sob pena de l'los estarem sujeitos m'ito severamente à  
nosso arbitrio que logo (obrigados de termos de Direito)  
em termo de tres dias depois da publicação desta nossa  
pastoral provida (na forma dedita Bolla int'itula) e  
por tudo o mais de Direito e com agraça e magra  
valam de Censuras até interdicto, e excomunição a  
fins, se a tanto obrigam sua Contumacia, e implorando  
se for necessaria o auxilio da Real secular na forma  
de Direito para a execução das penas, multas, e  
coisas quas quer procedimentos contra os Confessores  
Regulares assim Ordinarios, como extraordinarios que  
contra a forma desta nossa pastoral tiverem confessorado  
depois das outras nossas pastoraes, ou Confessorado depoi  
se diante ainda as mesmas Religiozas que l'les saõ sub-  
jeitas sem embargo de quais quer requerimentos ou Appel-  
lações interpostas por elles mesmos, ou por outrem, tudo na  
forma emprega em outra nossa Carta pastoral e p'lonos  
a tal'os excomunicamos e eliminamos a tal'os Confessores re-  
gulares antes deste novo Decreto pello qual supplicamos  
a sua Santidade, naõ p'que l'leves a seu de nossa jurisdição  
nesta materia (como tambem em nenhuma outra das l'ras  
idas em nossas Pastoraes todas e em outras quaesquer de  
heminações nossas mas por q' com a declaracão da deo-  
posita como sagrada e indubitavel Oraculo, f'ra ap'os  
desvanecidos os preceitos com os mesmos Regulares (tanto  
contra o Direito e de heminações App'itulas) e c'usadas  
sejettar se a declaracão eliminacão da dita nossa pastoral  
como se de mesmo Decreto, que por naõ p'cede jurisdicção  
de novo, e se declara a que nos Compõe, e qua temor nos regula-  
res, e se deve observar pellas Constituições e de l'rales App'itulas  
que l'ra nesta materia, emp'ando os mesmos Regulares

[illegible]



Declaro como nas Constituições e deliberações Appontadas, de que se  
faz menção, em quanto os mesmos Regulares não had mór e certa ven-  
tosa legítima e final em contrario de os privilegios que tem por seus  
serem obrigados a obediencia as ditas Constituições e Decretos Appontados  
os porão a dita nossa Minutaria e porão de facto e de direito. E porão  
vamos a obrigação queja em ditta nossa pastoral. E assim que com  
de nos dadas contra dos mesmos que com os Regulares, para que  
tenha de se proceder em tudo como se justitia em obediencia  
dos Decretos Appontados. E porão, vinda a ditta pastoral  
mandamos que esta ditta pastoral se registre e publicasse na ditta  
e Cathedral e nas mais Igrejas ditta pastoral e se faça  
nas partes ditta, e também nas dos Religiosos e Religiosas don-  
de não se a tirada sem ditta nossa ditta de se pender de ditta  
em ditta e ditta. Dos parócos logo depois de publicada de ditta  
das ditta parócos, as registrarão nos livros das ditta  
na forma da ditta. E porão esta mesma nossa pastoral  
se de se dar a ditta as partes que vemos que tanta se  
como a ditta, se de as tres ladas assignadas pelos nosos  
reitor e reitor, Vigario Geral de ditta e ditta e ditta,  
E assim de ditta e ditta por todos e ditta que parócos actua-  
is, os quem ditta obrigados a ditta de ditta a ditta em  
termo de vinte e quatro horas, como Edital de ditta na  
forma costumada. Dada em Assellobranca, sob nosso sinal  
Edicto de ditta armaz de ditta dias, do mes de Maio de  
mil e setecentos e quinze annos. E eu Manoel de  
ditta e ditta desta Igreja de ditta Pedro a Regente, e ditta  
ditta de ditta da Igreja de ditta do ditta Baptista de ditta  
Villa, em vinte e tres dias do mes de ditta.





**Pastoral de D. João de Mendonça.**

**Registos Paroquiais da Covilhã - Freguesia de Santa Maria Madalena (microfilme 178) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. 36, 36v, 37, 37v, 38, 38v, 39, 39v, 40 e 40v.**

**Data: 23 de Junho de 1715.**

**(Inédito)**

*Pastoral de Sua Illustrissima em que manda a forma que se devem fazer os sufragios pellos defunctos*

*João de Mendonça por merce de Deos e da Sancta Sé Apostolica Bispo da Guarda do Conselho de Sua Magestade que Deos guarde, e seu Sumilher da Cortina. A todas as pessoas que esta nossa Pastoral virem, ouvirem, ou della noticia tiverem saude e paz pera sempre em Jezu Christo nosso senhor que de todos he verdadeiro remedio e salvação. Fazemos saber que Sua Magestade que Deos guarde por carta sua escrita em Lisboa a nove do mes de Mayo deste prezente anno de 1715 foi servido avizarnos que derogava, e tinha derogado pera que daqui em diante não tinha pratica ou observancia alguma a provizão que por consulta do Dezembargo do passo de treze de Fevereiro de 710 se tinha publicado pera dar remedio as vexações que alguns parochos deste Reino fazião a seos freguezes sobre a materia dos sufragios que se devião fazer pellas almas dos que morressem com testamentos, ou abintestados, e que por nos pertenser esta materia, e ser propria da nossa obrigação nos encomenda muito apertadamente ponhamos nella muito cuidado pera se evitarem daqui por diante semelhantes vexações contentandose os parochos somente com aquillo que lhes pertense pelos uzos e costumes legitimos e pellas nossas determinações e de nossos antecessores; e considerando nos que ainda que a Constituição deste Bispado proveo nesta materia com todas as advertensias e dispozições necessarias conforme ...(?) contudo como não estabeleceo pena certa e detreminada contra os parochos que nesta materia cometesem alguns excessos que daqui por diante poderião rezultar alguns abuzos ou ocaziois de queixas por serem os parochos os mesmos que por authoridade propria, e contra a forma da Constituição se quizessem pegar das esmolas dos sufragios e arbitrar quanto, e em que termos se devia pagar, e quais erão os defunctos que pera isso deixavão bens suficientes,*

fazendo tambem talves sobre isto alguns pactos e convençois, e tomando por si mesmos posse dos bens dos defuntos couzas todas expressamente reprovadas por direito e pella mesma Constituição, e querendo nos obviar, não só as vexações dos freguezes, mas tambem as ocaziois de queixas que pode haver contra os mesmos parochos mandamos com penna de obediencia e de sincoenta cruzados pagos irremisivelmente do Aljube a metade aplicada pera o corpo das proprias Igrejas respective, e a outra metade pera o denunciante, ou acuzador havendoo, e não o havendo e procedendose ex officio aplicado na forma ordinaria, o que se entende pella primeira ves porque pella segunda, e mais vezes se acrescentará a pena, e se imporão outras de novo a nosso arbitrio e de nossos ministros conforme a qualidade e repetisam dos excessos athe suspensam temporal ou perpetua de officios e beneficios, e do Beneficio de suas Ordens e inhubelidade(?) pera os ter ou pessuir outros de novo, e pera serem promovidos as Ordens que lhes faltarem a todos os parochos ou sejam collados ou perpetuos, ou sejam temporais e amoviveis ad nutum, ou ese cauza; E do mesmo modo a todos os beneficiados ...(?) Thezoureiros, e outras quaisquer pessoas Ecclesiasticas de qualquer calidade e condição a quem por direito e Constituição deste bispado ou por privilegio e costume legitimamente introduzindo pertensão os emolumentos ou em todo, ou em parte dos funeraes e sufragios que se costumão fazer pellas almas dos defuntos, que nenhum faça mais sufragios pellas almas dos defunctos nem leve mais emolumentos aos herdeiros e testamenteiros, ou a outras quaisquer pessoas por cuja conta correrem os funerais e satisfação dos ditos emolumentos do que aquelles que estiverem em uzo e costume legitimamente introduzido e aprovado e lançado nos livros dos uzos das Igrejas na forma das pastoraes de nossos antecessores: salvo se por sua propria devoção e charidade e sem por isso pedirem nem levarem emolumento algum os quizerem fazer (o que nelles será muito de agradaser digo de louvar) ou se os mesmos defunctos ou seos herdeiros e testamenteiros ou outras quaisquer pessoas voluntariamente os quizerem fazer e pagar alem daquelles que estiverem em uzo e costume. Item que nenhum possa pedir nem aceitar os ditos emolumentos, senão na mesma specie em que pellos uzos e costumes se deverem, ou reduzidos a dinheiro, onde assim for uzo e costume pellos preços comuns, e não pellos mais altos, sendo os preços diversos, e as tais especies tiverem na mesma freguesia ao tempo que na forma dos uzos e costumes de cada freguezia se fizerem os sufragios. E que não possam pedir nem aceitar outros alguns bens ou sejam moveis ou semoventes, ou de raiz nem comprar pera si, nem pera outrem, nem por si, nem por interposta pessoa alguns dos ditos bens no cazo em que os herdeiros e testamenteiros, ou outras quaisquer pessoas os quizerem vender pera satisfação

*dos ditos funerais e sufragios salvo sendo que era isto rogados pellos herdeiros ou testamenteiros, e neste cazo não poderão avaliar os ditos bens, nem contratar-se sobre o preço delles, mas querendo os daram pera isso o seu consentimento e nomearam hum louvado, e os herdeiros e testamenteiros outro louvado ambos leigos homens bõs e de saã consciencia da mesma freguezia que bem entendam e aliás não sejam suspeitos a alguãs das partes os quais feito termo de louvamento avaliaram os ditos bens como entenderem em suas consciencias, e debaxo de juramento que pera isso lhes sera dado (se as partes assim o quizerem) e se discordarem nos preços pera evitarmos nisto alguns inconvenientes queremos que o excesso em que discordarem se divida igualmente. Se hum avaliar em des, outro em seis que a pesa fique avaliada não nos des, nem seis, mas em outo, salvo sendo o excesso em metade da avalia, ou dahi pera sima porque neste cazo, se as partes ambas não convierem em que o excesso se divida, logo os mesmos dous louvados entre si elegerão terceiro com as mesmas qualidades pera desempatar e não concordando com algum dos primeiros dous, e fazendo diversa avaliação ficará a pesa avaliada não na mayor nem na menor valia mas na media, ou a media seja mais proxima a mayor, ou a menor valia digo ou menor por evitarmos nesta materia pleitos ou ocazioes de alguns escandalos, e se as peças forem de ouro ou prata ou pedras preciosas, ou outras taes que não possam ser bem avaliadas por homens das mesmas freguesias farãoas avaliações em qualquer outra parte por oficiais ou pessoas que bem entendão observando no mais todas as circunstancias referidas e os ditos parochos e quaisquer outras pessoas eclesiasticas depois de terem dado seu consentimento pera as avaliações sejam obrigados a aceitar as pessas pellos preços em que forem avaliadas, e pera a darem não poderam dizer nem requerer que primeiro lhes façam digo se façam as avaliações porque queremos que as avaliações senão façam senão depois que elles disserem e declararem que estão prontos pera aceitarem em pagamento as pessas, que pera isso livre e voluntariamente lhes oferesam os herdeiros e testamenteiros, e se o valor das pessas for mayor que o que se dever pellos sufragios queremos que as tais pessas se lhes não entreguem, nem elles as possam arecadar por si ou interposta pessoa senão dando primeiro o excesso aos herdeiros e testamenteiros o que se entende nas pessas que forem moveis ou semoventes porque os bens de rais por justas cauzas que a isto nos movem queremos que sejam exceptuados e que os não possam aceitar em pagamento ainda que os herdeiros ou testamenteiros lhos offereçam voluntariamente, salvo com authoridade nossa, ou de nosso Vigario Geral a qual não daremos senão constandonos que os herdeiros ou testamenteiros tendo dinheiro, ou bens moveis oferessem maliciosamente os bens de rais, ou que não tendo*

*outros bens senão de rais se tem posto em venda voluntariamente pellos herdeiros ou testamenteiros sem haver quem lance nelles o justo preço porque neste cazo, ou outros semelhantes tomadas as informações necessarias se proverá com justicia e equidade pera que não fiquem defraudados os parochos, nem os herdeiros vexados ou obrigados a vender talvez as proprias cazas ou propriedades ...(?) de que se poderiam ajudar pera sua passagem ficando por esta causa necessitados a mendicar e podendo tambem talvez importar a propriedade muito, e respectivamente ser muito pouca a importancia dos suffragios em cujos termos e outros semelhantes mandaremos proceder do modo que nem ás Almas se falte com os suffragios nem os herdeiros sejam executados com tirania e escandalo porque assim como he impiedade faltar às Almas com os sufragios devidos assim he tambem impiedade e tirania que pera que os suffragios se fação muito a satisfaçam e cobiça de alguns parochos hajam de ficar destruidos os herdeiros e em termos que não possam passar sem total miseria emquanto vivos, nem tenham com que poder mandar fazer pellas suas proprias almas suffragio algum depois de mortos. Tem quando os herdeiros ou testamenteiros duvidarem pagar so suffragios em todo, ou em parte se o fizerem alegando a pobreza do defuncto, ou que são vivas as pessoas auzentes por cujas almas os parochos querem fazer os suffragios na forma da Constituição mandamos que os não obriguem por authoridade propria, nem arbitrem se o defuncto deixou bens sufficientes, nem se os auzentes conforme a direito se devam com effeito reportar por mortos, mas recorram aos mesmos ministros na forma da Constituição no Livro 3º Titullo 15 Capitulo 7 nº 2 e no Capitulo 9 per totum; e se os herdeiros ou testamenteiros duvidarem pagar os suffragios por entenderem, ou dizerem que os parochos excedem os uzos e costumes, e bem assim ponha outra qualquer duvida mandamos que os parochos e quaisquer outras ditas pessoas ecclesiasticas a não rezolvam per si mas que a ...(?) ...(?) cazos especificados nas referidas Constituições nos dem conta a nós ou aos nossos Ministros pera se determinar por authoridade legitima o que for justissa, tiradas as informações necessarias. E pera evitarmos toda e qualquer ocaziam de queixa mandamos que quando algum Arcipreste ou Vizitador forem parochos actuais, ou Beneficiados a quem pertensam os emolumentos dos suffragios em suas Igrejas senão recorra a elles, senão com consentimento dos herdeiros ou testamenteiros, e não dando elles pera isto seu consentimento mandamos que se recorra a nós, ou nosso Vigario Geral, ou aos Arciprestes mais vizinhos de qualquer outro Arciprestado, não sendo tambem parochos, ou Beneficiados, ao qual pera esse effeito concedemos authoridade e jurusdiçam, e todas as duvidas se detreminareem contra o intento dos parochos a favor dos herdeiros e testamenteiros queremos que elles sejam condemnados*

*em todas as custas, e nos ...(?) pessoais dos mesmos herdeiros e testamenteiros e quando estes o não queirão aceitar applicamos, e havemos desde logo por applicado tudo o que lhe podia pertenser pera a fabrica do corpo das proprias Igrejas de que se fará carga e receita aos fabricarios dellas pera que os parochos desta materia não inquietem aos seos freguezes senão com muita consideraçam, e somente nos cazos em que for injusta e contra direito, ou contra nossas Constituições a repugnancia dos mesmos freguezes. Item quando o defuncto for pobre ainda que os herdeiros e testamenteiros sejam obrigados a mandar fazer os suffragios somente pellos bens do defuncto e não pellos seos proprios bens, nem a sua propria custa, e pellos filhos familias e menores e pellos mosos de soldado e escravos que se observe a mesma Constituição no Capitulo 8 e que senão excedam senão nos cazos em que os herdeiros e testamenteiros ou outras quaisquer pessoas queirão voluntariamente que se façam mais sufragios que os que nas referidas Constituições se determinão e se os parochos de outra sorte fizerem mais sufragios pellas almas dos defunctos pobres, ou a isto obrigarem a seos pais, maes, filhos, maridos, ou molheres, ou outros quaisquer herdeiros ou testamenteiros, ou os intimidarem vexarem pera que se façam negandolhe ou ditandolhe com este pretexto a administraçam de algum sacramento ou fazendo outra qualquer vexaçam, ou as tais pessoas ao tempo do falecimento dos defunctos forem ricas, ou a esse tempo forem pobres, e depois chegarem a melhor fortuna, como tambem a os parochos e mais Beneficiados que pellos defunctos notoriamente pobres não fizerem os sufragios determinados pella Constituisam e pello estillo, e se em algumas partes forem mais que os que pro prima vice sejam suspensos do Officio e beneficio por tempo de anno, e pello que toca aos sufragios que desde a publicasam da Provizam de sua Magestade que Deos guarde athe a presente em que ja está derogada, tem deixado de se fazer pellas almas dos defunctos mandamos que os seos herdeiros ou testamenteiros não sejam obrigados a fazelos emquanto se pera isso não houver nova Ordem nossa, depois de conciderar os meynos de se poderem nesta materia evitar alguns grandes inconvenientes que pera ...(?) senos tem representado mas ...(?) a todos os herdeiros amoestamos e rogamos que os mandem fazer, e com as almas dos seos defunctos de quem herdaram os bens temporaes sejam tam piedozos como quiseram que os seos herdeiros o sejam pera com as suas desencaregando por este modo voluntariamente as suas consciencias socorendo às Almas dos seos defunctos com estes sufragios e bens spirituais tam uteis, e necessarios pera se lhes aliviarem as ...(?) pennas que talvez estavam actualmente padecendo no fogo do Purgatorio de que tanto necessitavam pera verem e gozarem a ...(?) Divina na Gloria e bem aventurança Eterna, e pera que com estes sufragios não fiquem muito gravados*

*os herdeiros que por hora voluntariamente os quizerem mandar fazer concedemos licença aos parochos pera que os possam fazer por menos emolumento daquelle que aliás for uzo e costume sem que esta concessam e favor possa prejudicar aos mesmos parochos pello que toca aos emolumentos dos mais sufragios que daqui por diante se tiverem de fazer na forma dos uzos e costumes antigos e aprovados que queremos que se observem e fiquem em seu vigor e nestes tais sufragios mandamos que prezidam os parochos actuais mas que dos que faleceram de vinte de Julho de mil sete centos e treze athe o presente não levem os parochos actuais (que nesse tempo o nam eram) mais emolumento que o que levar qualquer outro clerigo assistente, e que os mais emolumentos sejam pera os parochos que ao tempo (em que os taes sufragios se deviam fazer) eram parochos respective em cada huma das freguezias porque como neste tempo pagavam pro rata o que se lhes distribuhio pera o ordenado do procurador, he rezam e justissa, e ainda que agora não sejam parochos, nem nas mesmas freguezias, nem em outras, que não deixem de ter os emolumentos que respective ao mesmo tempo lhes pertensiam, os quais emolumentos por esta cauza não pertensiam aos parochos actuais que respective o nam eram em cada huma das freguezias no dito tempo porque nam he justo que ...(?) cumjactura(?) aliena porem havendo alguns sacerdotes que por ausencia, ou por outra qualquer cauza nam tenham pago o ordenado do procurador respective ao tempo em que foram parochos neste cazo os emolumentos serem pera os parochos actuais pagando o dicto ordenado que respective se dever ao procurador, e não de outra maneira, e em tudo o mais que nesta nossa carta pastoral nam vay declarado sobre esta materia queremos que se observe a Constituição deste Bispado e os uzos e costumes legitimamente introduzidos, e declaramos (como ja em outra nossa Carta Pastoral o fizemos a respeito das pastorais de nossos antecessores) que esta nossa pastoral e o que nella mandamos tem validade, e deve ter observancia perpetua emquanto nam for derogada por nós ou por algum de nossos sussesores na forma de Direito ecumena resolução dos Doctores, e cazos julgados nesta materia em vista mais especialmente neste Bispado aonde sempre em observancia de todas as pastoraes que por modo de Ley determinam, e dispoem (dando forma ao futuro) algumas couzas uteis e necessarias pera o bom governo do Bispado, administrasam da justissa, e extinção dos abuzos, ou das ocazioes delles em qualquer materia pertensente a jurisdiçam ordinaria ou delegada pella Se Appostolica e mandamos ao nosso Vigario Geral, Arciprestes, e vigario geral da Ouvidoria de Abrantes que muito inteiramente façam cumprir esta nossa Pastoral e que contra todos os parochos e mais pessoas interesadas procedam na forma della, ou exofficio tanto que forem informados de algum excesso ou a requerimento de*

*parte legitima e interesada ou por denunciassam de qualquer outra pessoa Ecclesiastica ou secular no que lhe encarregamos muito as suas consciencias pera que nesta materia tenham grande cuidado e vigilancia; e pera que mais livremente se possa denunciar destes excessos mandamos que os nomes dos denunciantes senão declarem nos autos, nem outra circumstancia ou individuassam donde se possa vir em conhecimento das pessoas que denunciarem e que disto se fasa termo em acto separado pera se entregar aos mesmos denunciantes depois da execusam das sentensas a parte que lhes applicarmos das condemnações pecuniarias. E a todos os Vizitadores encarregamos que debaixo de juramento disto se informem muito especialmente, e na devassa geral perguntem em cada freguezia testemunhas pera se saber se os parochos e mais pessoas interesadas nos suffragios cumprem esta nossa pastoral ou a excedem em alguma couza; e provado algum excesso por pessoas fidedignas e que nam sejam suspeitas farão a pronuncia, e procederam a prizam: e havendo denunciante lhe tomaram a sua denunciassam de modo asima declarado, e preguntaram as testemunhas ...(?) do Livro da devasa em auto separado e provada a culpa procederam do mesmo modo que se provasse na devasa geral e tendo alguma duvida na prova remeteram o auto e sumario fixado e lacrado (sem pronuncia) aos nosso Vigario Geral pera se ver e pronunsiar me Meza e se proceder como for justissa. E esta nossa Pastoral se registrara na nossa Camera, e se publicara, e registrara na forma do estillo na nossa Sé Cathedral e nas mais Igrejas parochiaes de nosso Bispado, e da publicaçam, registo, e fixasam serem obrigados todos os parochos da Cidade da Guarda e seu Aro mandar certidam ao nosso Doutor Vigario Geral dentro do termo de tres mezes sob penna de obediencia e de vinte cruzados metade pera a fabrica do Corpo de suas Igrejas e a outra metade pera os Meyrinhos dos districtos na qual penna os condemnara e fara executar irremisivelmente o nosso Doctor Vigario Geral e pera isso logo (passados os tres mezes depois da publicasam feita na nossa Se Cathedral) conferira todas as certidoes pera ver e saber as que lhe faltam; e querendo os parochos pera sua segurança recibo da entrega das certidoes forem entregues; e todos os parochos dos Arciprestados e Ouvedoria de Abrantes serem obrigados debaxo das mesmas pennas no mesmo termo de tres mezes contados do dia em que pello Vigario Geral da Ouvedoria de Abrantes e Arciprestes for entregue a pastoral pera se publicar na Igreja matriz de cada hum dos Arciprestados e Ouvedoria a mandar as certidoes ao mesmo Vigario Geral e Arciprestes, os quais logo passado o termo de tres mezes remeteram todas as certidoes ao nosso Doutor Vigario Geral declarando quais sam os parochos dos seos districtos que as nam mandaram pera serem condemnados, e executados; e aos transumptos*

*desta assignados pello nosso Doutor Provizor e por cada hum dos Arciprestes e Vigario Geral da Ouvedoria de Abrantes nos seos districtos se dara tanta fe como a esta propria. Dada na Guarda sob nosso sello e signal do nosso Doutor Provizor aos vinte e sete dias do mes de Junho de mil sete centos e quinze annos e eu Miguel da Costa de Figueiredo escrevam da Camara a sobescrevi = Bras de Carvalho = Lugar do sello.*



**Pastoral de D. João de Mendonça.**

**Registos Paroquiais da Covilhã - Freguesia de Santa Maria Madalena (microfilme 178) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. 32v, 33, 33v, 34, 34v, 35, 35v e 36.**

**Data: 27 de Junho de 1715.**

**(Inédito)**

*João de Mendoça por graça de Deos, e da Santa See Apostolica Bispo da Guarda do Conselho de Sua Magestade e seu Sumilher da Cortina. A todas as pessoas que esta nossa carta Pastoral virem, ou ouvirem ou della noticia tiverem, saude e pas em Jezu Christo, nosso Senhor, que de todos he verdadeiro Remedio, e Salvação. Fazemos saber que Sua Magestade que Deos guarde por carta sua escripta em Lisboa a nove do mes de Mayo deste prezente anno foi servido avizarnos, que derogava, e tinha derogado pera que daqui por diante não tivesse, nem tenha pratica, ou observancia alguma a provisão, que por consulta do Dezembargo do Passo de treze de fevereiro de 1710 se tinha publicado pera dar remedio as vexações de alguns Parochos deste Reyno faziam a seus fregueses sobre a materia dos sufragios que se deviam fazer pellas almas dos morressem com testamentos ou abintestados, e que por nos pertencer esta materia, e ser propria de nossa obrigação nos encomenda muito que ponhamos nella grande cuidado pera se evitarem daqui por diante semelhantes vexações, contentandose os Parochos somente com aquillo, que lhes pertence pellos uzos e costumes legitimos, e pellas nossas determinações, e de nossos antecessores, e considerando Nós, que ainda que a Constituiçam deste Bispado por uzo nesta materia com todas as adevertencias, e dispozições necesarias conforme a direito, com tudo como não estabeleceo penna certa e determinada contra os Parochos que nesta materia commettessem alguns excessos, que daqui poderiam resultar alguns abuzos ou occaziões de queixas por serem os Parochos os mesmos, que por authoridade propria e contra a forma da Constituiçam se quizessem pagar das esmollas dos sufragios, e arbitrar quanto e em que termos se lhes devia pagar, e quaes herão os defuntos, que pera isto deixarião bens sufficientes fazendo tambem talvez sobre isto alguns pactos, e convenções, e tomando per si mesmos posse dos bens dos defuntos, couzas todas expressadamente reprovadas por direito, e pella mesma Constituiçam e querendo nos*

*obriar(?) não só as vexações dos fregueses, mas também as occaziões de queixas que pode haver contra os mesmos Parochos, Mandamos com penna de obediencia, e de cincoenta cruzados pagos irremesivelmente do aljube, e applicados metade pera a fabrica do corpo das proprias Igrejas respectivas; e a outra metade pera o denunciante, ou acuzador, havendoo; e não o havendo, e procedendose exofficio applicada na forma ordinaria o que se entende pella primeira ves, porque pella segunda, e mais vezes se acrescentará a penna, e se imporão outras de novo a nosso arbitrio, e de nossos Ministros conforme a quallidade e repetição dos excessos athe suspensam temporal, ou perpetua de officios, e beneficios, e do exercicio de suas ordens, e inhabilidade pera obter, e possuir ou outros de novo; e pera serem promovidos as ordens que lhes faltarem a todos os Parochos, ou sejam collados, e perpetuos, ou serão temporais, e amoviveis adnatum ou excauza, e do mesmo modo a todos os Beneficiados, ou Economus, ou Thezoureiros, e outras quais quer pessoas Ecclesiasticas de qualquer qualidade e condição que sejam a quem por direito, e Constituiçam deste Bispado, ou por privilegio, ou costume legitimamente introduzido pertença os emolumentos, ou em todo, ou em parte dos funerais, e sufragios, que se costumão fazer pellas almas dos defuntos, que nenhum faça mais sufragios pellas almas dos defuntos nem levem mais emolumentos aos herdeiros, ou testamenteiros, ou outras quaisquer pessoas por cuja conta correrem os funerais, e satisfação dos dittos emolumentos, do que aquelles, que estiverem em uzo e costume legitimamente introduzidos, e aprovados, e lanssados nos Livros da Igrejas na forma das Pastorais de nossos antecessores salvo, se por sua propria devoção e caridade e sem por isso pedirem, nem levarem emolumento algum os quizerem fazer o que nelles será muito de louvar / ou se os mesmos defunctos ou seus herdeiros; e testamenteiros, ou outras quaisquer pessoas voluntariamente os mandarem fazer, e pagar alem daquelles que estiverem em uzo, e costumes pellos preços communs. = Ittem que nenhum possa pedir, nem aceitar os dittos emolumentos senão na mesma especia(?), em que pellos uzos, e costumes se deverem, ou redozidos a dinheiro (aonde assim for uzo, e costume pellos preços communs) e não pellos mais altos sendo os preços diversos, que as taes especies tiverem nas mesmas freguesias ao tempo, que na forma dos uzos, e costumes de cada freguesia se fizerem os sufragios; e que não possam pedir, nem aceitar outros alguns bens, ou sejam moveis, ou semoventes, ou de raiz nem comprar pera sy, nem pera outrem nem per sy, nem por interposta pessoa alguns dos dittos bens no cazo que os herdeiros, ou testamenteiros, ou outras quaisquer pessoas os queirão vender pera satisfação dos dittos funerais, e sufragios, salvo sendo pera isso rogados, pellos mesmos herdeiros, e testamenteiros, ...(?) cazo não poderão avaliar os dittos*

*bens nem contratare sobre o preço delles mas querendoos darão pera isso o seu consentimento e nomearão hum louvado e os herdeiros, ou testamenteiros nomearão outros louvado, ambos leigos, homens bons, e de sam consciencia, da mesma freguesia, que bem o entendam; e alias não serão suspeitos a alguma das partes, os quaes (feito termo de louvamento) avaliarão os dittos bens, como entenderem em suas consciencias, e debaixo do juramento que pera isso lhe será dado (se as partes asim o quizerem e se discordarem nos preços pera evitarmos alguns incovenientes) queremos que o excesso, em que discordarem se devida: Vg se hum avaliar em des, e o outro em seis, que a pessa fique avaliada não nos des, não nos seis, mas em outo, salvo, sendo o excesso e metade da valia ou dahi pera sima, porque neste cazo, se as partes ambas não convierem, em que o excesso se devida, logo os mesmos louvados entre sy elegerão terceiro com as mesmas qualidades pera desempatar, e não concordando com algum dos primeiros dois, e fazendo diversa avaliassão, ficará a peça avaliada não na maior, nem menor valia, mas na media, ou a media seja mais proxima á mayor, ou á menor, por evitarmos nesta materia pleitos, ou occaziam de Alguns escandalos; e se as pessos forem de ouro, ou pedras preciosas (digo) forem de ouro, de Pratta, ou pedras preciosas que não possam ser bem avaliadas por homens das mesmas freguesias se farão as avaliações em outra qualquer parte por officiaes, ou pessoas que bem o entendão observandose no mais todas as circunstancias referidas, e os ditos Parochos, e quaiquer outras pessoas Ecclesiasticas, depois de terem dado o seu consentimento pera as avaliações, serão obrigados a aceitar as peças pellos preços, em que foram avaliadas, e pera o darem não poderão dizer, nem requerer que primeiro se fação as avaliações, porque queremos que as avaliações senão fação senão depois que elles disserem que estam promptos pera aceitarem em pagamento as pessos que pera isso voluntariamente lhe offerecem os herdeiros, ou testamenteiros; e se o vallor das peças for mayor que a que deverem pellos sufragios, queremos que as taes pessos se lhe não entreguem nem elles as possam arrecadar per sy ou por outros interposta pessoa, senão dando primeiro o excesso aos herdeiros, ou testamenteiros, o que se entende nas peças que forem moveis, ou semoventes, porque os bens de raiz (por justas cauças, que nos movem a isso) queremos que sejam exceptuados, e que os não possam aceitar em pagamento ainda que os herdeiros, ou testamenteiros lhos ofereção voluntariamente salvo com authoridade nossa ou de nosso Vigario Geral a qual não daremos, senão constandonos que os herdeiros, ou testamenteiros, tendo dinheiro, ou bens moveis oferecerem maliciosamente os bens de raiz, o que não tendo outros bens senão de raiz, se tem postos em venda voluntariamente pellos herdeiros, ou testamenteiros, sem haver*

quem lance nelles o justo preço porque nestes cazos, e outros semelhantes tomadas as informaçois necessarias se proverá com justiça e equidade, pera que não fiquem fraudados os Parochos, nem os herdeiros vexados, ou obrigados a vender talvez as proprias cazas, ou a propriedade unica, de que se podião ajudar pera sua passagem ficando por esta cauza necessitados a mendicar, e podendo tambem talvez importar a propriedade muito, e respectivamente ser muito pouca a importancia dos sufragios, em cujos termos, e outros semelhantes mandamos prover de modo, que nem ás almas se falte com os sufragios, nem os herdeiros, sejam executados com tirania, e escandalo, porque assim como he impiedade faltar as almas com os sufragios devidos, asim tambem he impiedade, e tirania, que pera os sufragios se fassam muito a satisfação e cobiça de alguns Parochos, hajão de ficar destruidos os herdeiros, e em termos que não possam passar sem total miseria, enquanto vivos, nem tenham com que poder mandar fazer pellas suas proprias almas sufragio algum depois de mortos = Item quando os herdeiros, ou testamenteiros duvidarem pagar os sufragios em todo o em parte, se o fizerem allegando a pobreza do defunto, ou que são vivas as pessoas absentes; por cujas almas os Parochos querem fazer os sufragios na forma da Constituiçam, mandamos que os não obrigem por authoridade propria, nem arbitrem se o defunto deixou bens suficientes, nem se os absentes conforme a direito se devem reputar por mortos, mas que recorão aos nossos Ministros na forma da Constituiçam no Livro 3º Tittulo 15º Capitulo 7º nº 2º e do Capitulo 9º per totum: e se os herdeiros, ou testamenteiros dovidarem pagar os sufragios, por entenderem, ou dizerem que os Parochos excedem os uzos e costumes, e bem assim ponham outra qualquer duvida, Mandamos que os Parochos, e quaisquer outras dittas pessoas Ecclesiasticas a não resolvão per sy, mas que á imitassam, e por extensão dos cazos especificados nas referidas Constituições nos dem conta á Nós, ou aos nossos Ministros pera se determinar por authoridade legitima, o que for justiça, tiradas as informações necessarias e pera evitarmos toda, e qualquer occaziam de queixa Mandamos que quando algum Arcipreste, ou Vizitador forem Parochos actuaes, ou Beneficiados, a quem pertençam os emolumentos dos sufragios nas suas igrejas, que se não recorra a elles senão com consentimento dos herdeiros, e testamenteiros e não dando elles pera isto o seu consentimento, Mandamos que se recorra a Nós, ou nosso Vigario Geral, ou ao Arcipreste mais vizinho de outro qualquer Arciprestado, não sendo tambem Parocho, ou Beneficiado ao qual pera este effeito concedemos authoridade, e jurisdição, e todas as vezes que as duvidas se determinarem contra o intento dos Parochos a favor dos herdeiros, e testamenteiros, queremos que elles sejam condenados em todas as custas, e nos dias pessoaes dos mesmos

*herdeiros, ou testamenteiros, e quando estes as não queirão aceitar, applicamos, e havemos desde logo por applicado tudo, o que se lhe podia pertencer pera a fabrica do corpo das proprias igrejas de que se fara carga, e receita aos fabricarios dellas, pera que os Parochos nesta materia não inquietem so seus fregueses senão com a muita consideração e somente nos cazos, em que for injusta, e contra direito, ou contra nossas Constituições a repunancia dos mesmos fregueses. = Item quando o defuncto for pobre, ainda que os herdeiros, e testamenteiros sejam ricos, mandamos que se observe a referida Constituição no Livro 3º Tittulo 15º Capitulo 7º nº 2, e que os herdeiros, e testamenteiros sejam obrigados a mandar fazer os sufragios somente pellos bens do defuncto, e não pellos seus proprios bens á sua custa, e pellos filhos, familias, e menores, e pellos moços de soldada, e escravos, que se observe a mesma Constituição no Capitulo 8º, e que senão excedam senão nos cazos em que os herdeiros, ou testamenteiros, ou outras quaisquer pessoas queiram voluntariamente que se fassão mais sufragios, que os que nas referidas Constituições se determinam e se os Parochos de outra sorte fizerem mais sufragios pellas almas dos defunctos pobres, ou a isto obrigarem a seus Pais, Mays, ou filhos, maridos, ou mulheres, ou outros quaisquer erdeiros, ou testamenteiros, ou os intimidem, e vexarem pera que os fação negandolhe, ou dilatandolhe com este pretexto a administração de algum sacramento ou fazendo outra qualquer vexação, ou as taes pessoas ao tempo do falecimento dos defunctos forem ricas, ou a esse tempo forem pobres, e depois cheguem a melhor fortuna, como tambem aos Parochos e mais Beneficiados, que pellos defunctos notoriamente pobres, não fizerem sufragios detriminados pella Constituição, e pello estillo, se em algumas partes forem mais que os que a Constituição determina, alem das dittas pennas Mandamos que ...(?) sejam suspensos do officio, e beneficio por tempo de hum anno, e pello que toca aos sufragios que (desde a publicação da provisão de Sua Magestade que Deos guarde athe ao prezente, em que ja esta derogada) tem deixado de se fazer pellas almas dos defunctos, Mandamos que os seus herdeiros, ou testamenteiros não serão obrigados a fazellas, emquanto pera isso não houver nova hordem nossa depois de considerados os meynos de se poderem nesta materia evitar alguns inconvenientes que pera a exacção(?) se nos tem representado mas entre tanto a todos os herdeiros admoestamos, e rogamos que os mandem fazer, e que com as almas dos seus defunctos, e de quem herdarão os bens temporais sejam tam piedosos, como quererão que os seus o sejam com as suas desemcarregando por este modo voluntariamente as suas consciencias, e socorrendo as almas dos seus defunctos, com estes sufragios, e bens espirituaes tam uteis, e necessarios pera se lhe aliviarem as acerbissimas pennas que talvez*

*estarão actualmente padecendo no fogo do Purgatorio e de que tanto necessitarão pera verem e gozarem a Divina essencia na gloria, e Bemaventurança eterna: e pera que com estes sufragios não fiquem muito gravados os herdeiros que por hora voluntariamente os quizerem mandar fazer, concedemos licença aos Parochos pera que os possam fazer pormenor emolumento daquelle que alias for uzo, e costume sem que esta concessão, e favor possa prejudicar aos mesmos Parochos pello que toca aos emolumentos dos mais sufragios, que daqui por diante se houverem de fazer na forma dos uzos, e costumes antigos e aprovados, que queremos que se observe, e fiquem em seu vigor, e nestes tais sufragios mandamos que predizam os Parochos actuaes, mas que dos que fallecerão deste vinte de Julho do anno de 1713 the o presente não levem os Parochos actuaes (e que nesse tempo o não herão) mais emolumento, que o que levar qualquer outro clerigo assistente, e que os mais emolumentos sejam pera os Parochos que ao tempo (em que os taes suffragios se deviam fazer) herão Parochos respective em cada huma das freguesias porque como neste tempo pagarão praratta(?), o que se lhe destribuyo pera o ordenado do Procurador, he rezam, e justiça (ainda que agora não sejam ja Parochos nas mesmas freguesias, nem em outras) que não deixem de ter os emolumentos por esta cauza não pertencem aos Parochos actuaes respective o não herão em cada huma das freguesias no ditto tempo, porque não he justo que Locupletentur cum jactura aliená(?): porem havendo alguns sacerdotes que por abzentes, ou por outra qualquer cauza não tenham pago o ordenado do Procurador respective ao tempo em que forão Parochos neste cazo os emolumentos serão pera os Parochos actuaes pagando o ditto ordenado que respective se dever ao Procurador, e não de outra maneira e em tudo o mais que nesta nossa carta Pastoral não vay declarado sobre esta materia, queremos que se observe a Constituição deste Bispado e os uzos, e costumes legitimamente introduzidos, e declaramos (como já em outra nossa Pastoral o fizemos a respeito das Pastorais de nossos antecessores) que esta nossa Pastoral, e o que nella Mandamos tem validade, e deve ter observancia perpetua, emquanto não for derogada pos Nós, ou por algum de nossos sucessores na forma de direito e commua resolução dos Doutores, e cazos julgados nesta materia e muito especialmente neste Bispado, adonde sempre assim se praticou, em observancia de todas as Pastorais, que por modo de Ley determinão e dispoem (dando forma pera o futuro) algumas couzas uteis, ou necessarias pera o bom governo do Bispado, administração da justiça, e extinção dos abuzos, ou das occasioes delles em qualquer materia pertencente á jurisdição, ou ordinaria, ou delegada pella See Apostolica, e mandamos ao nosso Vigario Geral, Arciprestes, e Vigario Geral da Ouvidoria de Abrantes, que muito*

*inteiramente fassão cumprir esta nossa Pastoral, e que contra os Parochos, e mais pessoas interessadas proceder na forma della exofficio, tanto que forem informados de algum excesso, ou a requerimento de parte legitima, e interessada, ou por denunciação de qualquer outra pessoa ou ecclesiastica ou secular, no que lhes encarregamos muito as suas consciencias, pera que nesta materia tenham grande cuidado, e vigilancia: e pera que mais livremente se possa denunciar destes excessos mandamos que os nomes dos denunciantes se não declarem nos autos, nem em outra circunstancia, ou inviduação de donde se possa vir no conhecimento das pessoas que denunciarem, e que disto se faça termo em auto separado pera se entregar aos mesmos denunciantes depois da execussão da sentença a partes que lhes applicamos das denunciações pecuniarias: e a todos os Vizitadores encarregamos debaixo do seu juramento, que disto se enformem muito especialmente, e na devassa geral perguntem em cada freguesia testemunhas pera se saber se os Parochos, e mais pessoas interessadas nos sufragios cumprem esta nossa Pastoral, ou a excedem em alguma couza, e provado algum excesso por pessoas fidedignas, e que não sejam suspeitas, farão a pronuncia, e procederão a prizam e havendo denunciante lhe tomarão a sua denunciação de modo asima declarado, e perguntarão às testemunhas fora do Livro da devassa em auto separado, e provada a culpa procederão do mesmo modo, que se provasse na devassa geral, e tendo alguma duvida na prova remeterão o autto, e sumario fechado e lacrado (sem promincia) ao nosso Vigario Geral pera se ver, e pronunciar em meza, e se porseder, como for justiça e esta nossa Pastoral se registará na nossa Camara e se publicará, e registará, e fixará, na forma do estillo na nossa See Cathedral, e nas mais igrejas Parochiaes do nosso Bispado, e da publicação. Registro, e fixação serão obrigados todos os Parochos da Cidade da Guarda e seu Aro a mandar certidam ao nosso Doutor Vigario Geral dentro em tempo de tres meses sob penna de obediencia, e de vinte cruzados metade pera a fabrica do corpo das suas Igrejas, e outra metade pera os Meirinhos dos destritos, na qual penna os condenamos digo os condemnará, e fará executar irimissivelmente o nosso Doutor Vigario Geral. E pera isto (logo passados os tres meses depois da publicação feita na nossa See Cathedral) confirirá todas as certidões pera ver, e saber, o que lhe faltão, e querendo os Parochos pera sua segurança recibo da entrega das certidões lho mandará passar com a datta do dia em que as dittas certidois forão entregues; e todos os Parochos dos Arciprestados, e ouvedoria de Abrantes serão obrigados debaixo das mesmas pennas, e no mesmo tempo de tres mezes contados do dia, em que pello Vigario Geral de Abrantes, e Arciprestes forem entregar a Pastoral pera se publicar na igreja matriz da cabeça de cada hum dos Arciprestados, e*

*ouvidoria de Abrantes, e mandarão certidões ao mesmo Vigario geral, e Arciprestes, os quais logo pasado o tempo de tres mezes remeterão todas as certidoens ao nosso Doutor Vigario geral, declarando quais são os Parochos dos seus destritos, que as não mandaram pera serem condenados, e executados e aos transamptos(?) desta asignados pello nosso Doutor Provizor, e por cada hum dos Arciprestes, e Vigario Geral da ouvedoria de Abrantes nos seus destritos se dará tanta fee como a esta propria. Dada na Guarda sob o nosso sello e signal de nosso Doutor Provisor aos vinte e sette de Junho de mil e sette centos e quinze annos e Eu Padre Bernardo fernandes Borrego Notario Apostolico que no officio da Camara a escrevi. //*

*Bras de Carvalho*

*E não continha mais a ditta Pastoral que publiquei na forma mandada. Covilhaã, 12 de Agosto de 1715.*

*Prior Francisco da Sylva*



**Pastoral de D. João de Mendonça.**

**Registos Paroquiais da Covilhã - Freguesia de Santa Maria Madalena (microfilme 178) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. 36, 36v e 37.**

**Data: 20 de Janeiro de 1716.**

**(Inédito)**

*João de Mendonça por merce de Deos e da Santa See Apostolica Bispo da Guarda do Conselho de Sua Magestade, e seu Sumilher da Cortina. Fazemos saber que de pouco tempo a esta parte, nos chegou á nossa noticia que alguns Parrochos esquecidos da sua obrigação que tem por direito Divino e Constituição deste Bispado atendendo mais ao proprio interesse, do que ao proveito das almas, que lhe estão encomendadas, faltão á propria obrigação, para irem fazer fora das suas freguezias alguns sermões, não só em Domingos, e dias sanctos mas tambem no tempo da quaresma, e conciderando nós que pella obrigação de nosso officio Pastoral que os inconvenientes grandes que se seguem deste abuzo, e o muito que encarregão com elle suas consciencias os mesmos Parrochos que (principalmente) no tempo da quaresma não podem nem hum só dia sahir das suas freguezias; Declaramos desde logo, e derogamos e havemos por derogadas a todos, e a cada hum dos Parrochos asim colados como annuais, e emcomendados de todo este nosso Bispado, para que daqui por diante não possam uzar de suas licenças para pregarem fora de suas freguezias nem em Domingos, nem em dias sanctos de preceito nem em todo o tempo que vai desde a septiagessima athe a Dominga do Bom Pastor, porque em estes dias não poderão pregar senão nas suas freguezias; e declaramos tambem que todas as licenças que daqui por diante tiverem para pregar (ainda que sejam passadas absolutamente e sem limitação alguma) se entendão passadas com a mesma lemitação de não poderem pregar fora de suas freguezias nem em Domingos e Dias Sanctos de preceito nem em todos os dias desde o Domingo da septuagessima athe a Domingo do Bom Pastor salvo se nos mesmos consedermos a alguns especialmente em alguns dos ditos dias; e fazendo o contrario serão castigados, não só com a penna dos que pregão em licença nossa, mas com a pera(?) dos Parrochos que sem licença se abzentão das suas freguezias e contra os Parrochos em cujas freguezias outros Parrochos*

*pregarem contra a forma desta nossa Carta Pastoral se procederá contra elles com as pennas de outras Pastorais e de nossos antecessores impostas aos que nas suas freguezias confessar; ou pregar aos que para huã, e outra couza não tiverem licença nossa; e outro sim por haver alguns Parrochos annuais e tambem alguns Parrochos emcomendados que ou antes não tiverão licença para confessar, ou a que tinham se lhes acaba dentro no tempo em que estão servindo de Parrochos, dentro do qual por senão auzentarem das suas freguezias não podem recorrer por nova licença declaramos, que não he nossa tenção, que estes tais fiquem suspensos e visto(?) que deixão de ser Parrochos, ou annuais, ou emcomendados; e huns, e a outros (não tendo culpas no nosso juizo) concedemos dois meses de tempo, para que dentro delles possão recorrer por novas licenças; e esta nossa Pastoral se registará na nossa Camara, e se registara na nossa See Cathedral, e nas mais igrejas Parroquiais deste nosso Bispado e o nosso Doutor Provizor Vigario Geral da Ouvidoria de Abrantes, e Arciprestes cada hum em seus destritos a farão logo copiar, e assignada poe elles a remeterão logo na forma do estilo a todos os Parrochos para ficar publicada em todas as freguezias athe a Dominga da septuagessima; e para melhor expedição não reterá cada Parrocho na sua mão mais que por tempo de duas athe tres oras dentro das quais a registará no Livro aonde semelhantes se costumão registrar; e pello mesmo Livro, e registro a publicará a seus freguezes no primeiro Domingo, ou dia Sancto a estação da missa Conventual. Dada em Castelo Branco sob nosso signal, e sello das nossas armas, aos vinte dias do mes de Janeiro de mil e sette centos e dezaseis e eu Agostinho da Mota Nunes a subescrevi:*

*Bispo da Guarda*

**Pastoral de D. João de Mendonça.**

**Registos Paroquiais da Covilhã - Freguesia de Santa Maria Madalena (microfilme 178) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. 37, 37v e 38.**

**Data: 30 de Março de 1716.**

**(Inédito)**

*João de Mendonça por merce de Deos e da Sancta Sée Apostolica Bispo da Guarda e do Conselho de Sua Magestade que Deos guarde e seu Sumilher da Cortina. A todas as pessoas que esta nossa Pastoral virem ouvirem ou della noticia tiverem saude e paz em christo nosso Senhor que de todos he verdadeiro remedio e salvação fazemos saber que o Sanctissimo Senhor nosso o Senhor Clemente XI por Divina Providencia Papa na Igreja de Deos querendo (como Pastor Universal) pervenirce contra as formadaveis e nunca vistas perparações com que o Turco inimigo commum prezentemente esta armado para invadir todos os dominios da Christandade e especialmente os da Sée Apostolica e a mesma Cidade de Roma depois de implorar com preces publicas e particulares o auxilio Devino buscou tambem os soccoros temporais que tem pedido a todos os Reis, e Principes, da christandade e todos os tem oferecido e dado com mão tão pia e liberal como he em primeiro lugar (a cabeça da Igreja para se unirem todos os membros della sacraficando as vidas e fazendas para sua defenza e conservação e como as pessoas ecclesiasticas concorrem para isto maes especiais e maes forçosas obrigações o mesmo Summo Pontifice nos escreveo por Breve seu seis de Janeiro do qual o theor de verbo ad verbum he o seguinte = Venerabili Fratri Episcopo Aegitamensi) Clemens Papa XI venerabilis Frater salutem et Apostolicam benedictionem et si ... (?) dis ... (?) inquio ... (?) Providencia Ecclesiatica per sertim ditio et hoc ipso Sancta Religionis sedes obimmanem (?) et ante hoc inauditum turcarum in ... (?) terra mari que apparatus inpra seno (?) ... (?) satis super que perse moncat universos Xpi fideles ut ad communem et maxim momenti causam ... (?) acurrant ac ingentibus quibus premi ... (?) majoribus que quas timemus angustiis priviriti (?) parte sub veniant de ... (?) nihil hominus Pastoralis officii nostri debito videremur nisi in idipsum eos, qui Ecclesiastica dignitate prafulgent vehementius etiam inflamaremus quam obrem pratermitere nullo modo possumus*

*quin a Fraternitate tua e nixe flagitemus, ut ad publicam salutem ad versus implacabiles christiam nominis hostes ...(?), non modo expedita pro viribus subtidia conferre ...(?) sed et a subditis tuis per sertim beneficia Ecclesiastica ...(?) conferri tures, atque ita pietatem tuam, de ...(?) qui ...(?) sentimus tam necessario tempore ...(?) ...(?) facias illud vicissim procomperto habere te volumus Nos peculiari quodam Pontificia charitatis affectu Fraternitatem tuam hoc pro sertum nomine prosecuturos, nullam que quam se dederit, occasionem ...(?), esse re ipsa declarande gratam Nostram erta te voluntatem tibi que venerabilis Frater Apostolicam benedictionem pera manter impermintur = Datum Roma a pud Sanctam Mariam Majorem sub annulo Piscatoris die VI januarii MDCCXVI Pontificatus Nostri anno XVI JC Battellus =E a vista desta tão preciosa urgencia soo de maes a maes queremos fazer certos a todos os nossos subditos que o Summo Pontifice tem viva lembrança nam soo dos grandes e promptos socorros com que em occasião menos urgente em que não era ameasada a cabessa da Igreja e soo para a defesa de algumas Provincias christaas se aventejou a todos a piedade e liberalidade da Nação Portuguesa por tumar por sua conta emtão o Summo Pontifice Pio II como cabeça, e Pastor Universal a expedição contra as armas do mesmo Turco mas munto especialmente o como se avantejarão a todos os clerigos beneficiados e não beneficiados deste Bispado oferecendo todos promptamente não soo as suas fazendas mas as pessoas ...(?) com o seu Bispo que emtão era Dom Graça de Menezes com quem muitos se embarcaram na poderosa Armada mandada a esta expedição por el Rey Dom Affonso V da qual foi General o mesmo Bispo e por esta rezão esperamos que todos os nossos subditos e muito especialmente os Parrochos e Beneficiados concorrão com tão grande e prompto donativo que tambem nesta occasião se aventajem ao clero de todos os mais Bispados e Arcebispados deste Reino, e ao mesmo Summo Pontifice havemos de remeter rol de todos os que concorrem e da summa com que cada hum concorrer na forma dos avizos que para isso temos do Nuncio ordinario de Sua Santidade neste Reino á ...(?) ordem se ha de remeter todo o dinheiro para ser entregue em Lisboa a pessoa que por cumissão de Sua Santidade o ha de remeter logo para Roma e porque o Breve se nos retardou e he preciso o subsidio nesta primavera esperamos que todos concorrão athe quinze ou dezoito do mes de Abril o mais tardar e para isto se farão quantidade de copias desta nossa Carta Pastoral assignadas pelloos nossos Ministros Arciprestes e Vigario Geral da Ouvidoria de Abrantes para ser levada com promptidão a todas as Igrejas do Bispado e cada hum levará ou mandará a quantidade com que concorrer ao Arcipreste do seu districto e no Arciprestado de Monsanto ao Arcipreste de Penamacor e na Ouvidoria de Abrantes ao Vigario Geral da*

*mesma Ouvedoria e na cidade da Guarda e seu Aro ao nosso Doutor Vigario Geral os quais todos terão livro ou quaderno em que á vista das mesmas pessoas asentem os nomes de todas e a summa com que cada hum concorrer, e nos farão tambem rol dos Ecclesiasticos que em cada dos seus destrictos não concorrerem ainda que esperamos que neste rol não possa ser nomeado algum e que todos concorrão de modo que lhe possamos e devamos munto agradecer e ainda que a todos he notorio o estado emq ue de prezente nos achamos sem rendas e nem bens com que possamos concorrer na forma do nosso desejo e avemos de sem embargo disso fazer de modo que o nosso subsidio exceda ao de todos os nossos subditos e para isso queremos primeiro ver o com que todos os nossos subditos concorrem e recebido o dinheiro pello nosso Doutor Vigario Geral, Arciprestes, e Vigario Geral da Ouvedoria de Abrantes nos será logo remetido por elles com seus livros ou quadernos que para isto tiverem a esta villa de Castelo Branco para que daqui o possamos mandar junto e com promptidão entregar em Lisboa athe 25 do mes de Abril á ordem de Sua Sanctidade na forma dos avizos do seu Nuncio ordinario neste Reino e para que venha a noticia de todos os Ecclesiaticos se publicará esta nossa Carta Pastoral em todas as Igrejas deste Bispado, e se fixara hum treslado nas portas dellas e se registará na forma costumada e a não reterá cada Parrocho em seu poder mais de tres oras dentro das quais a remeterá ao Parrocho seguinte na forma do deambulatorio feito para isto pellos Arciprestes na forma do estilo. Dada em Castelo Branco sob nosso signal e sello de nossas armas aos 30 dias do mesmde Março de 1716 e eu Miguel da Costa de figueiredo escrivão da Camara o escrevi. Bispo da Guarda.*



**Pastoral de D. João de Mendonça.**

**Registos Paroquiais de Abrantes - Freguesia de São Pedro (microfilme 1452) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. 48v, 49, 49v e 50.**

**Data: 30 de Novembro de 1720.**

**(Inédito)**

*Pastoral porque Sua Illustrissima he servido exortar os seus subditos ao uso das indulgencias, e mandar se publiquem em todas as Parochiaes de seu Bispado, e certos sumários dellas e outro dos Agnus Dei bentos por Sua Santidade e eu aqui a registei por seu mandado em Junho de 1721.*

*João de Mendonça por merce de Deos, e da Sancta Sée Appostolica Bispo deste Bispado da Guarda Asistente do Solio Pontificio, do Conselho de Sua Magestade que Deos guarde e seo Sumilher da Cortina. Aos que esta nossa Pastoral virem, ouvirem ou della noticia tiverem saude e pax pera sempre em Jesu Christo nosso Senhor dezejando nós ...(?) a salvação dos Fieis cometidos ao nosso Bispado digo cuidado; e advertindo quanto pera se conseguir com mais facilidade conduz o saudavel e suave meyo do uso das Indulgencias, e com quanta liberalidade nos tempos prezentes o facilitão ao povo christão os vigarios de Christo na terra conciderando por outra parte o descuido de muitos em pervalerse de meyo tão saudavel, e que este poderâ provir, ou de não advertirem o admiravel effeito e valor das Indulgencias ou de não terem noticia de muitas que estão concedidas pellos Sumos Pontifices, e da facilidade em que podem ganhalas, nos paresseo conveniente pera excitar a devoção dos fieis nossos subditos e procurar a salvação de suas Almas ocorrer com esta nossa Carta Pastoral a estes principios de seu descuido. E quanto ao primeiro sendo certo que pera misericordia de Deos no sacramento da Penitencia se nos perdoão os nossos peccados quanto ao resto da nossa culpa contudo fica ordinariamente o debito da pena temporal pelo qual ficamos obrigados a satisfazer a Devina Justiça ou neste Mundo com as longas e asperas penitencias prescriptas pelos Canones penitenciaes, ou no outro com atrocissimas penas no Purgatorio; tambem he certo deixou a Suma Bondade e clemencia de Christo na sua Igreja remedio pera se remitir o reato(?) da pena: pois que das suas satisfações, e merecimentos dos da Santissima Virgem e dos outros Sanctos constentuhio hum thezouro infinito, e o entregou ao Bem Aventurado São*

*Pedro, e aos seus sucessores com authoridade de poder dispensado aos fieis, e aplicado em satisfação das penas temporaes devidas aos seus peccados, e com effeito o Vigario de Christo na terra pelo poder que recebeo do mesmo Christo applicando as satisfaçõs do Thezouro da Igreja na concessão das Indulgencias relaxa a pena temporal huãs vezes em parte outras vezes em todo ao seu arbitrio segundo a maneira em que concede essas Indulgencias em parte porque não são plenárias, mas por hum certo numero de annos quarentenas ou dias em vertude das quais se consegue outra tanta remissão das penas devidas aos peccados que se consegueria se se fizesse por outros tantos annos quarentenas ou dias penitencia pello modo prescripto pellos Sagrados Canones penitensiaes. Em todo porque as Indulgencias que concede são plenarias pellas quais se perdoa plenamente toda a pena temporal devia aos peccados já perdoados que a culpa de sorte que os fieis que lucrando hua Indulgencia plenaria morrem nesse estado passam logo suas almas a bem aventurança. Donde por meio das Indulgencias se nos vem a remitir pellos meressimentos de Christo e dos seos Sanctos applicados do thezouro da Igreja em satisfação das nossas dividas aquellas penitencias que nos seria difficultozissimo cumprir pella mizeria e fragilidade de nossa natureza, e por serem muitas pois que e cada peccado se prescrevem não menos que sette annos de penitencia e se nos vem tambem a perdoar aquellas penas que pella sua atrocidade nos seriam penozissimo satisfazer no Purgatorio. Exortamos portanto a todos os nossos subditos queirão praticar hum meyo de tão maravilhoso effeito pera o bem de suas Almas, quanto mais que he tão facil que pera se conseguirem as Indulgencias e pera produzirem infalivelmente o sobredito effeito não he necessario mais alem do estado de graça que he preciso ao menos pela contricção com prepozito de confessar-se (salvo se a confissão sacramental he precisa tambem entre as mais obras) que satisfazer plenamente as obras impostas por quem conceda as Indulgencias que muitas vezes não são mais que a reza de alguãs breves oraçõs, á vizita de alguã Igreja, hospital ou carcere ou outras todas facilimas Alem de que podem tambem com as mesmas Indulgencias socorrer as Almas dos defunctos se lhe concedem com faculdade de poderem aplicar por elles per modo de suffragio: porque he certo que produzem tambem o seu effeito livrando das penas do purgatorio as Almas por quem se applicão, ou em todo ou em parte segundo he parcial ou plenaria a Indulgencia que se lhe comunica. Sendo pois tao saudavel e tão suave o uso das Indulgencias esperamos que todos os nossos subditos lembrandose de tao admiraveis effeitos procurem toda occasião de ganhallas. E pera que a falta da noticia de muitas Indulgencias que concede o Sumo Pontifice, e concederão seus antecessores as quais poderão conseguir facilmente os nossos subditos, não seja motivo de seu descuido em*



*procurallas, mandamos que tambem se publiquem tres sumarios de Indulgencias que com esta remetemos traduzidos de outrso impressos em Roma; convem a saber: ...(?) das Indulgencias que a Sancta Memoria do Papa Inocencio XI concedeo pera sempre pelo seu Breve que comessa Unigeniti Dei Filii as cruces coroas e Rozarios tocados nos lugares sagrados Reliquias da terra sancta. Outro sumario das Indulgencias que pella sua Bulla que comessa Exclementi concedeo a boa memoria de Leam X e o Sumo Pontifice Reynante Clemente XI nos seus Breves começa: De Salute Dominici gregis as coroas ou Rozarios de Sancta Brizida bentos pellos religiosos de Sanctissimo Salvador. E outro sumario que Sua Sanctidade o mesmo Clemente XI concede as coroas Rozarios cruces e medalhas bentas por Sua Sanctidade e todos e cada hum dos sumarios referidos conthem muitas Indulgencias que podem facillimamente ganhar os que tiverem huã das ditas coroas, cruces Rozarios ou medalhas; fazendo com a sobredita dispozição inteiramente as obras que constão dos mesmos sumarios. Advertindo porem que neste Reino he necessario pera se poderem lucrar qualquer das Indulgencias ter a Bulla da Sancta Cruzada e porque os Agnus Dei por Sua Santidade bentos tem muitas vertudes e por meyo delles podemos alcansar muitas graças spirituaes e temporaes que Deos lhe comunica por vertude da bensam e oraçois da Igreja nos paresseo tambem pera que os fieis nossos subditos procurem prevalerse dellas, mandar que com esta se publique outro sumario das suas vertudes que tambem com esta remetemos traduzido de outro estampado em Roma. E pera que chegue a noticia de todos mandamos que esta nossa Pastoral depois de registada nos livros da nossa Camera com os sobreditos sumarios cujos originaes impressos se guardarão no archivo della, se publique na nossa Se Cathedral e em todas as Igrejas parochiaes de nosso Bispado e se registre com os mesmos sumarios nos livros de cada huã dellas, e ou os originaes ou os treslados de tudos asinados pellos Reverendos Arciprestes, ou pellos mesmos parochos se fixem nas mesmas Igrejas naquelles lugares que forem mais acomodados pera se poderem ler mais facilmente e pera mais prompta execusão de tudo o nosso Escrivão da Camera remeterá ao nosso Doutor Vigario Geral da Ouvedoria de Abrantes e aos Reverendos Arciprestes a cada hum huma original com seus sumarios de que mandarão tirar copias, as quais asinadas por elles remeterão aos parochos mais vizinhos e estes depois de registadas publicadas e fixadas seus treslados como fica dito as remeterão huns aos outros sucessivamente e com a brevidade possivel, o que tudo mandamos a todos em vertude de Sancta Obediencia. Dada na Guarda sob sello de nossas Armas e sinal de nosso Reverendo Doutor Provizor Antonio de Affonseca e Souza aos 30 de Novembro de 1720 o padre Valerio de Almeida Escrivão da Camera*

*Ecclesiastica o fis. Antonio de Affonseca e Souza. E eu Manoel Vaz da Guia Prior desta Igreja o tresladei aqui e publiquei, e fixei na forma mandada.*

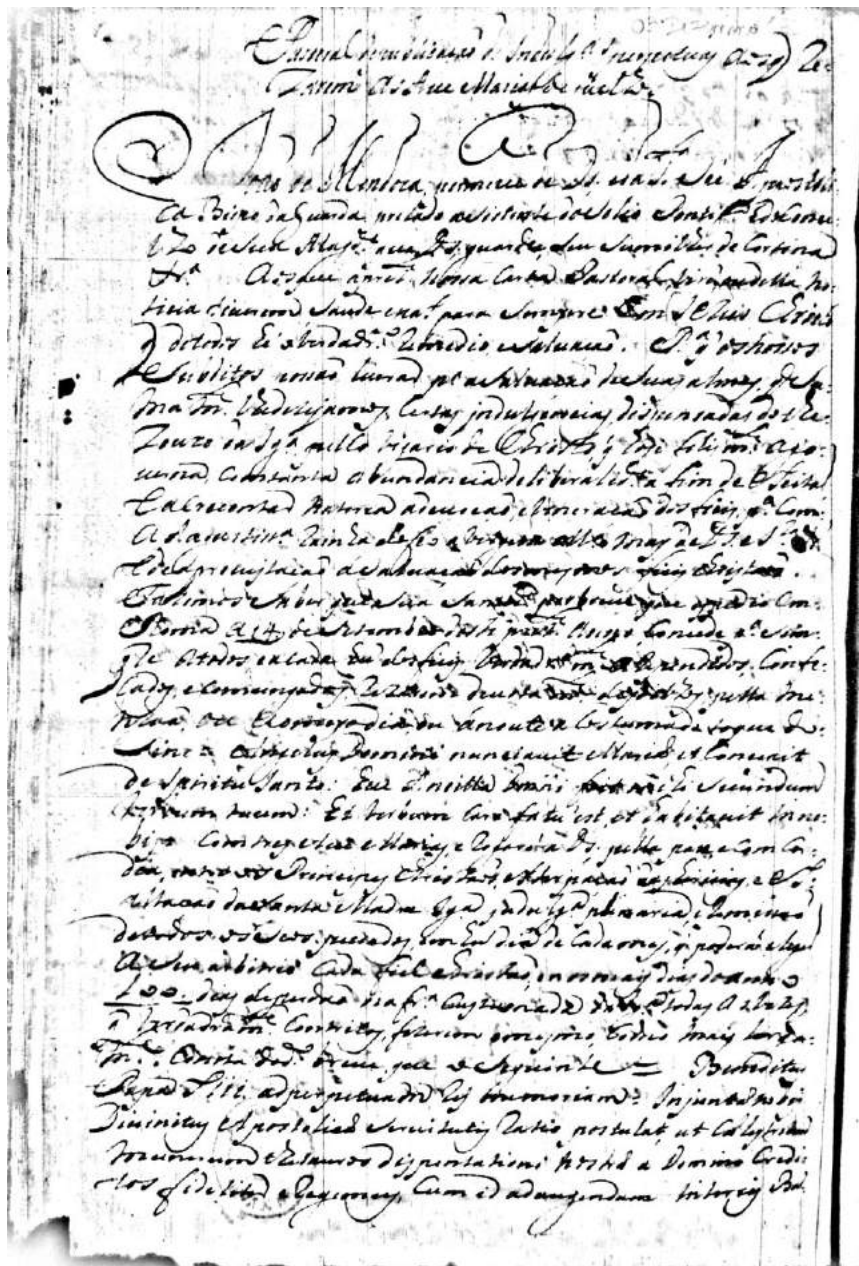
**Pastoral de D. João de Mendonça.**

**Registos Paroquiais de Abrantes - Freguesia de São Pedro (microfilme 1452) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. 50v, 51, 51v e 52.**

**Data: 03 de Dezembro de 1724.**

**(Inédito)**







[illegible]

**Pastoral do Deão e Cabido da Sé da Guarda.****Registos Paroquiais de Abrantes - Freguesia de São Pedro (microfilme 1452) – ANTT.****Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. 258v, 259, 259v, 260 e 260v.****Data: 30 de Junho de 1741.****(Inédito)**

*Nos Deam, Dignidades, Conegos, e Cabbido da Santa Se Cathedral desta Cidade da Guarda sede vacante. Fazemos saber que a nós nos foy mandada pera haver de se publicar huã bulla que traduzida em portugues pera melhor intiligencia dos que a ouvirem dis o seguinte. A todos os veneraveis Irmaos Patriarchas, Primazes, Metropolitanos, Arcebispos, e Bispos, que tem graça, e communicação da Se Appostolica Benedicto Papa XIV = Veneraveis Irmaos, saude, e benção Appostolica = Todos os fieis christãos sabem quanto cuidado se deve por não so pare que o santo sacrificio da missa se selebre com todo o culto religioso, e veneração, mas tambem que se apartem da dignidade de tam grande sacrificio as condiçõis e postos de quaisquer ...(?), e as impusturas, e ...(?), e pera melhor dizer exacçois(?) do que petições de esmolos, as quaes não distam muito de minha ...(?), ou sertamente de torpe ganho; porem chegou a tanto, assim como ouvimos com grande tristeza do nosso coração avareza de alguãs pessoas ecclesiasticas, e seculares, a qual he escravidam dos idolos, que ajuntam esmolos, e estipendos, de missas prescriptos conforme os costumes dos lugares, ou constituições diocezanas para o alimento dos sacerdotes, conforme a oportunidade das religiois digo das rigiois, em que vivem, e procuram que se celebrem, aonde as esmolos ou estipendios atribuidos a cada huã missa pelo custume, ou ley sinodal sam de menor preço, do que donde recebem as esmolos, sabendo todos muito bem quam contrario e alheo seja isto da expressa, ou tacita vontade dos que piamente a mandam dizer, nem de outra maneira se deve julgar, porquanto qualquer tem vontade que as missas se celebrem antes naquella Igreja para a qual confere as esmolos levado dos estimulos da Relegiam, e piedade, ou na qual foy sepultado do que em outra totalmente por elle desconhecida, o que introduzido pella cobiça do torpe lucro não somente senão livra da suspeita, e vicio da avareza, mas ainda do crime de furto, e como tal fica sujeito a destituição, que he cauza de que muitos a cuja noticia chega esta torpe mercanica gravemente offendidos se abstenhão demais offerecer esmolos*



*pera se celebrarem missas. Abominando os Pontífices Romanos nossos predecessores este abominavel abuzo que se hia introduzindo palautinamente em alguãs partes de conselho assim da Congregação dos Cardeaes da Santa Igreja Romana da Inquiziçam universal contra a heretica pravidade, e como da Congregação dos Cardeaes interpretores do Concilio Tridentino decretaram principalmente que por nenhum sacerdote que tivesse recebido estipendio, ou esmola de maior preço para dizer missas, senam poderia dar a outro sacerdote para haver de celebrar essas missas estipendio, ou esmola de menor preço, ainda que o fizesse sabedor que elle tinha recebido maior esmola, e aquelle que recebesse a menor conviesse em dizer as missas por ella e assim pedimos, e principalmente, admoestamos em os santos e veneraveis Irmãos chamados para parte do ministerio Appostolico, e do nosso cuidado para que vigiando sobre os nossos rebanhos vos estribeis para que esta peste maes senão estenda, antes façaes conquê de todo se extingua porquanto da avareza, como de raiz tem todos os males a origem, a qual apeteendo alguns erraram na fé, e se envolveram em muitas miserias, e certamente não há maior contagio, do que a avareza que destrua e inficione mais a oppinião que todos consebem da dignidade, e perfeiçam sacerdotal, a avareza que ensina antepor as riquezas a Deos das conquê os avarentos se privem da herança do Reino de Christo, e de Deos, e se esta de nenhuma maneira se deve tolerar nos leigos, antes se deve refriar pellas leys, que será nos Ecclesiasticos que renunciando o termo digo o terreno foram chamados para a sorte do sacramento emancipados a Deos, o que será daquelles que sam arrebatados com animo precipitado para avareza, não por mundanos lucros, mas tam torpemente pello ministerio do altar com desprezo das santissimas Leys, e com deshonnra do character sacerdotal? Trabalhay portanto veneraveis irmãos, aos quaes está entregue alvoradas ovelhas de Christo, não so para que guiandoas com a palavra, exemplo sejaes em todo o Lugar bom cheiro de Christo para que os povos sejam os vossos passos, mas tambem para que apartando primeiramente aos ecclesiasticos, e depois aos leigos dos pastos inficionados de vicios os ensineis a correr pello caminho dos devinos preceitos para o celeste rebanho. E porque os homens sam de tal natureza que obedecem com mais facilidade ás admoestaçois saudaveis pello medo da penna prezente fazey a saber a todos por hum edicto, que mandareis fixar em vossas Diocezes, que todo aquelle que ajuntar esmolos, ou estipendios de maior preço conforme aos costumes dos lugares, ou estatutos sinodales, para se averem de dizer missas, e as fizer selebrar retendo para si parte dessas esmolos, ou estipendios recebidos, ou ahi, ou em outra parte aonde pella celebração das missas se dam menores estipendios, ou esmolos , se for leigo, ou secular, alem das pennas*



*que lhes deveis impor ao vosso arbitrio, incorra na penna de escomunhão, ipso facto, e se for clerigo, ou sacerdote, na penna de suspensão ipso facto, das quaes pennas nenhum possa ser absolvido fora do artigo da morte por outro do que por nós mesmos, ou pello Romano Pontifice pro tempore existente. Confiamos porem no Senhor que qualquer lembrado de sua condiçam daqui em diante queira attender pella sua alma, e não tenha em pouco leys tam saudaveis, e despreze as censuras eclesiasticas, e no entanto consedemos as vossas fraternidades, e aos povos commetidos a vossa cura a benção Appostolica. Queremos que aos ...(?), ou exemplos das presentes letras, e ainda impressos subscriptos por algum Nottario publico, e selladas com o sello de alguã pessoa constituida em dignidade eclesiastica se lhe dé a mesma fé em juizo, e fora delle que se daria ás mesmas presentes letras se fossem exhibidas, e mostradas. Dado em Roma junto a Santa Maria Maior sub annulo Piscatoris aos 30 dias do mês de Junho de 1741 no anno primeiro do nosso Pontificado = E para que venha a noticia de todos e desta bulla que nos foy mandada senão possa alegar ignorancia se publicará na nossa Sé, e o mesmo se fará na villa de Abrantes, e nas cabessas dos Arciprestados para onde o escrivão da nossa Camera remeterá a copia para que o Reverendo Senhor Vigario Geral, e os Reverendos Arciprestes cada um em seu dstricto a fasam publicar em cada huã das Igrejas delles pellos Reverendos Parrochos, os quaes dentro de tres dias registraram cada hum nos livros da sua Igreja para por elles a publicarem, e a remeterem huns aos outros dentro do dito termo penna de se lhe dar em culpa, e o ultimo de cada hum dos dictos dstrictos arremeterá aos Reverendos Arciprestes, e Vigario Geral de Abrantes para estes a tornarem a remetera nossa Camera para o que mandaram passar pellos seus escriptaes hum roteiro das Igrejas de seus dstrictos para com esta remeterem ao primeiro Parroco para este e os maes saberem para onde ham de rremeter esta, o que huns, e outros assim comprirão, aliás. Dada na Guarda sub sello de nossa meza capitular e signal de nosso Reverendo Doutor Vigario Geral João de Mattos Barros que hora serve de Provizor em a auzencia so Doutor Martinho Roiz aos 16 de Septembro de 1741. Francisco Xavier da Fonseca escriptam da Camera eclesiastica o sobre escrevi declaro que vay assignada pello Reverendo Senhor Martinho Roiz Provizor deste Bispado sobre dito o declarey, e escrevi.*



**Pastoral de D. Bernardo António de Melo Osório.**

**Registos Paroquiais de Abrantes - Freguesia de São Pedro (microfilme 1452) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. 53, 53v, 54 e 54v.**

**Data: 11 de Maio de 1743.**

**(Inédito)**

*Dom Ignacio Gonçalves da Silva examinador synodal e Vigario Geral em esta Villa de Abrantes e sua Ouvedoria pello Excellentissimo Reverendissimo Senhor Bernardo Antonio de Mello Ozorio por merce de Deos e da sua Sée Appostolica Bispo da Guarda e do Conselho de Sua Magestade que Deos guarde. A quantos esta for publicada e della noticia tiverem saude e pax sempre em Jezus Christo nosso Senhor faço saber que a mim me foi apresentada huma pastoral do Excellentissimo Reverendissimo Senhor Bernardo Antonio de Mello Ozorio Bispo deste Bispado para fazer publicar na ouvedoria da qual seu theor hé o seguinte = Bernardo Antonio de Mello Ozorio por merce de Deos e da Sancta Sée Appostolica Bispo deste Bispado da Guarda e do Conselho de Sua Magestade = Aos que esta nossa Carta Pastoral virem ou della noticia tiverem saude e pax em Nosso Senhor Jezus Christo que de todos hé verdadeiro remedio, e salvação das almas, fazemos saber que não podendo nos satisfazer a nossa obrigaçam de benzer os ornamentos pella muitas occupações da nossa Pastoral e officio e ainda que pudevemos seria com grande incomodidade dos nossos subditos, e tão bem dos ornamentos. Mas grandes distancias de que devião recorrer a nós havemos por bem de conceder a faculdade de benzer os ornamentos sacerdotais por tempo de sinco annos as pessoas abaxo nomeadas Na cidade e Aro ao Reverendo Deam Chantre Mestre ...(?) aos Reverendos Conegos Manoel Simões e Vicente do Rego, e aos Reverendos Provizor e Vigario Geral e aos Reverendos Prior de São Thiago de Belmonte e Vigario de Santa Maria de Manteigas, Prior da Castanheira, Prior de Vide do Monte em Abrantes e sua Ouvedoria aos Reverendo Vigario Geral e Promotor aos Reverendos Prior de Santa Maria do Castello Vigario de Martinchel Vigario da Sobreira fermosa Vigario do Sardoal em Selorico e seu Arciprestado nos Reverendos Arciprestes Prior de Santa Maria Prior do Minhocal, Prior de Assores, Prior de Porco Covilham e seu Arciprestado ao Reverendo Arcipreste aos Reverendos Vigarios de Santa Maria Prior de São João do Monte em collo*

*Prior do Fundão Prior de Cambas, Prior da Pampilhoza Prior da Capinha, Prior de Orgaes, em Castello Branco e seu districto digo e seu Arciprestado ao Reverendo Arcipreste aos Reverendos Vigarios de Santa Maria da mesma villa o Vigario das Sarzedas, Vigario de Villa Velha Vigario de Castello Novo em Penna Macor, e seu Arciprestado ao Reverendo Arcipreste os Reverendos Prior de Santa Maria da mesma Villa Prior da Bendada Prior de Santo Estevão: Monsanto e seu Arciprestado o Reverendo Arcipreste, os Reverendos Prior de São Miguel da mesma villa Vigario de Idanha a Nova de Medelim, Vigario da Zibreira a qual auctoridade cometemos não somente ás pessoas que actualmente são mas tão bem as que pello tempo adiante obtiverem os mesmos beneficios e occupações dentro dos ditos sinco annos mas não poderão benzer Igrejas Cappellas, Altares Imagens, Costodias Cofres Vazos Sacramentaes Calicis, ou pedras de Ara, porquanto destas couzas rezervamos a benção a nós e para que venha á noticia de todos se publicará esta Pastoral na nossa Sée e se fixará nas portas della e o mesmo se fará na Villa de Abrantes e na cabeça dos Arciprestados para onde o escrivam da Camara remeterá as copias para que o Vigario Geral de Abrantes aos Reverendos Arciprestes em seus distritos os fação publicar em cada huma das Igrejas dellas pellos Reverendos Parochos os quais dentro de tres dias as registrarão nos livros da sua Igreja para que por elles a publicarem e ahi meterão huns ...(?) dentro do dito termo penna que se lhe dar ...(?) declarando nas costas della o dia em que se lhe entregou, e o em que a tornou a remeter e a que registrou e o ultimo a remeterá aos Reverendos Vigario Geral e Arciprestes em seos distritos as fassão publicar em cada huma das Igrejas delles pellos Reverendos Parochos os quais dentro de tres dias digo o ultimo a remeterá aos Reverendos Vigarios Geral e Arciprestes para estes a tornarem as inviar a nossa Camera para que a mandarão passar pelloa seos escriptaes huma copia assignada por elles como roteiro das Igrejas de seos districtos nas costas dellas, o que huns aos outros assim comprirão, na Guarda digo Dada na Guarda sob nosso signal e sello de nossas armas aos onze de Mayo de mil e sette centos e quarenta e tres e eu Andre Alvres escrivão da Camara ecclesiastica que a sobescreveu // Bernardo Bispo da Guarda // Lugar do Sello // Provizam porque Vossa Excelencia da faculdade de benzer ornamentos por tempo de sinco annos a diversas pessoas para Vossa Excelencia ver e assignar // a qual carta Pastoral sendo por mim vista para poder ser publicada nesta ouvedoria com a brevidade na forma que se manda, os quaes as tresladarão nos livros das suas Igrejas e pellos treslados as publicarão cujos treslados farão dentro em tres dias, e depois de feito este remeterão esta ao Reverendo na forma do roteiro que vai, e declarará cada hum o tempo em que a recebeo, e a remeteo, e a quem a inviou, e*

*tudo farão susecivamente huns aos outros na dita forma e o ultimo ma remeterá por mão do  
escrivam que esta escreveo e esta copia se lhe dará a mesma fée, e credito que ao original.  
Dada em esta Villa de Abrantes sob sello das armas se Sua Excelencia em meu signal aos  
dezoito dias do mês de Junho de mil sette centos e quarenta e tres annos João Barata  
Godinho escrevam da Camera a escrevi.*



**Carta de Visitação de D. Bernardo António de Melo Osório.**

**Registos Paroquiais de Abrantes - Freguesia de São Pedro (microfilme 1452) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. 268v e 269.**

**Data: 29 de Junho de 1745.**

**(Inédito)**

*Bernardo António de Mello Osoriopor merce de Deos e da Sancta Sé Apostolica Bispo da Guarda do Conselho de Sua Magestade.*

*Aos que esta nossa prezente Carta de Vizitação virem ouvirem ou della noticia tiverem saude e benção. Fazemos saber que vizitando Nos esta Igreja de São Pedro com presença do Reverendo Parocho Clerigos e parte dos freguezes provemos da maneyra seguinte:*

*O Reverendo Fabruario mandará cozer e segurar logo os cadernos deste Livro, antes que se percão.*

*Mandamos que esta e as mais se cumprão, e guardem como nellas se contem. O Reverendo Parocho a publique e pase certidão.*

*Dada em Vizitaçam sob nosso signal e sello de nossas armas aos 20 de Junho de 1745 e eu Gregorio Teyxeyra secretario de vizita a escrevi.*

*Bernardo Bispo da Guarda.*





**Pastoral de D. Bernardo António de Melo Osório.**

**Registos Paroquiais de Abrantes - Freguesia de São Pedro (microfilme 1452) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. não numerados.**

**Data: 31 de Agosto de 1745.**

**(Inédito)**

*Bernardo Antonio de Mello Ozorio por merce de Deos e da Santa Se Apostolica Bispo da Guarda do Conselho de Sua Magestade.*

*Aos que esta nossa Pastoral virem, ouvirem ou della noticia tiverem saude e pax para sempre em Jezu Christo nosso Senhor que de todos hé verdadeiro remedio e salvação, para satisfazermos a obrigação do nosso officio celebramos hé pouco como favorde nosso Synodo Diocesano, em que estabelecemos algumas Constituições que nos parecerão convenientes, ao bom governo do nosso Bispado, e porque nos ocorrerão mais algumas coisas em que julgamos ser necessario prove-se o fazemos na maneira seguinte.*

*Há neste Bispado algumas Parochiaes sem Sacrarios em freguesias dilatadas, e com habitações distantes das Igrejas e outras ...(?) ...(?) e dezabridos(?); e muitas vezes ocorre tal necessidade que não há tempo para se juntarem as pessoas necessarias que acompanham o Santissimo Sacramento com pompa quando se leva aos enfermos: E para facilitarmos a administração do Sagrado Viatico, e evitarmos o perigo de poderem falecer alguns enfermos sem que a recebão; Mandamos que nesta Cidade e nas Villas, e lugares em cujas Parochiaes há Sacrarios nas occasioes de tempestades, em que se não poder levar o Santissimo Sacramento aos enfermos com pompa o leva o sacerdote que o ouver de administrar dos Sacrarios, tirando delles huma particola somente ou mais quantos forem os enfermos que ouverem de comungar com sobrepelis, estolla, e veo de ombros, e debaixo da zambulla que permite o Ritual Romano, acompanhado ao menos de duas pessoas com duas lanternas fechadas, as quais não havendo outras, poderão taobem levar a campinha, agoa benta Ritual e bolça de corporaes: E como neste Bispado ainda não há umbellas(?), emcomendamos muito se mandem fazer com brevidade porque devem concorrer com os ornamentos necessarios para se acompanhar o Santissimo Sacramento.*

*Na mesma forma administrarão o Sagrado Viatico os Parochos dos Sacrarios das suas Igrejas ou dos de outros que ficarem nas vizinhas aos enfermos nas quintas situadas em tal distancia das taes Igrejas com decencia senão possa levar dellas o Santissimo Sacramento procionalmente o que deixamos a arbitrio dos Parochos.*

*Nas mesmas freguesias aos que tiverem em tal distancia que dos Sacrarios lhes não possão administrar o Sagrado Viatico e naquellas cujas Parochiaes os não tiverem, nem os ouver em alguã Igreja vizinha se procurará com toda a precaução e diligencia que se administrem a tempo em que se possa dizer missa na Igreja Erimita, ou Oratoria, que parecer mais conveniente, ahinda nos districtos de outras feguesias, sem que os Parochos dellas nem os administradores por qualquer officio ou titullo que tenham, o prohibão, antes huns e outros, o facultarão, e darão promptamente os ornamentos necessarios para se celebrar sob penna de serem arbitrariamente punidos, e se o não permitir o tempo, ou distancia se dirá a missa em casa dos mesmos enfermos, na forma da Constituição do Bispado, ou na de algum vizinho por ivitar o perigo e irreverencia que algumas vezes se poderá temer. E conforme o lugar em que a missa se disser se administrará o Sagrado Viatico, ou na mesma missa, ou depois de se dizer uzandoçe de umbella e com a decencia que permitir o lugar, a ocazião e o tempo; e acabando o celebrante a missa sem tomar o ...(?) para consumir a Sagrada Partícula, se acontecer que o enfermo não possa commungallo.*

*Havendo necessidade de se administrar o Sagrado Viatico nas cazas e lugares assim e conciderados a tempo que senão possa dizer Missa como fica ditto, poderão os Parochos usar de pixide ou relicario, que permite o Ritual Romano na forma delle, e os das Igrejas que não tem Sacrarios recorerrão as Parochiaes vezinhas em que as houver e ahinda as Igrejas Regulares; que ficarem mais proximas e os Parochos das ditas Igrejas sob penna de serem castigados arbitrariamente permitirão que dos seus Sacrarios se leve o Santissimo Sacramento e exortamos aos superiores dos Regulares facilitem da mesma sorte a administração do Sagrado Viatico dos seos Sacrarios, o que já lhe foi encomendado pello Sumo Pontifice Inocencio 12 no anno de 1695.*

*Sem embargo de estar estabelecido na Constituição deste Bispado que os officios dos defuntos senão fassão com menos de sette clerigos senão de nove lições, e os nocturnos com menos de quatro, somos informados que alguns Parochos o não observão; pello que mandamos que a guardem pontualmente sob penna de dous mil reis applicados na forma ordinaria por cada vez que nas suas Igrejas se praticar o contrario; E os clerigos que*

*selebrarem os ditos officios e nocturnos, assistirão a elles com decencia, devoção e modestia, e os cantarão com a pausa e ordem devida, e sem se devertirem em couzas alheias das funções sagradas, e o Parocho multarão com officio na esmolla de cantoria para a fabrica da Igreja aos que na asistencia dos officios e nocturnos senão portarem como devem.*

*...(?) se tem intruduzido em muitas terras deste Bispado cantarse o terço de Nossa Senhora ás janellas das cazas, nas ruas, e em procissões de noute e por evitarmos os inconvenientes que se podem seguir da pratica desta devoção a prohibimos sob penna de excomunham may ipso facto incurrenda. Como porem a devoção a Virgem May de Deos hé tão util e necessaria a todos por ser nossa especialissima advogada, e nos dispensar Deos pellas suas mãos todos bens a encomendamos muyto aos nossos subditos, e os exhortamos a que sejam frequentes em assistir aos terços, e mais funções de Religião que em seu obsequio se celebrarem nas Igrejas.*

*O Arcebispo de Milam São Carlos Borrumeu instituiu no seu Arcebispado que por principio da noute a certo tempo, sinal dos sinos da Cathedral, e mais Igrejas delle os pays de famillias se recolherem, e ajuntarem com os seus domesticos em suas cazas com separação de homens, e mulheres a seu arbitrio e que por hum quarto de hora ao menos se applicassem a oração ou mental ou vocal, para assim coadunados todos os fieis no mesmo tempo, e no mesmo espirito ahinda que não juntos no mesmo lugar obrigarem a Deos com a efficacia da oração de muitos sem o perigo de adjuntos de pessoas estranhas a concederlhe os remedios de sua necessidade; e o Sumo Pontifice Gregorio 13 por suas Letras Apostolicas enforma de breve, expedidas em 24 de Outubro de 1582 louvou muito o Santo Prelado por intruduzir tão proveitoso exercicio, e concedeo muytas Indulgencias aos Diocesanos de Missas que praticassem.*

*Milhor certamente dezempenharão o tittulo de devotos de Nossa Senhora o que na reza do seu terço observarem o modo de oração prescripto por São Carlos, e aprovado pello juizo da mesma Se Apostolica em mais se rezarem como devem ajuntando as orações vocais do Rozario a contemplação dos seus misterios. Nem lhes faltará se assim o fizerem, o livro das Indulgencias concedidas aos Milanezes; porque o Sumo Pontifice Benedicto 14 nosso Senhor por outro seu Breve dado em 16 de Dezembro de 1746 em que tãobem aprova e inculcao sobre ditto modo de oração, ...(?) a todos fieis ...(?) Christãos, e dellas com esta nossa Pastoral remetendo hum sumario para poderem conseguilas.*

*Exhortamos portanto a todos os nosso subditos se apliquem a este remedio de oração e recomendamos aos Parochos procurem com toda a diligencia se pratique geralmente em cazas de seus freguezes, o mesmo Summo Pontifice Benedito 14 nosso Senhor por huma sua Constituição de 5 de Abril do prezente anni de 1745 concede a todos os Bispos actuais perpetuamente a authoridade de poderem dar e applicarem seu nome a bensão e Indulgencia plenaria no leito da morte com faculdade de o poderem subdelegar. E dezejando nos que todos os nossos subditos possam conseguir com facilidade graça tão importante subdelegamos em todos os Parochos actuaes do nosso Bispado para exercitarem com os nossos subditos que o pedirem da authoridade que Sua Santidade nos convida, e declaramos que não ...(?) a ditta subdelegação, nem pella morte do Sumo Pontifice nem por vagar de qualquer modo a nossa Diocese o que não poderão usar della sem outra especial commissão nossa em qualquer tempo, e hora que seja nos lugares em que ao tempo de se aplicar e estiverendo presentes.*

*Os Parochos instruhirão aos fieis christãos, e uzarão da faculdade que lhe cometemos segundo a forma prescripta na mesma Bulla, de que no fim desta Pastoral vai huma copia.*

*Muitas vezes se tem prohibido neste Bispado lançarem-se barbascadas, e troviscadas, com que se inficionamas agoas, e se occasionam damnos graves com os embaraços, e encargos das consciencias, e subqposto que é Ley do Reyno castigo com graves pennas este dilicto, nem por isso deixa de se cometer com frequencia por se não castigar com officio ou pella difficuldade da prova, ou por outros motivos; e porque ao nosso officio pertence zelarmos a salvação de nossos subditos para talharmos os dittos damnos, encargos das consciencias, que delles se seguem impomos penna de excomunhão mayor latte sentença aos que lançarem as ditas troviscadas, e barbascadas.*

*Temos achado nos livros das vizitações das Paroquiaes desta Diocese muitos Capitulos de vizita que pella mudança das couzas e tempos senão podem nem devem observar ao prezente pello que por ivitar duvidas que dellas podem originarse, declaramos a todos sem validade ...(?) o que dispoem sobre os reparos, e ornamentos das Igrejas Capellas, e Altares e os estabelecidos por nós, ou nossos Vizitadores desde que governamos este Bispado. E quanto as Pastoraes de nossos Predecessores ...(?) que subservem e ...(?) hé as confirmamos em tudo, o em que senão encontrarem com as nossas, e com as Constituições do nosso Synodo; com declaração porem, por ivitarmos alguns embaraços das consciencias dos nossos subditos, que as pennas espirituaes impostas por nossos Predecessores nas suas*

*Pastoraes, senão incorrerão pellas que as transgredirem nem tão bem as que impozemos, ou os nossos vizitadores nos capitulos das Vizitas acima exceptuados.*

*E para que esta nossa Pastoral chegue á noticia dos nossos subditos; o nosso escrivão da Camara a registre e remeta como hé costume as copias della que forem bastantes para se publicar por todo Bispado; e os Parochos que a receberem hinda assignadas por algum dos nossos Ministros a tresladarão nos livros destinados a esse effeito e as passarão de huns a outros como lhe for ordenado, e a publicarão ou pellas mesmas copias, que receberem ou pellos traslados dos seus livros, nos tres primeiros dias Sanctos. Dada na Guarda sob nosso signal e sello de nossas armas aos 31 dias do mês de Agosto de 1745. E eu Andre Alvares escrivão da Camera o sobescrevi = Bernardo Bispo da Guarda = Lugar do sello.*



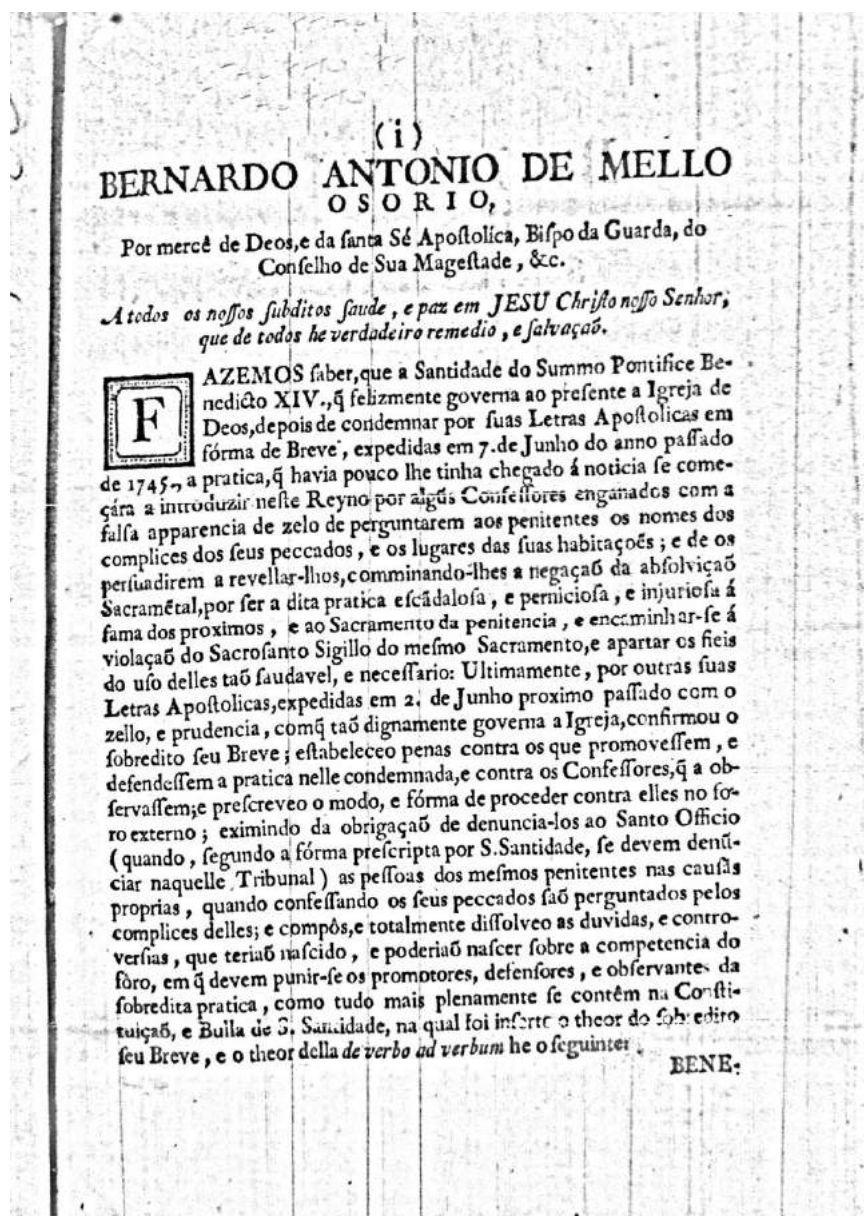
Pastoral de D. Bernardo António de Melo Osório (com transcrição de breve papal anexo).

Registos Paroquiais de Abrantes - Freguesia de São Pedro (microfilme 1452) – ANTT.

Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. não numerados, impressa.

Data: 10 de Agosto de 1746.

(Inédito)



BENEDICTUS  
EPISCOPUS  
SERVUS SERVORUM DEI.

Delatus allad  
in Sacramento  
Poenitentia  
abusus.



U

*Litteris S. S. N. I. f.  
fami Domini,  
qua hic inseru-  
tur, reprobatus  
fuerat.*

Venerabiles Fratres, salutem, & Apostolicam Benedictionem.

**S**uprema omnium Ecclesiarum sollicitudo, & Divina JE-  
SU Christi omnium Pastorum Principis, cujus vices pla-  
nid immerantes gerimus, caritas assidue urget Nos, ut pro com-  
missa divinitus imbecillitati Nostrae universi Dominici gregis  
curâ semper advigilantes, periculis animarum, sicuti forte  
superimpenderint, per omnes Christiani Orbis Populos, ac Na-  
tiones opportunè, quantum cum Domino possumus, occurramus;  
atque



( iii )

atque iis præcipuè Regnis, & Locis peculiari quodam Aposto-  
licæ Nostræ caritatis studio, auctoritatique providentiâ consu-  
lamus, in quibus, cum Fides, Religio, Pietas quammaximè flo-  
reant, callidus humani generis hostis nocere Fidelibus, dum a-  
perto bello desperat, per insidias molitur, in Angelum scilicet  
se se lucis transfigurans, & e mentitâ boni specie incautis illu-  
dens; quâ ex arte non minora sæpe animarum detrimēta, quàm  
ex aggressionē manifestâ, esse proventura nequissimus veterator  
confidit. In harum autem fraudum numero computamus, quod Relati abusus  
expositio.  
in florentissimis Portugalliæ, & Algarbiorum Regnis, & Di-  
tationibus, quibus Vos Antistites summâ cum Sacerdotalis virtu-  
tis vestræ commendatione præsidetis, & quibus pro singulari er-  
ga Catholicam Ecclesiam, atque Apostolicam hanc sanctam Se-  
dem observantiâ merita debentur laudes, nuper evenisse non si-  
ne ingenti animi Nostrî dolore cognovimus. Pervenit enim  
haud ita pridem ad aures Nostras, nonnullos istarum partium  
Confessarios falsâ zeli imagine seduci se passos, sed à zelo se-  
cundum scientiam longè aberrantes, perversam quamdam, &  
perniciosam praxim in audiendis Christi fidelium confessionibus, &  
in saluberrimo Pœnitentiæ Sacramento administrando, invohere,  
atque introducere cœpisse; ut videlicet, si fortè in pœnitentes  
incidissent socium criminis habentes, ab iisdem pœnitentibus so-  
cii huiusmodi, seu complices nomen passim exquirerent; atque  
ad illud sibi revelandum non inducere modò suadendo conaren-  
tur; sed, quod detestabilius est, denuntiâtâ quoque, nisi revela-  
rent, absolutionis sacramentalis negatione, prorsus adigerent,  
atque compellerent; immo etiam complices ejusdem nedum no-  
men, sed habitationis insuper locum, sibi exigerent designari.  
Quam illi quidem intolerandam imprudentiam tum procuran-  
dæ complices correctionis, aliorumque bonorum colligendorum  
specioso prætextu colorare, tum emendicatis quibusdam Docto-  
rum opinionibus defendere non dubitarent; cum revera opinio-  
nes huiusmodi vel falsas, & erroneas sequendo, vel veras, & sa-  
nas malè applicando, perniciem tam suis, quàm pœnitentium  
animabus consciscerent; ac sese præterea plurium gravium  
damnorum, quæ inde facile consecutura fore prævidere debue-  
rant,

( iv )

Scandala Inde  
exorta.

Item Cardina-  
lium Inqui-  
toris, & Patri-  
archæ, sollici-  
tudines.

Pontifex dam-  
nat relatum  
proximi.

Episcoporum  
diligentiâ cõ-  
tra eam exci-  
tat.

rant, reos coram Deo æterno Iudice constituerent. Ex verò jam  
secuta fuisse multa ejusmodi damna infelici experientiâ com-  
pertum est: Nec fieri potuit, quin eà de causâ & obsecrationes,  
& scandala, & non Ministrorum tantum, sed sacri etiam ipsius  
ministerii odium, & animorum ingens conturbatio in Populo fi-  
deli exorta sint. Tristia Nos hæc nuntia cum accepimus, simul  
viduimus, contra exitialem hujusmodi abusum protinus justâ in-  
dignatione pro munere suo commotos fuisse dilectos Filios No-  
stros S. R. E. Cardinales Nunum à Cunha in insulam Portuga-  
liæ, & Algarbiorum Regnis Generalem Inquisitorem, & Tho-  
mam de Almeyda Patriarcham Lisbonensem; atque utrumque  
sollicitè gliscenti malo compescendo, atque etiam eradicando  
adlaborasse. Nos autem, ne in tam gravi animarum discrimine  
ullâ ex parte Apostolico Nostro Ministerio deesse videamur,  
neve mentem hac super re Nostram apud Vos obscuram, & am-  
biguam esse finamus; Notiam Vobis esse volumus, memoratam  
superius proximè penitus reprobendam esse, eandemque à Nobis  
per presentes Nostras in forma Brevis Litteras reprobavi, at-  
que damnari, tamquam scandalosam, & perniciosam, ac tam sa-  
mæ proximorum, quàm ipsi etiam Sacramento injuriosam, ten-  
dentemque ad sacrosancti sigilli sacramentalis violationem,  
atque ab ejusdem Pœnitentiæ Sacramenti tantopere proficuo  
& necessario usu Fideles abalienantem. Eapropter, Venerabi-  
les Fratres, quamquam de pastoralis vestræ vigilantia nihil est,  
quod dubitemus; Supremi tamen Officii quoque Nostri esse cen-  
semus, alacritatem ipsam vestram hac mentis Nostre apertâ  
significatione, & Apostolicis insuper hortationibus nostris inten-  
tius acueri, & excitare, ut pro se quisque vestrum opportuni-  
tibus, quas cumque prudentia suggererit, initis rationibus, &  
efficacioribus quibusque juris remediis, quoad opus fuerit, con-  
tra delinquentes Ministros adhibitis, noxiam hujusmodi novita-  
tem strenuè insectemini, ac penè nascentem opprimatis, neque  
patiamini traditis curæ vestræ ovibus ibi offendiculum parari,  
ubi salus à Christo posita est, ab eoque divinæ misericordiæ fon-  
te illas averti, ac deterreri, ad quem ab eodem Redemptore  
Nostro ad abiundas, dealbandasque in sanguine suo animas

aman-

( V )

amantissimè invitantur. Interea, dum à zelo vestro, ac prudentià luculentiora Nobis certò pollicemur vestre pietatis & observantiæ argumenta, Apostolicam Benedictionem cum uberimà cælestium charismatum copiâ conjunctam Vobis, Venerabiles Fratres, ex animo impertimur. Volumus autem, ut præsentium transumptis, sive exemplis, etiam impressis, manu aliqujus Notarii publici subscriptis, & Sigillo Personæ in Dignitate Ecclesiastica constitutæ munitis, eadem prorsus ubique fides adhibeatur, quæ præsentibus adhiberetur, & adhiberi posset, si forent exhibitæ, vel ostensæ. Datum Romæ apud Sanctam Mariam Majorem sub Annulo Piscatoris die vij. mensis Julii MDCCXLV. Pontificatus Nostri Anno Quinto.

Cajetanus Amatus.

Has porro Nos Litteras in forma Brevis tunc datas iterum præsentibus Nostris confirmamus, & roboramus, easque ab omnibus, & singulis fideliter, exactèque observari injungimus, atque præcipimus.

*Confirmatio eorumdem Litterarum.*

Statuentes insuper, ac decernentes, ut quicumque cujusvis status, gradus, conditionis, dignitatis, & ordinis, etiam speciali, & individua, ad effectum ut hisce Nostris præsentibus comprehendantur, mentione, & expressione digni, ausus in posterum fuerit docere licitam esse hujusmodi praxim, prout ea in relato Nostro Brevi exponitur, ac reprobatur; vel scribere, aut loqui præsumperit in ejusdem damnatæ praxis defensionem; vel ea, quæ in dicto Brevi contra eandem praxim decreta sunt, impugnare, aut in alienos sensus temerè detorquere, seu interpretari; incidat ipso facto in excommunicationem, à qua non possit, præterquam in articulo mortis, ab alio, quacumque etiam dignitate fulgente, vel auctoritate suffulto, nisi à Nobis, vel à pro tempore existente Romano Pontifice, absolvi.

*Et poena in doctores appropiata, contradicentes, male interpretantes.*

Et quia non modo cavendum est, ut, quæ sunt à Nobis in præincertis Litteris decreta, ab omni impugnatiōe, contradictione, pravâque interpretatione salva sint, & immutabilia; verum etiam ne quis in Sacramenti Pœnitentiæ administratione ab eorum omnimoda observantia umquam recedat;

*Et in Confessoribus contravenientes.*

( VI )

dat ; idcirco omnibus, & singulis Confessariis utriusque Cleri tam sæcularis, quàm Regularis, quantumvis exempti, & quacumque speciali, & expressa mentione aliàs fortasse nominandi, graviter & districtè, Divini interminatione iudicii, atque in virtute sanctæ obedientiæ, prohibemus, ne, conformiter ad prædictam reprobam praxim, pœnitentes, qui peccatum, seu crimen aliquod, ejus socium, aut socios habuerint, ipsis in Tribunali Pœnitentiæ confiteantur, interrogare præsumant de nomine socii, seu complicitis, loco habitationis, vel aliis hujusmodi adjunctis, sive circumstantiis, expressiorem magisque individuum ejusdem complicitis manifestationem concernentibus ; eidem pœnitenti, si manifestare renuerit, sacramentalem absolutionem denegando, alioquin noverint sese, ultra peccati lethalis incursum, suspensioni ab officio audiendarum confessionum, aliisque etiam gravioribus pœnis fore subjiciendos.

*Ordo procedendi  
contra delictos de-  
linquentes.*

*Tam docentes,  
contradictores,  
male interpre-  
tantes.*

*Quam Confessa-  
rii contrascrip-  
tas cum suspi-  
cione pravi do-  
gmatis.*

Præterea quoniam contra damnatū hujusmodi exitialem abusum, ne cum animarum perniciæ radices agat, necesse ducimus modum, ac formam etiam in foro externo procedendi, & ultlices adversus reos pœnas imponendi, statuere, atque ordinare; omnesque super hoc exorturas, vel etiam jam exortas dissensiones componere, & penitus amputare ; volumus, decernimus, ac declaramus, quod docentes, ut supra, licitam esse praxim a Nobis jam reprobam, vel in ejusdem praxis defensionem scribentes, aut loquentes, vel ejusdem reprobationem in memorato Nostro Brevi contentam impugnantes, aut perversè interpretâtes, in Officio Sanctæ Inquisitionis prædictorum Regnorum, atque Ditionum severè puniantur, & contra eos, & eorum quemlibet in eodem Officio procedatur, non minùs ac contra illos ibidem procedi solet, qui asserunt, tradunt, tuentur opiniones scandalosas, perniciosas, & uti tales à Sede Apostolica rejectas, & condemnatas.

Similiter in eodem Officio procedendum erit, & procedi volumus, ac statuimus contra Confessarios quoque, ut supra, delinquentes, ac de nomine complicitis pœnitentem in-  
terro-



( vii )

terrogantes, eidemque pœnitenti, nisi illud sibi manifestet, absolutionem denegantes: Dummodo tamen huiusmodi interrogandi, ac denegandi actus talibus circumstantis conjunctus sit, ac convellitur, quæ sic agentem Confessarium de adhæsiōe ad prædictam reprobam praxim, tamquam ad licitam, vel alio quovis modo de prava credulitate suspectum reddant.

Itaque contra prædictos omnes, & singulos delinquentes tam seculares, quàm quorumvis etiã quomodolibet exemptorum, ac Sedi Apostolicæ immediatè subiectorum Ordinũ, Institutorum, Societatum, & Congregationũ Regulares, cuiuscumque dignitatis, ac præminentiae, aut quovis privilegiõ muniti existant, & quorum specialis, & nominatim mentio faciendã sit, prædictorum Regnorum, ac Ditionum Inquisitores, potestate à Nobis traditi, & quatenus opus sit, præsentium tenore de novo concessa, prout in causis Fidei, juxta Sacrorum Canonum formam, nec non Sancti Officii Inquisitionis huiusmodi constitutiones, privilegia, consuetudines, & decreta, diligenter inquireant, & procedant, & quos in aliquo ex ejusmodi excessibus culpabiles repperint, in eos, pro criminũ qualitate & circumstantiis, suspensionis ab officio cõfessiones audiendi, vel etiã ab executione Ordinum, privationis Beneficiorum, Dignitatum, ac perpetuæ inhabilitatis ad illa, nec non vocis activæ, ac passivæ, si Regulares fuerint, aliasque pœnas decernant; omnes etiã, vel earum tantũ aliquas, in perpetuum, vel ad tempus infligendo.

Quicumque verò aliũ quemlibet aliquo ex supradictis modis deliquisse cognoverint, eum, intra terminum dierum, in Edictis Sancti Officii ejusmodi Inquisitionis præfigi solitum, eidẽ Sancto Officio denũciare teneantur: alioquin pœnas non denunciantibus per eadem Edicta infligi consuetas incurrant. Verumtamen ab huiusmodi onere denũciandi iustis de causis eximi volumus, & eximimus personam ipsam pœnitentem dũtaxat in causa propria, idest, in casu, quod suum peccatum cõfitens, à Confessario adigatur ad sibi manifestandum nomen complicitis in eodem peccato: tunc enim pœnitentẽ huiusmodi

*In Officio Inquisitionis, ac in causis, & pœnas de*

*Et videtur a S. C. in casibus denũciandi.*

ab

( viii )

ab obligatione eundem Confessarii denunciandi liberamus: Sed quando aliunde, quam ex propria, ut dictum est, confessione noverit Confessarium aliquo ex superius enumeratis, & Sancto Officio denunciandis modis deliquisse, tunc cum & ipse denunciare ex ista aliunde habita noticia teneatur.

*Confessarii vero contrafacientes absque ulla suspitione, fideles, & potius Ordinarii.*

Quod si Confessarii de complicitis nomine perperam interrogantis, absolutionemque, ni sibi detegatur, denegantis autum contingat ejusmodi esse, ut, quavis imprudens, & malus, simplex tamen quidam, & nudus actus fuerit, id est, is circumstantiis destitutus, quæ de prava credulitate, vel de mala adhesionem ad praxim in sæpe dicto Nostro Brevis reprobatâ, tamquam ad licitam, eundem Confessarium suspectum reddant; tunc istiusmodi delictum, neque denunciationis oneri, neque Sancti Officii prædicti cognitioni subiectum erit; sed de illo cognoscere, atque in delinquentem Confessarium, per suspensionem ab audiendis confessionibus, vel alias canonicas, & legitimas poenas pro delicti modo animadvertere, ad locorum Ordinarios in sua cujusque Diocesi omnino spectabit.

*Hac procedendi regula servanda decernitur.*

His igitur circa ordinem, formam, modumque contra ejusmodi delinquentes procedendi, ut præfertur, constitutis, ac suis unicuique Judici Ecclesiastico juribus assignatis, & distributis; hanc Nos deinceps regulam ab omnibus observari, ac custodiri volumus, & mandamus, si quando talia delicta deprehendi contigerit; quæ tamen haud umquam posthac evenitura in Domino confidimus, accedente insuper præclarâ inclytæ Lusitanæ Nationis universæ erga Sedem Apostolicam observantiâ, & obedienciâ, necnon eximiâ tum istius Sanctæ Inquisitionis Officii, tum cujusque loci Ordinariorum nunquam defutura vigilantia. Quapropter quæcumque aliter, quam præsentibus Nostriis decrevimus, & constituimus, sive in Edictis præfati Officii Inquisitionis, sive in quibuslibet quorumvis Ordinariorum Mandatis, aut Pastoralibus Litteris, vel Decretis antehac statuta prodierint, ea Nos, quoniam post Apostolicam hanc à Nobis propositam agendi, seu judicandi normam minus necessaria fore censemus, desinere jam, & cessare, ac, veluti nunquam emanassent, omnem obligandi

*Et aliter a quocumque antehac statuta abrogatur.*

( ix )

di vim amittere, Motu proprio, & ex certa scientia, deque Apostolicæ potestatis plenitudine declaramus, statuimus, atque sancimus.

Decementes easdem præinsertas, nec non præsentis nostras Litteras, & in eis contenta quæcumque, etiam ex eo quod quicumque cuiusvis status, gradus, ordinis, præeminentiæ, & dignitatis existant, seu aliâ speciali, & individua mentione, & expressione digni, in præmissis interesse habentes, seu habere quomodolibet prætendentes, illis non consenserint, nec ad ea vocati, citati, & auditi, neque causæ, propter quas tum præinsertæ, tum præsentis emanaverint, sufficienter adductæ, verificatæ, justificatæ fuerint, aut ex alia qualibet etiam privilegiata causa, colore, prætextu, & capite, de subreptionis, vel obreptionis, aut nullitatis vicio, seu intentionis nostræ, vel interesse habentium consensus, aliove quolibet defectu, notari, impugnari, aut in controversiam vocari posse; sed ipsas præsentis, easdemque præfatas in forma Brevis Litteras, firmas, validas, & efficaces existere, & fore, suosque plenarios, & integros effectus sortiri, & obtinere, & ab omnibus, & singulis præmissis, ad quos spectat, seu pro tempore spectabit, exactè, & inviolabiliter observari.

*Clauſula pro  
Litterarum va-  
lidity, & au-  
thoritate.*

Sicque, & non aliter in præmissis censeari, atque ita per quoscumque Iudices Ordinarios, & Delegatos, etiam S. R. E. Cardinales, & contra hæreticam pravitatem Generales Inquisitores, Legatos quoque de Latere, & Apostolicæ Sedis Nuntios, aliosve quoslibet quacumque auctoritate, potestate, & præeminentia fungentes, & functuros, sublatâ eis, & eorum cuilibet aliter judicandi, & interpretandi facultate, judicari, & definiri debere, ac irritum, & inane, si secus super his à quoquam scienter, vel ignoranter contigerit attentari.

Non obstantibus quibusvis Apostolicis, & in Universalibus, sive Provincialibus aut Synodaliis Conciliis editis generalibus, sive specialibus Constitutionibus, & Ordinationibus, Edictis quoque prædicti Inquisitionis Officii, & quorumcumque Ordinariorum, etiam Episcoporum, & Metropolitanorum Mandatis, Litteris Pastoralibus, sive Decretis,  
nec-

*Derogationes.*

( X )

necnon ejusdem Officii , & quarumcumque Ecclesiarum etiam Episcopaliū , & Metropolitanarum , & quorumcūque Ordinum, Congregationum, Religionum, Institutorum, etiam Societatis JESU, aliisve quibuscumque, etiam Juramento, confirmatione Apostolica, vel quavis firmitate alia roboratis statutis, stylis, usibus, & consuetudinibus, privilegiis quoque, indultis, & Litteris Apostolicis eidem Inquisitionis Officio, illiusque Inquisitoribus, Commissariis, aliisque Officialibus, tum etiam Ecclesiis, eorūque Prælati, Ordinibus, Cōgregationibus, Institutis, Societatibus, illorumque Superioribus, & personis quibuscumque, sub quibuscumque verborū tenoribus, & formis, & cum quibuscumque etiam efficacissimis, & insolitis derogationibus, clausulis, atque decretis, etiā Motu, & Apostolicæ potestatis plenitudine similibus, seu ad quancumque personarū, etiam Regia, aliave qualibet mundana, vel Ecclesiastica potestate fulgentium instantiam, vel aliā quomodolibet in contrarium præmissorum concessis, confirmatis, & innovatis.

Quibus omnibus, & singulis, etiam si pro illorum sufficienti derogatione, de illis, eorumque totis tenoribus specialis, & individua, ac de verbo ad verbum, non autem per clausulas generales idem importantes, mentio, seu quævis alia expressio habenda, aut alia exquisita forma ad hoc servanda foret, tenores prædictos pro sufficienter, & de verbo ad verbum expressis, & insertis, formasque hujusmodi pro plenè, & exactè observatis habentes, ad præmissorum effectum, hac vice dumtaxat specialiter, & expresse derogamus.

*Fides habenda  
Transumptis.*

Volumus autem, ut earundem præsentium transumptis, sive exemplis, etiam impressis, manu alicujus Notarii publici subscriptis, & sigillo personæ in Ecclesiastica dignitate constitutæ munitis, eadem prorsus fides in judicio, & extra ubique habeatur, quæ adhiberetur ipsis præsentibus, si forent exhibitæ, vel ostensæ.

*Sanctio.*

Nulli ergo omnino hominum liceat paginam hanc Nostrarum condemnationis, reprobationis, confirmationis, sanctionis, prohibitionis, ordinationis, abrogationis, derogationis, & voluntatis infringere, vel ei ausu temerario contraire.



( xi )

traire. Si quis autem hoc attentare præsumperit, indignationem Omnipotentis Dei, & Beatorum Petri, & Pauli Apostolorum ejus se noverit incursum.

Datum in Arce Gandulphi Albanensis Diocesis, Anno Incarnationis Dominicæ Millesimo septingentesimo quadragésimo sexto, Quarto Nonas Junii, Pontificatus Nostri Anno Sexto.

D. Card. Pallioneus.

J. Datarius.

V I S A.

de Curia I.C. Boschi.

Loco Plumbi.

Registrata in Secretaria Brevis.

**E** Para que a Constituição referida chegue a noticia de todos, mandamos passar com o theor della esta nossa Pastoral, que se registará na nossa Camara, e se publicará na Cathedral, e nas mais Igrejas deste Bispado na forma costumada, e exortamos a todos nossos subditos observem pontualmente com a submissão, e obediencia devida ás resoluções, e mandatos Apostolicos, a dita Constituição de Sua Santidade, e contra os transgressores della, quando os haja, o que Deos não permitta, procederemos com as penas da mesma Constituição, e as mais de Direito. Dada na Guarda da nossa Real Sella do nosso brasão, aos 20 de Junho de 1746.

Bernardo Bispo da Guarda.

O Padre Andre Alvares Escrivão da Camara Ecclesiastica a subescrevi.



**Pastoral de D. Bernardo António de Melo Osório.**

**Registos Paroquiais de Abrantes - Freguesia de São Pedro (microfilme 1452) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. não numerados.**

**Data: 13 de Junho de 1748.**

**(Inédito)**

*Bernardo Antonio de Mello Ozorio por merce de Deos e da Santa Se Apostolica Bispo da Guarda do Conselho de Sua Magestade.*

*Aos que esta minha carta Pastoral virem ou della noticia tiverem saude e benção fazemos saber que não podendo nos satisfazer a nossa obrigação de benzer ornamentos pellas muitas occupaões da nossa Pastoral; e ahinda que podecemos seria com grande incomodidade das Igrejas e dos ornamentos e dos nossos subditos; pella grandes distancias de que devião recorrer a nos havermos por bem de conceder a faculdade de benzer ornamentos sacerdotaes por tempo de sinco annos por nossa Pastoral dada na Guarda aos 11 de Maio de 1743 e porque esta concluida, e perceberão as mesmas cauzas, concedemos de novo por outros sinco annos a ditta faculdade de benzer os ornamentos as pessoas abaixo declaradas. Na cidade de aro, aos Meretissimos Reverendos Deam chantre e Mestre escolla e aos Reverendos Conegos Vicente do Rego e Manoel Simoens, e aos Reverendos Provizor e Vigario Geral e aos Reverendos Prior de São Thiago de Belmonte Vigario de Santa Maria de Manteigas Prior da Castanheira Prior da Pera do mosso Prior da Mizarella Prior de Vide do Monte Prior de Pouzafolles do Bispo. Na Ouvedoria de Abrantes aos Reverendos Vigario Geral e Promotor Vigario de São Vicente e São João Da Villa de Abrantes e Vigarios de Martinchel, de Sardoal, de Villa de Rey, e da Sobreira fermoza; Selorico e seu Arciprestado aos Reverendos Arcipreste, e Priores de São Martinho da ditta Villa do Minhocal, de Assores, do Porco, e Vigario do Cortisso. Na Villa de Covilham e seu Arciprestado aos Reverendos Arcipreste Prior de São João do Monte em Collo Prior de São Silvestre Prior de Santa Marinha da ditta Villa e aos Reverendos do Fundão do Telhado, de Cambas, da Pampilhoza, da Capinha, de Orgaes. Na Villa de Castello Branco, e seu Arciprestado os Reverendos Arciprestes e Vigario de Santa Maria da mesma Villa e aos Reverendos Vigarios das Sarzedas da Villa Velha, de Monteforte, de Alcains, de Castello Novo, de São Vicente da*

*Beyra. Na Villa de Pena Macor e seu Arciprestado aos Reverendos Arcipreste Prior de Santa Maria da mesma Villa e aos Reverendos Priores da Bendada de Santo Estevão e da Benquerença e o Reverendo Vigario da Sortelha. Na Villa de Monsanto e seu Arciprestado aos Reverendos Priores do Salvador, e de São Miguel da mesma Villa, de Medelim de Aldeya de João Pires e aos Reverendos Vigarios de Idanha a Nova Zibreira e de Salvaterra. A qual autoridade cometemos não somente as pessoas que actualmente são, mas tão bem as que pello tempo adiante obtiverem os mesmos beneficios e occupaões dentro dos sinco anos mas não poderão benzer Igrejas Cappellas, Imagens, Costodias, Cofres e Vazos Sacramentais, porquanto destas coisas rezervamos a Nós a benção.*

*Por facilitarmos o remedio spiritual em algumas necessidades de nossos subditos que muitas vezes não poderão comodamente recorrer a Nós e por acharmos distante ou por outras cauzas: fazemos saber a todos que temos cometido a autoridade e poder que por direito e costume nos compelle por rezão na nossa dignidade Episcopal ao Meretissimo Reverendo Martim Roiz Provizor de nosso Bispado o Meretissimo Reverendissimo João de Mattos Barreiros Vigario Geral da mesma para cada huma e para sy no foro de consciencia absolver das sensuras, dispençar em irregularidades ...(?), e dispensar nelles, e nos impedimentos matrimoniaes os Reverendos Parochos e confessores assim o entendão para vensinuarem(?) aos seus penitentes, e recorrerem por elles nos cazos em que for necessario e que venha á noticia de todos se publicará esta Pastoral na nossa Sé e se fixará nas portas della e o mesmo se fará na Villa de Abrantes e nas cabeças dos Arcebispados para honde o escrivam da Camera remetera as copias para que o Reverendo Vigario Geral de Abrantes e os Reverendos Arciprestes em seus destrictos as fassão publicar em cada huã das Igrejas dellas pellos Reverendos Parochos os quaes dentro de dois dias a registrarão no livro da sua Igreja e por elles a publicarem e a remeterão huns aos outros, dentro do ditto termo declarando nas costas della o dia em que se lhe entregou, e o em que a tornou a remeter penna de se lhe dar em culpa, e o ultimo a remeterá aos Reverendos Vigario Geral de Abrantes, e Arciprestes para estes as tornarem a enviar a nossa Camera, para o que mandarão passar pellos seos escrivães huma copia, asinada por elles com o roteiro das Igrejas dos seus destrictos nas costas della, o que huns, e outros, assim cumprirão. Dada na Guarda sob nosso signal e sello de nossas armas aos 13 de Junho de 1748 Bernardo Bispo da Guarda // Lugar do Sello // Pastoral porque se concede licença para benzer ornamentos a varias pessoas e faculdade para outras nella conthendas para Vossa Excelencia ver e asignar Andre Alvares Escrivam da Camera o sobescrevi //.*

**Pastoral de D. Bernardo António de Melo Osório.**

**Registos Paroquiais de Abrantes - Freguesia de São Pedro (microfilme 1452) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. não numerados.**

**Data: 30 de Setembro de 1748.**

**(Inédito)**

*Bernardo Antonio de Mello Ozorio por merce de Deos e da Santa Se Apostolica Bispo da Guarda do Conselho de Sua Magestade. A todos os nossos subditos e em especial aos Reverendos Sacerdotes saude e benção; Dignouce a Sua Santidade Benedicto Papa decimo quarto de conceder por decreto com a sua asignatura estabelecido no dia anniversario da sua Coroação comesando anno nono do seu Pontificado em 21 de Agosto do prezente anno de 1748 e confirmado por suas letras Apostolicas expedidas em forma de Breve em 26 do mesmo mês e anno attendendo benignamente as instancias suplicas de Magestade El Rey Dom João V e por outras gravissimas cauzas o indulto de poderem todos os sacerdotes regulares, seculares, que se acharem nestes Reynos, e seus dominios selebrar todos os annos perpetuamente em 20 de Novembro ou no dia seguinte quando ocorrer conforme o ritto da Igreja; a commemoração dos de officios(?) tres vezes o sacramento do Sacrificio da Missa: que devera ser pois que Sua Santidade não declara outra coiza como mesmo ricto e có a mesma Missa daquelle dia repetida mas com apertado preceito, e com a expreção de ser tal a sua mente, e vontade que de outra sortte e sem esta condição não concederia aquelle indulto de que o fructo medio das duas Missas de nova ...(?) senão offereça por algum defunto particular mas se aplique como officio por todos os fieis defunttos encomum e pella segunda e terceyra Missa senão possa receber coiza alguma, por nem hum tittulo pertexto ou cauza nem oblação voluntaria nem de que seda esmola pella selebração e não pella applicação nem declaração que applicarão se fassa como Sua Santidade ordena nem intentarem os offerentes socorrer aos defuntos somente como merecidamente da ...(?) nem degrave necessidade do selebrante; Igreja ou Mosteiros nem de grande numero ...(?) percebidas para Missas naquelle dia, e a que senão poderá satisfazer de outra maneira nem de encargos não compridos de que se tendo recebido as esmollas ou rendimentos para elles deixados. Nem finalmente de Ley de fundação ou instituição com suspensão a Divinis ipso facto incurrenda,*

reservada a Sé Apostolica aos sacerdotes seculares com faculdades porem aos Arcebispos, Bispos, e outros ordinarios dos Regulares de a poderem remeter com Delegados da mesma Sé Apostolica aos sacerdotes seculares, ou regulares ou por outro qualquer modo izentos de sua jurisdição da incorrerem; contando que se lhe entregarem com officio as esmollas recebidas por rezão das dittas duas Missas para as expenderem com outros uzos pios (mas nunca ainda que padeção notoria pobreza em subcidio dos mesmos sacerdotes, nem que seus ...(?) ou ...(?) nem utilidade de seus Mosteiros cazas, ou Igrejas) não uzarão da ditta faculdade nem a extenderão a despençar nas irregularidades que incorrem os que violando a ditta suspensão prezumiram administrar no Sagrado Altar; porque rezervou Sua Santidade para Sy, e para seus Sucessores privativa, e perpetuamente as dittas pennas della. Sobre este indulto foi Sua Santidade tão bem servido dispensar por simples rescripto(?) com sua propria mão formado em 20 do mesmo mês, e anno a graça de se poderem selebrar as dittas Missas athe as duas horas depois do meio dia. De tudo nos certificamos por haver por bem Sua Magestade que da Secrataria de Estado se nos remeteu com carta de 22 deste mês de Setembro hum exemplar impreço da Reverenda Camera Apostolica, em que se trasladou o Breve, com o Decreto e o rescripto Ponteficio do indulto e graça cuja substancia temos relatado. E por que a Sancta e saudavel intenção de Sua Magestade ao affecto que nos mova seu exemplo e de vermos por muitos officios de almas dos fieis defuntos nos obriga a solicitar se fassão patentes em todo este nosso Bispado as referidas e se publiquem com tal brevidade que já no proximo dia da comemoração dos defuntos do prezente anno dozem as almas dos multiplicados sufragios que lhes acrecerão. Portanto a este fim procuramos ...(?) esta nossa Pastoral pella qual recomendando muito em o Senhor a todos nossos subditos a piedade para com os defuntos certamente lhe conciliará novos advogados; que lhe ...(?) de alcançar da bondade Divina em recompença das Misericordias com elles praticadas, multiplicadas graças e não duvidando que os sacerdotes accenderão mais nos corações dos seculares a piedade que a todos recomendamos se aplique digo com tão boa occasião de mostrarlhe que por ella e por honrra e gloria de Deos; sem a suspeita de outro mutivo exercita ...(?) o seu ministerio Mandamos se aplique digo se publique em todas as Igrejas Parochiaes, e se fixe nos lugares costumados na Nossa Cathedral e os seus transeptos em forma na Villa de Abrantes e cabeças dos Arciprestados e que para hisso o escrivão da Camara faça expedir os convenientes e os Nossos Ministros nos seus districtos mandarão fazer as copias necessarias a que queremos sede inteira foi e credito hundo por elles assignadas para nelles se executar o que pertendemos. E cada hum dos Parochos tanto que receber o original transcripto ou copia

*a trasladara no Livro de sua Igreja no termo de vinte e quatro horas, e a remetera as que se seguir pello roteiro que se lhe der nas costas do transcripto ou copia que receber declarando cada hum o tempo da entrega e remessa, e o ultimo a restituirá ao Ministro do seu districto que a inuiará a nossa Camara tudo sub pena de serem gravemente castigados e pellos treslados de seus Livros a publicação a seus freguezes no 1º Domingo ou dia sancto. Dada na Guarda sub nosso signal e sello de nossas armas aos 30 de Setembro de 1748. Andre Alvares o sobescrevy // Bernardo Bispo da Guarda // Lugar do Sello //.*





**Pastoral de D. Bernardo António de Melo Osório.**

**Registos Paroquiais de Abrantes - Freguesia de São Pedro (microfilme 1452) – ANTT.**

**Lº 1 – M (Registo das Pastorais), fls. 62v, 63, 63v e 64.**

**Data: 15 de Dezembro de 1749.**

**(Inédito)**

*João Baratta Roza Dezembargador da Mesa do despacho deste Bispado da Guarda, e Vigario Geral nesta Ouvedoria de Abrantes pello Excelentissimo Reverendissimo Bernardo Antonio de Mello Ozorio por merce de Deos e da Sée Apostolica Bispo da Guarda do Conselho de Sua Magestade. Fasso saber aos Reverendos Parochos das Igrejas desta Ouvedoria que por parte do mesmo Senhor me foi remetida a copia de huã sua pastoral da qual o seu theor hé o seguinte = Bernardo António de Mello Ozorio por merce de Deos e da Sancta Se Apostolica Bispo deste Bispado da Guarda do Conselho de Sua Magestade = A todos os nossos subditos saude e pax para sempre em Jezus Christo Nosso Senhor que de todos hé verdadeiro remedio e salvação. Fazemos saber que a Santidade de Benedicto XIV hora Prezidente na Sancta Igreja Apostolica seguindo o custume, em que seos Precedentes, não sem instinto do Spiritu Sancto de muitos tempos desta parte na revulção e curço delles elegerão sempre para convidarem com mais especialidade a todos os fieis a salvação de suas Almas certos annos que sempre na Igreja se chamarão Sanctos, por suas letras Apostolicas expedidas em 5 de Mayo passado publicou por authoridade de Deos Omnipotente, e aos bem aventurados Apostolos São Pedro e São Paullo, e sua para gloria do mesmo Deos e exaltação da Igreja Catholica e santificação de todos os fieis christãos o anno sancto que segundo a Ordem estabelecida e observada nos passados ocorre nestes tempos, no proximo de 1750 e a celebrarão delle na Cidade de Roma com conexão do Jubileu Universal, e maximo que nelle se dispença e há de começar desde as primeyras vesporas da vigilia do Natal de Nosso Senhor Jezus Christo primeira que vier, e acabar por todo o ditto anno. Nelle durando o mesmo anno, concede Sua Santidade misericordiosamente em Sancta Plenissima Indulgencia remissão, e perdão de todos os peccados a todos os fieis de Christo de hum e outro sexo, que vizitarem devotamente as Basilicas dos bem aventurados São Pedro e São Paullo e de São João em Laterano, e de Santa Maria Mayor, da Cidade de Roma e rogaem a Deos pella*

*exaltação da Santa Igreja, extirpação das heresias comcordia dos Principes Christãos, e Salvação e tranquilidade do Povo Catholico, huã ves ao menos no dia os que forem romanos, ou habitantes da Cidade de Roma pello espasso de 30 dias continuos, ou intervalados ou naturaes, ou ecclesiasticos computados das primeyras vesporas, até 20 de crepusculo da tarde do dia seguinte, e os forem pirigrinos, pello espaço de quinze dias semelhantes ao menos. E porque pode acontecer que muitos sahindo de suas terras, por cauza deste anno santo impedidos no caminho, ou mesmo na Cidade de Roma com doença ou qualquer outro legal impedimento, ou anticipandosse-lhe a morte não poderão executar, nem proseguir nem ahinda comessar as dittas obras prescriptas para se conceguir a Indulgencia delle. Sua Santidade dezejando favorecer quanto pode em ...(?) apia e prompta vontade dos taes impedidos para que alcancem por dom do Espirito Sancto e effeito dos seus clérigos quer que arependidos verdadeiramente confessados e refeitos com a Sagrada Comunhão participem da ditte Indulgencia Plenaria e remissão de todos os peccados da mesma sorte que a conseguirão se compricem inteiramente todas as dittas obras. As utilidades espirituas que se podem prometer os que com intenção pura, e reta se animarem para a Santa empreza que nos hé proposta facilmente as poderão entender advertirem com atenção a grande probabilidade de alcançarem com effeito a indulgencia que se lhe oferece, pella dispuzição das pennalidades e trabalhos, e dos exercicios de muitas virtudes annexas a perigrinação tão santa pois que sendo tudo de não pequena satisfação e merecimento e com culto de Deos dos seus Sanctos Apostolos, e de tantos milhares de outros martires que santificarão aquella Cidade com o sangue que nella deramarão, por Christo, acharão mais prompta, e mais obrigada com as multiplicadas interceções de tantos a mizericordia Devina, em mais se como pequeno gasto(?) demais algum incomodo, aumentando as suas satisfações, e merecimentos vizitarem de caminho com a mesma pureza de intenção as memorias de Santo Ignacio digo de São Januario em Napoles, de São Venancio em Camarino, de São Niculao Bispo de Bari do Patriarcha São Francisco em Avis do Nosso Santo Antonio em Padua, de São Niculao Confessor em Tolentino, de Santa Catherina em Bolonha, de Santa Roza em Viterbo, de Santa Clara em Monte Falço e de outros muitos Santos que se venerão naquellas partes, e principalmente: o principal santuario que nellas há em Loreto, pois empenharão para com Deos tantos outros intercessores, e alcanarão a intercessão mais poderosa da May do mesmo Deos na sua Santissima Caza donde na Incarnação do Verbo Devino principiou a Rendingão do Mundo, ahinda a May da Mizericordias, e refugio dos peccadores sempre se mostrou propicia aos que ...(?) vontade implorão do seu patrocínio. Sua Santidade nas*

sobreditas suas Letras Apostolicas, e em outras enforma de Letra circular, a todos os Patriarchas, e Arcebispos, e Bispos Catholicos dadas em 26 de Junho passado expõem largamente com instroções e argumentos da ...(?) cheios de espirito e sapiencia os grandes bens que podem seguirce aos Fieis da peregrinação de Roma neste anno Santo, e admoesta a todos não queirão privarce delles, e aos Prellados a publiquem nas suas Dioceses. E nos portanto, e porque dezejamos a salvação de todos os nossos subditos, assim a executamos, e exortamos a todos em o Senhor não recebão em vão as graças de Deos que tão liberalmente se dispensão. E porque muito por impetuosidade e outras cauzas racionaveis, não poderem emprehender a ditto perigrinação e ainda que fora de Roma se suspendem as indulgencias plenarias durante este anno, como esta suspensão pello tem declarado muitos Summos Pontifices não comprehende as da Bulla da Santa Cruzada, nem as concedidas pellos defuntos, nem as do ...(?) da morte, nem qualquer outras que forem parciaes, e não plenarias se podem portanto lucrar muitas fora da Santa Cidade ainda neste anno. Exortamos a todos compencem que puderem as graças de que se privão por não hirem a Roma com trabalharem por conceguir todas as indulgencias que se lhe facultão, e dispondo-ce para hisso com taes obras, que sejam assim como hé para os Romanos, para os subditos deste Bispado, e se possa chamar com rezão Santo este anno. A este fim para que não deixem de lucrarem facilmente as ditas indulgencias as mais importantes que são as do artigo da morte por falta de quem possa com promptidão applicalas ahinda que por huma nossa Pastoral de 31 de Agosto de 1747 demos faculdade por authoridade Apostolica que para disso temos. A todos os Parochos autuaes para os poderem aplicar como a cometemos por palavras de que pode duvidarce se comprehende os curas e os mais que por tempo limitado servem as Igrejas e como declaramos na mesma Pastoral não se poder usar da faculdade que por elle démos sem outra especial comissão nossa nos lugares em que ao tempo da applicação estivermos presentes em qualquer tempo e hora que fosse. Pella presente e declarando e ampliando a dita faculdade, a concedemos a todos os Parochos que ao presente são, ao diante forem, ou sejam ...(?) ou encomendados, ou sem curas coadjutores nas mesmas Parochias, ou sejam curas amoviveis de quaisquer Igrejas ou substitutos, ou serventuarios, nas faltas e abzencias ou impedimento sobre ditos e em cazos de necessidade concedemos a mesma faculdade; a qualquer sacerdote que se achar presente como tãobem nos mesmos cazos, sem outra especial comissão nossa, a concedemos a todos, e a cada hum dos sobre ditos nas terras em que estivermos no tempo da applicação ou seja de dia ou de noite com a mesma intenção ahinda que tenhamos rezervado a Nos as licenças para as exposições do Santissimo Sacramento e algumas procissões da

*quaresma para procurar se celebrarem as que concedemos, com a veneração e religião devida, sem as indicencias, com que algumas vezes se celebrarão, não presumindo que em tal anno se celebrem de outra sorte e para facilitarmos, e se promover nelle com acções tão pias mais o culto de Deos e edificação dos Fieis permitimos que neste ditto anno, e depois delle em que não ordenamos o contrario se recorra pellas dittas licenças por nosso Reverendo Provizor , como antes da ditta nossa reserva , e nas concessões dellas observará as ordens que lhe temos dado. E para que chegue á noticia de todos mandammos passar a prezente que se publicará na nossa Cathedral e nas cabeças dos distritos e ahy se fechará nos lugares honde he costume e se publicará outro sim nas Parochias do Bispado ainda pellos Livros em que os Reverendos Parochos devem tresladala para poderem com mais brevidade passar de huns a outros as copias que lhe forem remetidas, que o Reverendo escrivão da nossa Camera fará expedir com as instroções necessarias do costumado registo. Dada na Guarda sob Sello de nossas armas e signal de nosso Reverendo Provizor aos quinze de Dezembro de 1749 annos e eu Andre Alvares escrivão da Camera eclesiastica a escrevy = Lugar do Sello = Martim Roiz = Pastoral da publicação do anno Santo que se celebra em Roma no anno de 1750 e de outras detriminações de Sua Exelencia = E não continha mais em sy.*

**Biblioteca Nacional****Códice 269****Microfilme 8318**

**BRITO, Simão de (? – 1703), *Compendio da vida do Illustrissimo Reverendissimo Senhor D. Fr. Luis da Silva, Arcebispo de Évora* [manuscrito], s. d.**

**Ms. – séc. XVIII – 41 fl.; 22 cm.**

**(Inédito)**

*Foy o Illustrissimo Senhor Dom Frei Luiz da Silva natural de Lisboa, filho de Francisco da Silva, e de Margarida de Noronha. Teve no Convento do Carmo hum tio irmão de sua May com o qual aprendeo alguns anos os primeiros rudimentos da Lingua Latina. Tomou o habito da Santissima Trindade no Convento de Lisboa anno de 1642. Não consta o Provincial que lhe lançou o habito, por se ter queimado entre outros o Livro dos assentos das profissoens, e inquiriçoens dos Novissos. Sabe-se porem que na Religião estudou com grande proveytamento, e procedeo sempre com a mayor atenção às obrigações do seu Estado.*

*Foy lente, e Prezidente digo e Presentado na Sagrada Theologia, e hum dos Pregadores mais insignes de seu tempo, como se vê nos muitos e doutíssimos sermoens que imprimio, e pregou nas festividades mais celebres da Corte. Foy Reitor do Collegio de Coimbra e mostrou no amor o governo de seus súbditos o grande talento, com que Deos o criara para Prelado.*

*A 14 de Outubro de 1668 foy nomeado Bispo Coadjutor da Primazia de Braga, e logo no seguinte de 69 o nomeou a Serenissima Magestade del Rey D. Pedro 2º Bispo pera os Pontificaes da Sua Real Capella, e o Santissimo Padre Clemente X o confirmou ao 1º de Julho de 1671 com o titulo de Titiopoli no 2º anno do seu Pontificado.*

*Foy sagrado na Igreja do Convento da Santissima Trindade de Lisboa a 30 de Agosto do mesmo anno pello Illustrissimo Reverendissimo Senhor Luiz de Sousa Bispo de Hipona Capellão mor de Sua Magestade e do seu Conselho de Estado, que depois foy Cardeal da Santa Igreja Romana, e forão Assistentes os Illustrissimos Bispos de Lamego, e do Algarve.*

*No 1º de Março o nomeou o mesmo Serenissimo Rey Deão da sua Real Capella anno de 1673 e a 9 de Julho do seguinte anno o fez Deputado da Junta dos Tres Estados.*

*A 16 de Setembro de 1676 foy nomeado Bispo de Lamego, e o Papa Innocencio XI o confirmou a 8 de Março do mesmo anno primeyro do seu Pontificado. Tomou posse a 29 de Mayo de 1677 sendo seu procurador neste acto o Reverendo Thomè de Gouvea de Altro Arcediago de Val de Gem na mesma Sè. Neste Bispado desempenhou cabalmente as obrigaçoens de bom Pastor, e Prelado, assim na pregação da Doutrina Evangelica, em que era tão continuo, que apenas haverà púlpito em todo elle, no qual não pregasse, e desse às suas ovelhas o pasto espiritual, como no governo da sua cauza, sendo tal acompostura, gravidade e silencio, que nesta havia, que parecia hum convento da mais estreita e reformada religião. Socorria as necessidades dos pobres não só por meio dos Parracos, e esmoler de sua caza, mas ainda por si mesmo, chegando a partir, e repartir o pam que havião de comer os pobres, que todos os dias tinha à sua meza. Mandou vir da Cidade do Porto muytos moyos de trigo, e por seis mezes continuados sustentou no seu palácio Episcopal a mais de mil pobres, que pella falta de fruitos da terra não achavão facilmente o sustento necessário. Visitou os lugares mais remotos de todo o Bispado, e deu a todos os pobres delle larguíssimas esmolos, socorrendo os que estavam doentes athe de dösses. Cazou muytas donzelas necessitadas e as dotou, e são quasi inumeráveis os pobres que vestio e remediou. Em dia de Natal mandou sempre abrir os Celeyros da Mitra, e dispender todo o trigo, que havia nelles com as viúvas pobres, Orphaas, e donzelas necessitadas. Mandou satisfazer todas as missas que achou nas visitas estavam por dizer, e fez dar inteyro cumprimento às ultimas vontades. Mandou imprimir no anno de 1... as Constituiçoens do Bispado que havia annos estavam dilatadas, e necessitava muyto dellas pera ser Governo.*

*Foy acérrimo defensor da liberdade Ecclesiatica, e de tal sorte se applicou ao estudo dos Sagrados Canones, que passando muytas noytes sem dormir, e alguns dias sem comer, se fez capaz de compor hum Livro em defesa da sua jurisdição ordinária. Deu muytos e preciosos ornamentos à sua Sè, e riquíssimos vasos de prata pera o serviço do altar. Fes de novo huã capella pera o Santissimo, e a adornou de hum santuário com reliquias de muytos Santos em reliquiarios, e meynos corpos, que lhe mandou de Roma o Cardeal Vigario com a autentica de todas ellas.*

*Estas, e outras muytas obras, com que satisfez à sua obrigação em Lamego, derão motivo ao Serenissimo Senhor Rey D. Pedro 2º pera o nomear Bispo da Guarda a 8 de*

*Setembro de 1684 a qual nomeação confirmou o Serenissimo Padre Inocencio XI a 9 de Abril de 1685. Vindo as Letras tomou posse da quele Bispado a 6 de Junho do mesmo anno por seu procurador o Reverendo Padre Clemente da Fonseca Chantre da mesma Sè.*

*Foy este Prelado na Guarda não menos vigilante, e zeloso do bem espiritual das suas ovelhas do que o tinha sido em Lamego. Pregava muytas vezes com grande espirito e eloquência. Socorria pronto todas as necessidades de que tinha noticia, no culto Divino, e mayor aceyo das Igrejas.*

*Em Castello branco, donde eu estive, e posso ser testemunha das muytas obras que fes na quella villa reparou, e melhorou de forma o palácio dos Bispos, fazendo nelle um Oratorio, e no mesmo hum Retabulo dourado com primorosas pinturas, azulejos finos, e ornamentos preciosos. Acabou, e aperfeçoou a Igreja Parroquial de São Miguel, adornando os Altares della, que são muytos com retábulos dourados, todos uniformes no risco, e talha, boas pinturas, cruces, castissaes, e ornamentos ricos de todas as quatro cores. Na Parroquial de Santa Maria do Castello mandou fazer o retábulo dourado, e a pintura do tecto da Igreja, que he grande. No Convento dos Religiosos Eremitas de Santo Agostinho mandou fazer as Cadeiras do Coro debaixo, que fica nas costas da Capella mor, e no mesmo Coro hum retábulo de talha, que serve de moldura, e guarnição a hum painel grande, em que estão retratados os dous Veneraveis Irmãos, e filhos da quella villa o Padre Illustrissimo Frei Roque do Espirito Santo Religioso Trinitario, e o Padre Illustrissimo Frei Egidio Religioso Eremita; este muyto grande Letrado, e aquelle não menos Letrado que Santo, e grande Redemptor de Cativos. Na mesma Igreja fes a Capella de São Thomaz de Villa nova, e nella tambem a tribuna em que està todo o anno o Senhor dos Passos, acuja Irmandade mandou fazer capas roxas e adorno próprio pera cada hum dos mesmos passos, no dia de sua procissão. Outras muytas obras fes por cuja causa he não menos saudosa, que venerável a sua memoria em todo o Bispado.*

*Vagou o Arcebispado de Evora por falecimento do Illustrissimo Senhor Dom Frei Domingos de Gusmão, e como erão conhecidamente grandes os merecimentos do Bispo da Guarda, o nomeou Sua Magestade pera o governo e posse da quella mitra a 5 de Janeiro de 1691 e o confirmou o Santissimo Padre Innocencio XII a 27 de Agosto do mesmo anno no primeyro Concistorio que fes depois de ser exaltado à Cadeyra de São Pedro por morte do Papa Alexandre VIII. Vierão as Bullas sem a concessão do Palio por impedimento que sobreveyo ao Pontifice, e em virtude dellas tomou posse a 7 de Novembro por seu*

*procurador, que o foy neste acto o Illustrissimo Senhor Dom Frei Bernardino de Santo Antonio Bispo de Targa seu coadjutor, Deputado do Santo Officio, Commissario da Bulla da Santa Cruzada, e Religioso de São Francisco da Provincia dos Algarves. Chegou o Palio a 8 de Janeiro de 1692, e o recebeo a 13 do dito mês no Oratorio de seu Primo o Excelentissimo Senhor Marquez de Alegrete, fazendo esta função o Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Luiz de Sousa, Arcebispo de Lisboa. Logo a 16 partio para Evora, em cuja Cidade foy recebido a 23 na forma do Ceremonial Romano, e se festejou a sua entrada com as demonstrações de alegria, que justamente pedião o grande conceyto que todos tinham das suas virtudes, e as noticias que espalhava a fama de tão grande Prelado.*

*Modo com que governava a sua caza, e descripção do adorno desta*

*Chegando a Evora tratou logo de reformar o palácio Archiepiscopal que estava em muytas partes imperfeito, e arruinado. Ornou ricamente o Oratorio do mesmo palácio, e concertou as sallas e gallaria com aquelle custo, que podia evitar todo o escandalo, e era conveniente à autoridade de hum Prelado, que não obstante a Dignidade que possuia, se prezava muyto da Religião que professava. A caza das visitas não tinha mais adorno que huns bofetes de pão santo lizos, e huas cadeiras de solla do Brazil. A do docel tinha nas portas, e janelas cortinados de serafina roxa sem franjas dous bofetes cubertos com panos do mesmo e o docel de damasco roxo. A gallaria tinha vinte quatro cadeiras de cordovão preto, e a camera em que dormia tinha o adorno que costuma ter hum Religioso muy observante da sua regra. O sustento próprio, e o habito que vestia erão procedidos da esmola de cento e vinte mil reis da missa, que dizia todos os dias pelas suas ovelhas, e a recebia hum pagem de sua confiança, a quem o esmoler a entregava como depositário do Arcebispo.*

*No governo domestico seguiu sempre a Ordem de hum reformatíssimo Convento. Levantava-se elle, e toda a família, às cinco horas no Verão, e às seis no Inverno. Hia pera a tribuna que tem o palácio pera a Igreja da Sè, e nella tinha os exercícios espirituais, que costumava a sua devoção, perseverando nelles athe o Cabbido entrar a Matinas, e logo vinha para a sua Camera a despachar athe as nove horas; e em tanto se occupavão os Capellaes em dizer missa, e os pagens em dar lição de Latim ao Capellão que os ensinava. As nove horas hia com os Capellaes, e pagens, para o Oratorio, e rezava com todos as horas menores, excepto a Noa(?) se não era Feria, ou dia de jejum, por que sendo assim se rezava de tarde antes de vespuras. Dizi missa, e acabada ella ouvia outra que lhe dizia o Capellão da Semana, e ficando algum tempo se ocupava em despachar, ou estudar. As onze horas*



*jantava em tinello(?), e na meza havia lição continuada, e se guardava nella inviolável silencio. Acabada a meza tinha a família algum descanso athe as duas horas no Inverno, e athe as tres no verão, em que com os Capellaes e pagens hia ao oratório rezar Vesporas, e complexas da quele dia. Seguia-se depois a Lição dos pagens, e o Arcebispo se ocupava em o estudo, ou aceytava algumas visitas. As oito da noite assim de verão como de Inverno hia ao Oratorio, e rezava com os Capellaes e pagens as matinas do dia seguinte, cantava-se a Ladainha de Nossa Senhora e havia oração mensal, excepto aos sábados, nos quaes se cantava o Terso. Ceava em tinello(?), e recolhendo-se a família a seus aposentos, o Arcebispo hia à tribuna donde perseverava em suas devoçoens athe às onze, e então se recolhia. Sahia poucas vezes fora, e em sua caza estava a família tão recolhida, que nem as janelas se abrião para mais luz que a das vidraças. Se sabia algum desmancho de seus criados os reprehendia severamente, e castigava lançando-os fora de sua caza.*

*Escrevemos com tanta meudeza as acçoens e governo domestico deste Prelado com o dezejo que esta noticia sirva de norma e exemplo para outras ainda que a mesma pareça impertinencia escuzada semelhante individuação.*

*Modo com que o Arcebispo se havia no governo da Mitra, e virtudes que nelle exercitava.*

*Disposto o governo da sua caza, tratou o Arcebispo com mayor cuydado do governo da Mitra. Soube que em todo o Arcebispado havia huã grande ignorância da Doutrina Christaã, e que nos Pays de famílias havia tambem hũ culpável descuydo em a ensinar, e mandar aprender, como repetidas vezes lhes persuadião os Parrachos, e para evitar ignorância tão escandelosa, e dar a todos Luz de huã sciencia tão necessária, mandou imprimir hum compendio da mesma Doutrina, e fes repartir a impressão por toda a Diocesi, ordenando aos Confessores não admitissem à Confissão, nem os Parrachos à Sagrada Eucharistia e Matrimonio os que não soubessem de memoria tudo quanto era necessário para a salvação, assim necessitate medii(?), como necessitati percepti. Acrescentando a esta deligencia Missionarios do Convento do Varatojo, que mandou por todo o Arcebispado a reformar os costumes, e lembrar a morte, cujo esquecimento tinha occasionado tantos desmanchos nas consciências. E como obrando a Divina Graça se reduzissem a melhor vida muytas mulheres que estavam perdidas com a liberdade, as mandou vir para o Collegio da Madalena, donde lhes deo todo o necessário para a sua sustentação.*

*A 2 de Fevereyro começou logo a exercitar as funçoens Episcopaes benzendo as Candeas, e no principio da Quaresma as Cinzas, e no mesmo dia mandou dar aos Conventos*

*Capuchos assim de frades, como de freyras, esmolos de trigo, azeite, e cincoenta cirios de arrátel para arderem diante do Santissimo nas Endoenças. Correo todas as sextas feiras os passos com a sua família. Desobrigouse na Sè, e da sua mão comungou huã grande parte da Cidade. Prohibio em Quinta feira mayor andarem as molheres de noite, e todos os annos renovou a mesma pastoral. Correndo as Igrejas advirtio na de São Francisco a pouca luz que havia no corpo della, e para que não succedesse algum desmancho, por esta cauza mandou fazer doze lampeoens de cinco luzes cada hum para se pendurarem nas entradas das capellas da dita Igreja, e mandou juntamente com eles dez alqueires de azeite para se acenderem os taes cumes, o que se continuou sempre, alem do que lhe mandava no principio da Quaresma.*

*Sabendo que se mandava repartir pella Cidade a quantia a que não tinha chegado a cobrança dos uzuaes, e que juntamente se mandava cobrar pelo Clero o que faltava para o computo do subsidio Ecclesiastico, passando ambas as quantias a mais de tres mil cruzados, o Arcebispo as pagou, sò a fim de que senão fintasse o povo, nem vexasse o Clero.*

*Sabendo tambem que no Arcebispado havia muitos lugares donde havia mais de vinte annos que não tinha entrado visitador e a falta da vizita tinha occasionado muytos abuzos e liberdades, sahio de Evora a 24 de Abril com tres visitadores mais, que erão o seu Bispo Coadjutor, e dous Dezembargadores da sua Relação com intento de visitar todas as terras da sua jurisdição, e vendo depois, e ainda elle e os tres Vizitadores não bastavam, nem podião acudir em pouco tempo a tão largas distancias, mandou ao seu Vigario geral e a outros dous Dezembargadores mais ao mesmo effeyto, e deste modo dentro da quele anno ficou todo o Arcebispado com a vizita de que muyto necessitava.*

*Recolhendo-se a Evora pello São João assistio aos exame dos curas, e achando a muitos esquecidos do que devião saber os reprovou, e proveo logo as Igrejas de Ministros idóneos. Assistia a todas as festas principaes das Religioens, e especialmente às dos Santos Patriarcas, e fundadores das que havia em Evora. Mandou vender sessenta moyos de trigo, e settenta de centeyo por preços muyto acomodados para acodir desta sorte aos pobres, que não podião comprar o mesmo pão que se vendia geralmente na Cidade por preços muy sobidos, e cada ves crecia mais pella falta que tinha havido aquelle anno.*

*Tendo noticia de que huã descomposição que houve na sua Sè entre dous Bachareis, hum dos quaes era o seu Esmoler, escreveo ao Cabido que castigasse aquella culpa, como se não fosse capelão seu hum dos culpados; e não se contentando com esta satisfação hum dos queixosos requereo ao Arcebispo que castigasse o seu Capellão, dizendo que se assim o não*

fizesse, elle o castigaria. O Arcebispo ainda que estranhou a ousadia, esperando que cahisse em si, e conhecesse aquelle clérigo o pouco respeito com que lhe faltava, lhe disse com grande mansidão e afabilidade: Padre, esse modo não he de súbdito que falla com o seu Prelado. Vasse com abenção de Deos, e emende-se.

Vindo huã ves da sua See a fim de ver as obras que tinha mandado fazer nas capellas do corpo da Igreja, como andassem os pintores dourando os Retabulos e pintando os tectos em que tinham posto as suas armas lhe disse hum delles, que huã pessoa da mesma Sè estranhara muyto aquelle gasto, e não levava a bem o pintarem-se nos tectos as armas do Arcebispo, ao que elle respondeo com severidade de animo: Que sò lhe importava que aquella obra se não riscasse dos Livros de Deos; e que quanto às suas armas, não sabia com que resão se havião de riscar dos tectos das capellas; pois nas sees ninguém tinha mais poder que os Prelados, e que todas aquellas obras se fazião com o dinheiro da Mitra de que elle estava de posse, e de que era fiel distribuidor.

Estranhando alguns desmanchos que havia nos dias de Santo Antonio, aquém festejavam os Meninos do Choro na Igreja da See, mandou huã ordem para que a festa fosse de menhaã, e que na Igreja não houvesse bancos em que se sentassem os homens à tal solemnidade. E havendo alguns sogeitos tão esquecidos da sua obrigação, que chegarão a riscar a dita ordem, e lhe lançarão muytos borroens com os poedouros do tinteiro, o Arcebispo soffreo a injuria com grande paciencia, e dizia muytas vezes que tudo perdoava, com tanto que se respeitasse a Caza de Deos, e nella se não cometesse a menor culpa.

Tendo noticia que no Collegio de São Marcos havia huã Porsionista causadora de muytas inquietaçoens, a mandou logo tirar do dito Collegio, e em caza de Sua M<sup>A</sup>y lhe dava a mesma porção que antes tinha, para que o Collegio tivesse quietação, e aquella pobre não padecesse por falta de sustento.

Deputou huã mula, e hum criado para o serviço e uso do Padre ...(?) Frei Antonio Pereyra da Ordem de São Domingos, e Deputado que era do Santo Officio na mesma Cidade, por lhe constar as grandes dificuldades com que o dito Padre ...(?) achava companheyro para vir à Inquisição, e as disençoens que sobre este particular havia no Convento, sem que as quisessem remediar os seus Prelados. Defendeo animosamente a imunidade Ecclesiastica fazendo repor na Igreja de Nossa Senhora dos Remedios a hum prezo que ali se tinha refugiado por hum homicídio que fizera e sustentando na cadea os Pays e huã filha do dito

*que tambem estavão prezos, ao reposto e a hum irmão seu deu quantia bastante para se poderem segurar passando a Castella.*

*Padeciam os campos huã grande seca, e fazendo-se por esta causa huã procissão de preces ao Convento do Carmo donde estava encomendado sermão a hum dos Lentes de Theologia daquele Convento; e como alguns Ecclesiasticos não fossem na quele acto com a modéstia, e compostura que devião, subio o Arcebispo ao púlpito, e dictandolhe o seu zello admiráveis doutrinas com ellas advertio e reprehendeo os culpados e causou huã grande compulsão em todo o auditorio.*

*Achando na vizita da villa do Torrão a huã mulher cazada que havia annos andava em mau trato com huã pessoa Ecclesiastica em auzencia de seu marido, prendeo o Ecclesiastico e fes recolher no Collegio das Convertidas a mulher adultera, e pedindo a Sua Magestade a quisesse mandar para huã das conquistas, o dito Senhor lhe agradeceo o zello com que procurava evitar as ofensas de Deos com as expressoens que se contem nas seguintes cartas:*

*Reverendo em Christo Padre Arcebispo de Evora Amigo. Eu ElRey vos envio muyto saudar, como aquelle de cujo virtuoso accrecentamento muyto me aprazeria. Pella vossa carta de 4 do presente fiquei entendendo o zello com que procuraes evitar o escandalo que justamente deve causar à publicidade com que o Padre N. da Villa do Torrão vive concubinado com huã mulher cazada, chamada N. cujo marido esta auzente, e me pareceo este cuydado muy digno de quem vos soes, e do que de vòs se espera: e assim vos encomendo que continueis com o mesmo em castigar este clérigo com todo o rigor que pedem as suas culpas. E quanto à mulher a mandareis recolher no recolhimento que vos parecer, por se evitar mayor perigo, visto ser cazada, pera que não reincida em tão escandeloço procedimento, que todo se poderia evitar com o castigo que se der a este clérigo, procedendo com toda a brevidade e rigor no seu livramento, dando-me de tudo conta, e da sentença final que se pronunciar neste cazo. Escrita em Lisboa, a 26 de Novembro de 1694 – Rey.*

*Segunda carta sobre a mesma matéria*

*Reverendo em Christo Padre Arcebispo de Evora Amigo. Eu ElRey vos envio muyto saudar, como aquelle de cujo virtuoso accrecentamento muyto me aprezeria. Logo que se me fes prezente a vossa Carta de 19 do corrente sobre a forma da reclusa de N. conformandome em tudo o que nella conta a vossa prudencia e zello, mandey ordenar o Juiz de fora da Villa do*

*Torrão que mandasse logo levar esta mulher ao recolhimento das Convertidas de Evora, e que ali seja entregue à Regente da quele recolhimento, recomendada à minha ordem, pera que sem ella a não deixem sahir delle, enm a Regente que ao prezente he, nem as mais que lhe succederem, e que disto se faça assento, e se me dê conta de assim se haver executado; de que vos mando avizar pera que o tenhaes entendido, e que sempre o vosso zello acharà em mim toda a prontidão pera que tenha effeito tudo o que dispondes com tanto acerto, e tanto em serviço de Deos. Escrita em Lisboa a 23 de Dezembro de 1694 – Rey =*

*Por queixas que se lhe fizeram na cidade de Beja, soube o notável escandalo, que causava a janella de huã Religiosa de certo Convento da mesma cidade, a qual era muyto baixa, e cahia para huã rua muyto publica, e della se falava a toda a hora, ou fosse de dia, ou de noite; e soube tambem que os Prelados da quella Religião, ainda com recomendaçoens de Sua Magestade nunca puderão conseguir o reformasse, por ser a dita Religiosa pessoa nobre, e ter alguns parentes, que tinham por desatenção grave ao seu respeyto o entenderse, ainda tão justamente com cousa sua. Tomou o Arcebispo muyto por sua conta este negocio e visitando a clausura, depois de sofrer com grande paciencia as gritarias da freyra, acompanhadas de alguas desatençoens, lhe fallou com tal brandura, e a redúzio com tanta efficacia aconhecer o mal que obrava, em resistir a huã obra que era tanto a favor da sua reputação; nobreza, e virtude, que a janella se fechou, e se demulio a caza em que estava, pera se evitar o perigo de que pudesse ser aberta em outro tempo, e pera a assistencia da mesma Religiosa mandou fazer duas cazas em outra parte donde ser vista de ninguem, podia viver com grande commodidade, e conveniencia. Soube Sua Magestade deste successo, e disse ao Marquez de Alegrete, segundo constou expressamente por carta sua: Tomara que estivera aqui o Arcebispo de Evora, pera lhe agradecer o bem que tem obrado; por que ha muytos dias que dezejo que essa janella se fechasse, e o não podia conseguir; e o Arcebispo o fes com tão bom modo, que juntamente fes huã acção de muyta generosidade; O certo he que sò os Prellados que tem zello do serviço de Deos, e charidade, e sabem dar a tempo, e com bom modo fazem semelhantes acçoens.*

*E virando-se pera o Marquez, disse: Dè a seu Primo da minha parte os agradecimentos. O mesmo repitio em outra occazião que se estava fallando entre o Padre Confessor, e os Camaristas do bem que tinha obrado em Beja, dizendo: Delhe da minha parte os agradecimentos, por que com o que obra acredita a minha elleyção, e descarrega a minha consciencia.*

*Andava na mesma cidade de Beja hum Religioso Apostata havia doze annos, com o qual não se attrevirão os Prellados por ser de condição temerario, e ter na mesma Cidade a seu Pay, e parentes de igual condição que elle, nem havia outra alguã pessoa, que o advertisse, ou lhe quisesse dizer huã sò palavra, em ordem a seu espirital aproveitamento, por que assim ele como seu Pay, e parentes todos tinham por desdouro da sua fidalguia o estranharselhes qualquer acção ainda que fosse a mais escandalosa do seu procedimento. Desta sorte tudo erão dissoluçoens, e insultos; tudo descaminhos e sacrilegios, sem que o dito Religioso tivesse mais vida, que pera a desonestidade, e arrogancia. Soube o Arcebispo o que passava, e doendosse entranhavelmente da perdição da quella alma, cheo de zello da honra de Deos, e do bem do proximo, chamou o Religioso, e o reprehendeo com tal brandura e amor, que obrigado o dito da quelle não merecido termo, se lançou a seus pes, e com sinaes de verdadeiro arrependimento, se dispos a viver como Religioso, e a tratar cõ o mayor cuydado da emenda da sua vida. Consolou-o o Arcebispo, e deixando logo a Cidade de Beja, partio o dito Religioso pera a de Lisboa a buscar o Nuncio de Sua Santidade com o qual se absolveo das censuras em que tinha incorrido, e por que neste tempo o Santissimo Padre Innocencio XII tinha passado huã Bulla a favor dos Apostatas pera effeito de se recolherem às suas Religioens, e com faculdade de se mudarem para outras se lhes parecesse, dizendo o dito Religioso que queria passar para outra menos apertada, do que a em que professava, o Arcebispo o favoreceo, e lhe deu todo o necessario pera se effectivar a mudança, athe chegar pera huã das Ilhas pera donde se embarcara a tomar nosso habito.*

*Mandou o Arcebispo passar huã pastoral pera os Clerigos de todo o Arcebispado trouxessem as lobs cerradas, e della pedirão vista os conegos e dignidades, dizendo não serem comprehendidos na dita pastoral, pella liberdade que lhe davão as Constituiçoens. Deuselhes vista, e juntamente se fes avizo a Sua Magestade, o qual louvando a reforma, escreveo ao Cabido huã carta em que o admoestava a que desse principio à reforma de todos com o seu exemplo, e obedecesse a huã pastoral tão justificada, como tinha posto o Arcebispo, a quem fes tambem avizo do que mandava escrever ao Cabido, como se vê da seguinte carta:*

*Reverendo em Christo Padre Arcebispo de Evora Amigo. Eu ElRey vos envio muito saudar como aquelle de cujo virtuoso accrescentamento muito me prazeria. Fuy informado, que movido vos do zello do vosso Pastoral Officio, mandareis publicar hum edital, pello qual ordenaes que nenhum clerigo do vosso Arcebispado possa trazer loba aberta, e esta*

*disposição me parece muy conforme a todas as vossas acçoens, dirigidas sempre ao mayor serviço de Deos, e reforma dos costumes que dezejo promover pella minha parte tudo o que for possivel, e a esse fim mandey escrever ao Cabido, para que com seu exemplo ajude ao estabelecimento desta reforma e da sua virtude e letras espero o fará assim, de que vos mando avizar para que o tenhaes entendido. Escrita em Lisboa a 16 de Novembro de 1695. = Rey =*

*Não bastou a carta delRey para que o Cabido cedesse da sua contumacia; mas antes mandando dous Capitulares à Corte, representarão a Sua Magestade a izeção que tinham pellas Constituiçoens, e verdadeiramente fizeram publico hum requerimento injusto, por que as ditas Constituiçoens lhes não davam aquella liberdade, como elles a querião entender. ElRey os mandou logo recolher a Evora, advertindo-os que obedecessem aos seu Prelado, e cedessem da demanda começada com protesto do seu direito, se acazo o tinham, e ao Arcebispo mandou avizar do que tinha ordenado aos conegos, como consta da carta que se segue:*

*Reverendo em Christo Padre Arcebispo de Evora Amigo. Eu ElRey vos envio muyto saudar como aquelle de cujo virtuoso acrescentamento muyto me aprazeria. O vosso Cabido me fes presente por dous Capitulares as rezoens que lhe assistião pera não ser comprehendido na Pastoral que mandastes publicar sobre a reforma dos vestidos nos Ecclesiasticos, significandome juntamente a resignação com que estava pera me obedecer, e dar gosto e assegurando-os em que o Santo Zello com que mandastes publicar esta Pastoral, acharia sempre o meu amparo e protecção, e que o meu real animo não era de privar ao Cabido do seu direito, se não de evitar a demanda de que resultarião a quelles inconvenientes, que não sem grande escandalo se virão sempre em todos os pleytos, que houve entre os subditos, e Prelados; se conformarão os ditos Capitulares em que não seguiria a demanda protestando o Cabido que sem prejuizo do seu direito obedeceria em contemplação do meu gosto, e que pera melhor lhe constasse ao Cabido, me pedião que tornasse a escrever que esta era a minha vontade, o que com effeito fiz pellos mesmos Capitulares; com que sem o embarasso á demanda do Cabido se executaria a vossa Pastoral, e vos encomendo que por esta causa lhe não mostreis menos agrado, por que vivendo com vosco em mayor união terão mais lugar de poderem imitar as vossas grandes virtudes, e o zello, e cuydado com que tão exemplarmente satisfazeis às obrigaçoens do vosso Pastoral Officio, assegurandovos que em todas as*

*occasioens que se offerecerem experimentareis os efeitos da minha boa vontade, e da estimação que faço da vossa pessoa. Escrita em Lisboa a 12 de Dezembro de 1695. = Rey =*

*Com a resposta que El Rey deu aos Capitulares fes logo o Cabido desistencia da demanda, e se acabou com muyta brevidade e paz o negocio que prometia durar muytos annos, e causar grandes disturbios entre os conegos, e o seu Prelado.*

*Achou o Arcebispo hum grande esquecimento nos Bachareis da sua See, pois tendo o officio de Parracos, não costumavão levar o Viatico aos seus fregueses, nem assistir ao Coro, e Altar, segundo erão obrigados, e se livravão destas occupaões, pagando a hum clerigo, que lhas fizesse, ordenou que todos fizessem pessoalmente o que tocava a obrigação de cada hum, ainda que os taes Bachareis fossem Capellães seus, ou Dezembargadores de sua Relação, e assim o ficarão observando.*

*Succedeo falecer o Vigario da Vara de Montemor o novo, que era Beneficiado na Igreja de São João da mesma villa por apresentação, que fazia o Reytor da Universidade de Evora, e lhe pareceo ao dito Reytor que hum Beneficiado que novamente apresentava pella sua apresentação podia servir a dita Igreja sem nenhuã authoridade da Mitra, como ja havião feyto outros seus antecessores, e tinha succedido nas Sees Vacantes, e sem os Prelados tivessem noticia da quelle abuzo, o Arcebispo obrigou ao dito Reytor da Universidade a que na sua apresentação pedisse sempre a authoridade da Mitra, e fes que viesse o dito Beneficiado a exame, mostrando esta obrigação por hum papel de direito, e assim se ficou conhecendo o como os Reytos passados tinham abuzado da faculdade de apresentar, e se emendou diante semelhante erro.*

*Esmollas que fes o Arcebispo na Cidade de Evora, e nas Vizitas de todo o Arcebispado.*

*Logo que o Arcebispo chegou a Evora, e foy recebido com universal aplauzo de toda a Cidade, nos primeyros tres dias de sua entrada dispendeo com os pobres seiscentos mil reis, dando a cada hum delles a esmola de seis vinteis, e dahi em diante se deu sempre a todo o pobre, que chegava a pedir no Palacio Archiepiscopal a esmola de dez reis, cuja despeza se fazia pella maneyra seguinte. Às segundas feiras, quartas e sextas aos homens; às tersas, quintas, e sabados às mulheres; e aos Domingos aos Estudantes pobres; a cada hum áos quaes se dava de esmola cincoenta reis. Nas ultimas sextas feiras de cada mes mandava vizitar as cadeas secular, e ecclesiastica, e se dava a cada prezo a esmola de dez tostões. Em todos os mezes se vizitavão sempre as veuvas pobres, e donzelas recolhidas, e havendo*



*occazião de as melhorar de fortuna ou as cazava, ou as metia freiras, dotandoas sempre conforme a qualidade de suas pessoas, cujas vizitas, assim dos prezos, como das ditas veuvas, e donzellas continuarão em todo o tempo do seu governo, ainda quando estava em Vizita, ou assistia em Lisboa. Nos mesmos dias da sua entrada mandou repartir pellos pobres cem moyos de pam, e quarenta pellos Conventos necessitados alem de mil cruzados que tambem se repartirão pellos mesmos Conventos, e outros mil cruzados por pessoas muyto nobres, e não menos necessitadas. Dotou vinte recolhidas do Collegio da Piedade, vestio duzentos pobres entre homens e mulheres, e nos mesmos dias se obrigou a pagar pello Collegio da Companhia, e Universidade de Evora os reditos de vinte dous mil cruzados que o dito Collegio devia, e de qye pagava juros, e lhe continuou esta esmola por todo o tempo da sua vida.*

*Poucos dias depois da sua entrada recolheo no Convento do Salvador a quatro donzellas nobres, às quaes por serem pobres deu os dotes, propinas, e tudo o mais que lhes era necessario pera viverem sem discommodo no dito Convento, e acabdao o anno do noviciado assistio às profissoens de todas fazendo os gastos da quelle dia. Soube que no Convento de Santa Clara estavam tres sobrinhas do Veneravel Padre Frei Antonio das Chagas, as quaes erão muyto pobres, e pera remediarem as suas necessidades religiosas, a que o Convento não podia acudir, mandou se desse a cada huã dellas doze mil reis cada anno. Recolheo no Collegio das Donzellas quatro filhas de hum homem muyto nobre e pobrissimo, assistindolhe com todo o necessario pera sua entrada, e dandolhe cada anno vinte cinco mil reis pera sustentação de cada huã, e succedendo falecer huã dellas, mandou fazer os gastos do funeral, deu luto às outras Irmaãs, e ao Pay, e pera o sustento deste lhe mandava dar huã moeda de ouro cada mes, e alguns moyos de trigo cada anno. As Religiosas parentes da Caza da Trofa que estavam em Santa Monica de Evora, e erão muyto pobres, mandou dar a cada huã tres mil reis cada mes, e se continuarão estas esmolas em quanto viveo o Arcebispo.*

*Em todos os lugares que pessoalmente vizitou, se deu no primeiro dia meyo tostão a cada pobre, e dahi por diante a vintem. A todas a Igrejas e Conventos donde Chrismou deixou de esmola a cera que se lhe offerecia e recebia de offerta. Em Monte mor o novo, sabendo que morrião muytos meninos engeytados por falta de Amas que os criassem, sustentou cinco à sua custa, dandolhe mayor mezada a cada huã dellas do que dava o Hospital às que tinha, e esta despeza se fes sempre pello Vigario da Vara da mesma Villa.*

*Achando na Cadea à muytos pobres prezos por dividas que não podião satisfazer as pagou todas dando assim a cada hum delles a liberdade sempre apeticida.*

*Tendo avizo do Cabido de Lamego que o Senhor Bispo seu succesor lhe mandava entregar trezentos mil reis que se lhe arbitrarão pro regimine, quando administrou aquelle Bispado antes da noticia da solução do seu vinculo, o Arcebispo mandou se repartissem pello Hospital, Misericordia, Convento de Capuchos, Convento de freiras e Cadea.*

*Vindo a Armada Franceza meterse na Bahia da Cidade de Lagos pera que não succedesse alguã invazão, mandou Sua Magestade guarnecer a quelle Reyno com os Regimentos de Infantaria e Cavallaria que se achavão na Provincia de Alentejo, e como hum soldado de illustre nascimento assistente e morador em Evora se não achasse na quella occazião com posses bastantes pera se aviar do necessario pera a jornada, e por esta causa mandasse empenhar as almofadas e tudo quanto adornava o estrado de sua mulher; o Arcebispo sabendo o empenho em que ficara a caza da quelle fidalgo mandou logo toda a quantia necessaria pera o desempenho, por não ser justo que huã senhora tão nobre estivesse com discommodo, e menos descencia, quando seu marido por não faltar ao serviço delRey tinha obrado huã acção heroica.*

*Mandando reformar o Convento das Freyras da Villa do Torrão lhe mandou de esmola cem mil reis em dinheyro, e oito moyos de trigo, e se obrigou dahi em diante a darlhe cada anno doze moyos de trigo e duzentos e quarenta mil reis em dinheyro o que se continuou sem a menor falta por todo o tempo da sua vida. Na mesma Villa mandou repartir cem mil reis de esmola pellos pobres della, hindo o Parraco com o Esmoler levar o que tocava a cada hum, segundo a informação que havia da sua necessidade.*

*Soube que a Misericordia de Arrayolos estava empenhada, e por dever já duzentos mil reis não tinha com que acodir aos pobres, mandoulhe os duzentos mil reis pera o desempenho, e ordenou se lhe desse cada mes catorze mil reis pera que com este subsidio não faltasse de todo ao socorro dos necessitados.*

*Chegando à Cidade de Beja e sabendo que nella havia muytas doenças, e tão malignas, que parecia ser ramo de contagio, mandou dar larguissimas esmolas assim aos pobres da porta, como aos prezos da cadea, e sabendo dos Medicos o como a mayor parte dos doentes padecião, e perecião por não terem com que comprar os medicamentos, mandou lhe dessem logo o rol de todos, e que os Medicos receytassem o que entendessem ser*

*necessario, por que elle pagaria todo o gasto que fizessem os pobres vindo as receytas assinadas pello seu Esmoler, e ordenou tambem aos Boticarios asseytassem as ditas receytas, e fazendo-se assim comessarão os doentes aconvalecer, e o mal que antes se ateava perdeo a força.*

*Vizitou o Hospital e deu a cada doente dous cruzados novos de esmola, e por lhe constar que na cadea dormião os pobres que estavam prezos, sobre as pedras, mandou fazer enxergoens e cobertores pera os ditos prezos com obrigação de os deixarem na cadea quando tivessem liberdade e poderem servir pera outros semelhantes. Chegando na mesma Cidade a receber o quartel do Natal que importava tres mil cruzados, mandou logo repartir pellos pobres hum conto e cem mil reis.*

*Sustentou mais vinte cinco Almas pera a criação dos Engeitados, por lhe constar morrião muytos por falta de quem os criasse o que procedia de não serem bastantes os ordenados pera a sustentação das que antes havia.*

*Às Religiosas do Castello de Moura, mandou dar cento e concoenta mil reis pera seu sistento, e lhes fes doação de huã herdade no termo de Serpa, e de hum quinhão de pam no termo de Beja, os quaes bens tinha arrematado em praça publica a hũ dos rendeyros da mitra, e deste modo acrescentou ao Convento perto de quarenta moyos de pam.*

*Obras que o Arcebispo fes na Igreja da See, e adorno que adorno que deu à mesma Igreja.*

*A Igreja da See foy a que colheo as primissias da generosidade do Arcebispo, e conheceo logo o grande zello que tinha da mayor perfeção, e aceyo do culto Divino, por que estando ainda em Lisboa, e tendo noticia que a sua see estava falta de capas pluvaes(?) pera as funções em que os conegos devem assistir aos Prelados paramentados, mandou fazer trinta capa roxas, e doze carmezins, todas da mais rica tella que então se achou e se entregarão à fabrica no mesmo dia em que tomou posse. E no mesmo se entregarão tambem seis varas de prata pela o paleo com que sahia o Santissimo aos Enfermos, por saber que as que servião na quellas funções erão somente de pão. Quando partio de Lisboa pera Evora levou com sigo officiaes peritos e mandou fazer as portas da Igreja de anjelim com pregariade latão dourado, por serem as antigas indecentes à custosa fabrica da quelle edificio.*

*Acabou nove retabulos que a See Vacante tinha principiado com o dinheiro da Mitra, e lhe pertencia já por estarem a esse tempo expedidas as Bullas, e os mandou dourar, e*

*pintar as Capellas da dita Igreja pera as quaes deu desoito frontaes de tella branca, e nove carmezins, todos com franjas de ouro; Deu pera a adoração da Cruz huã alcatifa preciosa, almofada, e hum veio de Coo(?).*

*Fes hum ornamento preto pera toda a Igreja, do qual estava tão falta, que quando havia de ser preto, se servia com um roxo. Deu mais huã armação pera toda a See, que constou de mil e cem covados de veludo, e outros tantos de Brocatel. Mandou fazer huã cruz de ouro com muytos diamantes, dentro da qual se guarda o Santo Lenho que està na mesma See. Estando proximo à morte deixou ao Cabido quinze mil cruzados em dinheyro pera a obra da Capella mor, que elle intensava fazer, e sem duvida viria a conseguir se a morte lhe não atalhasse os desejos que tinha de ver melhorada a sua Igreja, com aquella obra.*

*Obras que fes dentro na Cidade de Evora, e fora della nas Igrejas e Conventos do Arcebispado.*

*Alem das muytas obras que o Arcebispo fes no palacio Archiepiscopal reformando-o, e adornando-o com a decencia que convinha à authoridade dos Prelados, fes tambem muytas na Cidade de Evora, e nos Conventos de todo o Arcebispado, por que o mayor aceyo das Igrejas, e a mayor perfeição do culto Divino, foy sempre hum dos mais importantes cuydados do seu governo.*

*Soube que as Religiosas do Calvario da primeira regra de Santa Clara, pedião esmola pera reparar as Varandas do Claustro, que estavam vindo abaixo, e prometião huã grande ruina a todo o Mosteyro, e avendo muytos tempos que andavão nesta diligencia, não podião alcançar quantia bastante pera o dito reparo. O Arcebispo as foy ver, e entrando a visitar a Clausura, lhes fes hum sermão exostando-as à perseverança da sua penitente vida, e logo mandou concertar as ditas Varandas, e todo o telhado da Igreja. E constandolhe a muyta pobreza, e grande observancia da quelle Convento, lhe mandou dar pera a Enfermaria dous mil reis cada mes, e doze moyos de trigo cada anno, e quasi todas as semanas lhe fazia esmola de peixe fresco; por que havendo-o na Cidade tinha o seu comprador ordem pera comprar quanto fosse necessario pera as ditas Religiosas.*

*Na Villa de Alvito vendo o retabulo da Capella mor da Igreja Matriz, que tambem he Convento da Santissima Trindade, que estava em preto, e não havia posses pera se dourar, mandou fazer a dita obra, e nella gastou seiscentos mil reis.*

*Em Monte mor o novo, entrando a vizitar a Clausura das Religiosas de São Domingos, e vendo descoberto o lanço de huã varanda, que tinha cahido, a mandou logo levantar, e concertar tudo o de que necessitava o dito Convento.*

*Mandando reformar as freiras do Castello de Moura, lhes fes todas as obras de que necessitava o Convento, que erão muytas por estar grandemente arruinado; e estabelecida a reforma enriqueceo o dito Convento com esmolas, e a doação de huã herdade no termo de Serpa, e hum quinhão de pam no termo de Beja, como já dissemos.*

*Vizitando o Convento de Santa Monica de Evora, mandou fazer à sua custa a grade de ferro que se pòs no coro de baixo, e lhe deu ornamentos de damasco de todas as cores, e hum paleo branco do mesmo. Acabou o frontal de prata do altar do Menino Jesus. Fes ròtas(?) pera todas as janellas das freiras que olhando pera a rua e campo. Reformou os cyrados(?) particulares, e a roda da portaria, e mandou ao seu Esmoler desse pera o dito Convento todas as galinhas que fossem necessarias pera as doentes.*

*No Recolhimento das Convertidas da mesma cidade, mandou fazer vestimentas, e frontaes; e pera o Convento dos Capuchos de Valverde deu tres frontaes e vestimentas de damasco branco e outros tres vermelhos do mesmo.*

*Na Villa de Faro, não obstante ser o Marquez de Niza commendador da quella Igreja, e os Beneficiados obrigados à fabrica della, mandou fazer tres frontaes, e tres vestimentas branca, vermelha e roxa que lhe deixou de esmola.*

*Na Cidade de Beja deu hum palio aos Irmãos do Senhor pera quando o Santissimo fosse levado aos enfermos e mandou fazer teas pello meyo da Igreja pera que os homens estivessem nella divididos das mulheres. Deu huã grande esmola aos Irmãos de Nossa Senhora do O da freguesia de São João pera a obra da tribuna que andavão fazendo, e mandou fazer o etabulo dourado da Capella de São Francisco Xavier na Igreja de Santiago. Mandou fazer dous frontaes de tella hum pera o altar de Nossa Senhora do Rosario, e outro pera o de Nossa Senhora dos Prazeres.*

*Vizitando as freiras de Santa Clara da segunda Regra lhes deu cem mil reis pera a obra da Tribuna que então fazião.*

*Fes o Collegio dos Moços do coro que pera aproveytarem mais no serviço de Deos, e se adiantarem nos Estudos necessitavão muyto de que vivessem em comunidade, e tivessem Prelado a quem rendessem obediencia.*

*No Convento do Carmo calçado mandou fazer huã sacrestia, que não chegou a acabar, pera a qual obra deu ao dito Convento tres mil cruzados.*

*Mandou fazer os Dormitorios do Convento de São José de freiras carmelitas Descalças, e vizitando a Clausura as levou com sigo em dia de Santa Thereza aos ditos Dormitorios, metendo.as de posse e dandolhe o uzo delles.*

*Mandou ladrilhar os Dormitorios do recolhimento da Piedade, por lhe constar estarem incapazes de se andar por elles, e não ter o dito Recolhimento com que fazer a obra; e juntamente mandou fazer Lampioens pera todos elles, dandolhe o azeite necessario pera estarem toda a noite com Luz.*

*Vindo o Vizitador da Ordem de São Domingos à Cidade de Evora, e sabendo por elle o quanto necessitava o Convento do Paraizo da mesma Ordem de huã grande reforma, por que todo o Convento da quellas freiras se estava vendo das ruas, e não havia posses pera se fazerem obras, que impedissem aquella devasidão. O Arcebispo tomou muyto por sua conta esta empreza, e mandando às freiras huã portaria de seis moyos de trigo cada anno, as vizitou, e sogeitou a que se fizesse tudo o que era necessario pera não serem vistas. Concertoulhe todo o Convento, e lhe fes hum campanario novo pera o sino, e comprando alguns eyrados de que se devassava o Convento, os fes derribar e alcançando tambem licença de seus donos fes tapar outros de que procedia a mesma devacidão.*

*Mandou concertar os telhados do Aljube, e dos Recolhimentos da Piedade e Madalena, e reparou as ruinas, que ameaçando os ditos edificios, por haver muytos annos que se lhes não acodia, necessitando sempre de concerto.*

*Na Cidade de Beja, achando no Convento da Esperança que alguãs janellas de freiras particulares estavam muito baixas, e por isso com grande risco a clauzura, pera segurar esta mandou à sua custa levantar hum muro da parte de fora, com o qual se encobrirão as ditas janellas, e sem perderem a Luz que tinhão, ficarão sem ser vistas as Religiosas. E por que entre hum muro que se levantou, e o em que estavam as janellas que se encobrirão, ficava hum espasso de terra tão grande que podia servir de hum bom quintal ao Convento, pera que este nunca fosse de alguã freira particular, escreveo o Arcebispo ao Provincial do Carmo,*

*mandasse huã ordem, pella qual se prohibisse ser aquelle quintal de outrem se não da comunidade, e que sò a Prelada tivesse a chave delle.*

*Mandou fazer huã cisterna grande no mesmo convento, por lhe constar o quanto necessitava de ter agua dentro da clausura, e que por ser muyto pobre não podia fazer a dita cisterna.*

*Na Villa de Arrayolos, soube que a Igreja Matriz, da qual os Arcebispos são Priores, necessitava muyto de ornamentos, lhe mandou fazer dous de damasco, hum branco, e outro carmezi, e dous pavilhões do mesmo pera o Sacrario, alem de outros ornamentos de Laã e seda pera as missas que ordinariamente se dizem, e pera guarda de todos mandou fazer caixoes na Sacrestia.*

*Na Igreja Matriz de Monte mor o novo fes muytas obras, elle deu hum paynel de admiravel pintura, que se colocou na boca da tribuna da Capella mor, que tambem fes de novo com o retabulo dourado, e tudo o mais de que necessitava pera seu adorno.*

*Na Igreja de Nossa Senhora da Villa, vendo a falta que nella havia de ornamentos, a proveo de todos os necessarios, fazendo esta despeza à sua custa por não vexar ao commendador della que estava pobre.*

*Na Villa de Estremoz fes hum convento aos Padres da Comgregação de São Felippe Neri, e alcançando a licença de Sua Magestade fes huã escritura a 2 de Agosto de 1697, pella qual se obrigou a dar aos ditos Padres trinta mil cruzados pera a obra do novo Convento, dos quaes deu logo doze, e os desoito satisfes pouco tempo depois na occasião em que foy chamado à Corte. Aos mesmos Padres deu tambem pera a nova Igreja huã Imagem de marfim de Christo senhor Nosso Crucificado de estatura grande, hum vazo de prata pera o Sacrario, ramalhetes, Custodia, e varas de prata pera o palio, e applicou à dita Congregação as oito arrobas de cera, e quarenta alqueires de azeite que lhe pagavão os rendeyros da dita Villa.*

*Obras que fes o Arcebispo fora das terras da sua jurisdição*

*Tal foy a generosidade do Arcebispo, e tal a grandeza de animo de que Deos o dotou, que não cabendo jà na Cidade de Evora, e em todos os limites do seu Arcebispado se extendeo por muytas partes do Reyno, e chegou com a largueza das dadivas a donde não podia chegar com a jurisdição.*

*Soube que em Lisboa se dourava a Capella do Senhor Jesus do Convento de São Domingos, elle mandou cem mil reis pera continuar a obra.*

*No Convento de Nossa Senhora do Loreto da Villa de Tancos de Religioso Capuchos, mandou dourar a tribuna, que elle tinha mandado fazer, sendo Bispo da Guarda.*

*Ficandolhe a dever o dito Bispado huã grande somma de dinheiro, do qual sò lhe pagou hum conto de reis, mandou que do dito conto se dessem seiscentos mil reis pera o dourado da Tribuna que tinha feyto no Convento de São Francisco, e que os mil cruzados fossem pera dote de duas recolhidas que estavam no Convento de Santa Anna de Coimbra, e erão pobres, naturaes do Bispado da Guarda.*

*Mandou fazer os payneis que estão no Claustro da Congregação de Lisboa e lhe custarão duzentos e noventa e cinco mil reis.*

*Mandou concertar as Varandas do Convento da Santissima Trindade de Lisboa, que se tinham arruinado, e no Noviciado do mesmo Convento fes todos os reparos de que muyto necessitava pera o commodo dos Religiosos que nelle assistem. Pera a Igreja do mesmo Convento deu hum ornamento de tella branca com franjas de ouro, que consta de doze cazullas, desasette frontaes, e seis capas de asperges.*

*À Capella do Santo Christo milagroso do mesmo Convento deu as grades de prata, com que se adorna e fecha a boca da tribuna em que esta collocada a Santa Imagem, e deixou renda sufficiente pera que todo o anno de dia, e de noite ardessem cinco alampadas na dita Capella.*

*Ao Convento de Santarem da mesma Ordem mandou huã larga esmola pera se dar principio à obra do frontespicio da Igreja nova.*

*E finalmente pera que de huã ves se veja o quanto foy esmoler, e generoso este Prelado, fazendo-se contas na occasião em que veyo a Cortes desde o anno de 1691 em que tomou posse da Mitra, the vinte de Outubro de 1697 em que fes jornada pera Lisboa, se achou ter despendido somente pella mão de seu Esmoler cento e quinze contos, duzentos e oitenta e dous mil, oitocentos e cincoenta 115:282\$850.*

*Acabadas as Cortes se recolheu logo a Evora, e nos seis annos que restarão do seu governo foy sempre continuando na pratica das mesmas virtudes, e produzindo cada dia novos effeitos a sua grandeza, e generosidade, athe que vencendo ja à força dos achaques o*



*vigor dos annos, cahio enfermo pera a morte, o que ainda hoje vive nas voses da fama. Poucos dias esteve doente, por que foy a sua enfermidade tão breve, que mais pareceo avizo, do que pena, e conhecendo que era chegada a hora, em que havia de pagar o tributo da mortalidade, se conformou com a vontade de Deos, e despedio do seu Cabido, e recebendo todos os sacramentos com a mayor devoção e affecto, falleceo em Evora, com muytos sinaes de predestinado a 20 de Janeyro de 1703 e foy sepultado na sua See com universal sentimento do seu Arcebispado, da sua Religião, e de todo o Reyno.*

*As armas de que uzou no governo dos Bispados que teve forão as da sua familia.*

